



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

ANDERSON DE CARVALHO FUJIKAWA

SEMULHER:

trajetórias da institucionalização das políticas para mulheres em Maringá-PR



Marília-SP

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

ANDERSON DE CARVALHO FUJIKAWA

SEMULHER:

trajetórias da institucionalização das políticas para mulheres em Maringá-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília, sob a orientação da Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Marília-SP

2013

Fujikawa, Anderson de Carvalho.

F961s Semulher: trajetórias da institucionalização das políticas para mulheres em Maringá - PR / Anderson de Carvalho Fujikawa. – Marília, 2013.
114 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.

Bibliografia: f. 74-78

Orientador: Lidia Maria Vianna Possas.

1. Mulheres. 2. Teoria feminista. 3. Maringá (PR). I. Autor. II. Título.

CDD 361.61098162

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

ANDERSON DE CARVALHO FUJIKAWA

SEMULHER:

trajetórias da institucionalização das políticas para mulheres em Maringá-PR

Marília, 18 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília

Titular: Profa. Dra. Larissa Maués Pelúcio Silva
Departamento de Ciências Humanas
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Bauru

Titular: Profa. Dra. Eliane Rose Maio
Departamento de Teoria e Prática da Educação
Universidade Estadual de Maringá

Dedico este trabalho à memória de duas grandes mulheres:

Minha querida mamãe, Iraci de Carvalho, razão da minha paixão pelos estudos de mulheres, minha força e inspiração de todos os dias, meu amor além da vida... Minha heroína!

E à querida Marina Ravazzi, por me ensinar que a vida é uma batalha diária, pois a luta por um mundo melhor é eterna! Saudades do seu sorriso inspirador minha amiga.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas professoras, no feminino porque cerca de 90% dos meus docentes foram mulheres, desde a Pré-Escola até a Universidade, mulheres que dedicaram boa parte de suas vidas à minha formação e de tantos outros jovens.

À CAPES e ao CNPq, pelo suporte financeiro concedido para a realização deste trabalho.

À minha querida orientadora Lidia Possas, pelos diálogos profícuos sobre Teoria Feminista, pelos conselhos sobre a vida acadêmica e por me ensinar que orientar não significa doutrinar, mas incentivar o exercício da livre reflexão.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília, em especial aos que contribuíram com este trabalho, seja em suas aulas ou em conversas fora de sala: Christina Rubim, Claude Lépine, Fátima Cabral, Jayme Gasparoto e Sueli Felix.

Aos técnicos e técnicas da UNESP *campus* de Marília, pois sem estes a Universidade não funcionaria.

Às funcionárias da Secretaria da Mulher, da Prefeitura Municipal de Maringá, pela recepção e pelo acesso às informações coletadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às professoras que contribuíram com este trabalho, no exame de qualificação e na defesa da dissertação: Tânia Brabo, Larissa Pelúcio e Eliane Maio.

Às professoras Carla Almeida, Simone Costa, Patrícia Lessa e Ivana Simili, pelas contribuições à minha trajetória nos estudos de gênero.

Às amigas que conquistei no período que morei em Marília, em especial, Fernanda Buck, Anelise Mello, Aparecida Amorim e tod@s do Grupo de Pesquisa “Cultura & Gênero”.

À minha querida amiga, companheira de todas as horas, Natália Redígolo, minha caloura, minha parceira de alegrias e tristezas, meu maior apoio durante os anos de mestrado, sem ela não teria chego até aqui, com toda certeza! Te amo djovem!

À velha guarda: Angela Mierro, Angélica Ripari, Driéli Vieira, Lúgia Incrocci, Mirela Valério, Rafael Godoi, Samantha Matias e Verônica Mori, djovens do meu coração!

Aos meus queridos amigos que estão longe, mas que sempre estiveram ao meu lado quando precisei: Amanda Coutinho, Carina Chirico e Gustavo Colli.

Aos meus amigos confidentes e conselheiros: Ana Coutinho, Enilla Santana e Paulo Silva, por aturarem minhas crises existenciais há quase uma década.

Aos meus amigos militantes, Luiz Modesto e Marcelo Souza, porque sem a esperança de dias melhores a vida não teria sentido.

Aos meus padrinhos, Hélio e Clélia Franco, pelo apoio durante esses anos de graduação e pós-graduação.

E finalmente, de primordial importância, às minhas irmãs, Andréa e Cintia, por serem minha Pasárgada, meu porto seguro! E às minhas sobrinhas: Isabelly, Andressa e Ana Júlia, meus bebês crescidos.

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.*

Rosa Luxemburgo

RESUMO

As políticas sociais brasileiras direcionadas às mulheres são resultado de décadas de lutas dos movimentos feministas e de mulheres. O processo de institucionalização destas políticas teve início em meados da década de 1980 com o surgimento dos primeiros Conselhos de Direito e com a criação das primeiras Delegacias da Mulher. Os órgãos municipais de políticas para mulheres difundiram-se no início deste século, ganhando proporção e notoriedade com a criação, em nível federal, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2002, e com a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), em 2006. Nesta pesquisa analisamos a trajetória de implantação da Assessoria Municipal da Mulher (2001) e da Secretaria Municipal da Mulher (2005), ambas de Maringá-PR, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas com as agentes destas instituições. A partir do levantamento bibliográfico sobre políticas para mulheres, notamos que estas partilham de discursos influenciados pela(s) teoria(s) feminista(s), e com o trabalho de campo, percebemos que as agentes dos órgãos municipais de políticas para mulheres de Maringá apresentam em suas falas traços deste(s) discurso(s), porém, os ressignificam em suas práticas cotidianas.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres; Teoria(s) Feminista(s); Secretaria da Mulher; Maringá-PR.

ABSTRACT

The Brazilian social policies aimed to women are the result of decades of struggles of feminist and women movements. The institutionalization process of these policies began in mid the 1980s with the advent of the earliest Councils of Law and the establishment of the first Woman's Police Stations. The municipal agencies of policies to women disseminate in earlier this century, gaining proportion and prominence with the creation, at federal level, the Special Secretariat of Policies to Women, in 2002, and with Maria da Penha Law (11.340/2006 law), in 2006. We analyzed in this research the implantation of Municipal Advisement of Woman (2001) and the Municipal Secretariat of Woman (2005), both in Maringá-PR, through the application of semi-structured interviews with the agents of these institutions. From the literature about policies to women, we note that they share of discourses influenced by feminist theories, and with fieldwork, we understood that the agents of municipal agencies of policies to women of Maringá show in their speeches traits from these discourses, although, resignify them in their daily practices.

KEY WORDS

Women; Feminist Theories; Secretariat of Woman; Maringá-PR.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. Os primórdios do campo: por que estudar mulheres?.....	19
1.1. A vida acadêmica e o campo da pesquisa.....	22
1.2. Circulação de ideias e apropriação de teorias.....	24
2. Igualdade e diferença: os fundamentos das políticas para mulheres.....	27
2.1. Conquistas feministas em âmbito nacional.....	34
2.2. Maringá e as políticas para mulheres.....	39
3. O trabalho de campo.....	45
3.1. As entrevistas.....	45
3.2. Os órgãos municipais de políticas para mulheres.....	46
3.3. As dificuldades das políticas locais para mulheres.....	58
3.4. O atendimento, as conquistas e as histórias marcantes.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS.....	79

LISTA DE QUADROS

Tabela 01	
SEMULHER: Investimentos do Governo Federal.....	14
Tabela 02	
População residente da Região Metropolitana de Maringá (2010).....	42
Tabela 03	
Número de mulheres atendidas pelo CRAM e Casa Abrigo - Maringá (2006-2010).....	
.....	43
Tabela 04	
Entidades que compunham o Conselho Municipal da Mulher de Maringá (2001).....	
.....	44
Tabela 05	
Perfil socioeconômico das entrevistadas.....	46
Tabela 06	
Organograma de funcionárias da Semulher (2012).....	57
Gráfico 01	
Evolução dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência.....	39
Figura 01	
Mapa da Região Metropolitana de Maringá: 2010.....	41

LISTA DE SIGLAS

CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CMM - Conselho Municipal da Mulher

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNPM - I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

COMAS - Conselho Municipal da Assistência Social

CRAM - Centro de Referência e Atendimento à Mulher “Maria Mariá”

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

IML - Instituto Médico Legal

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial da Saúde

PM - Polícia Militar

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

SASC - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Semulher - Secretaria Municipal da Mulher

SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

INTRODUÇÃO

Nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente “a todos” dentro de mundos sociais concretamente desiguais.

Carlos Rodrigues Brandão

Ao pensar a trajetória percorrida pelos movimentos feministas no Brasil para a inclusão das mulheres na esfera pública, destaca-se a criação de alguns mecanismos institucionais que foram necessários para a implementação de maior representação e de ação. Os primeiros foram os conselhos de direitos – mecanismos de composição mista, com representação do governo e da sociedade civil, com a finalidade de elaboração de políticas, fiscalização e controle social – e mais tarde, a criação de organismos de políticas para as mulheres nos governos. Assim, os movimentos feministas e de mulheres tiveram e têm papel fundamental para nortear as políticas sociais do país, levando à criação dos conselhos e secretarias de mulheres em nível federal, estadual e municipal. A descentralização da política e a possibilidade de autonomia de decisão ganharam força com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (2002), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003), com *status* de Ministério, e o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007), que consistiu em um acordo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

Os espaços conquistados nacionalmente de articulação de políticas para mulheres fortaleceram as entidades municipais que já vinham trabalhando dentro destas questões. Em Maringá-PR, município desta pesquisa, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) foi inaugurada em 1986, seguindo a difusão nacional das DEAM; o Conselho Municipal da Mulher foi instituído em 1996, pela Lei Municipal nº 4.258 (MARINGÁ, 1996), ganhando nova regulamentação em 2001, através da Lei Municipal nº 5.590 (MARINGÁ, 2001a); em abril de 2001, foram criadas Assessorias ligadas ao Gabinete do Prefeito pela Lei Complementar nº 376 (MARINGÁ, 2001b), sendo que uma destas era voltada às políticas para mulheres, no entanto, a mesma só foi regulamentada em dezembro de 2003, pela Lei

Complementar nº 509 (MARINGÁ, 2003) que alterou a estrutura administrativa do poder executivo do município, instituindo assim a Assessoria Municipal da Mulher (AMM), sendo alterada pela Lei Complementar nº 555 (MARINGÁ, 2005), ascendendo a Secretaria Municipal da Mulher (Semulher), em fevereiro de 2005.

A criação da Semulher¹ foi a maior conquista social, simbólica e prática das políticas para mulheres no município. A institucionalização da Secretaria representa (socialmente) o interesse da cidade em atender, especificamente, às demandas segmentárias do gênero feminino. Simbolicamente entende-se que existe um órgão municipal direcionado às mulheres com o mesmo *status* de qualquer outra Secretaria. E na prática, sendo Secretaria, a Semulher obteve dotação orçamentária própria, autonomia², funcionários lotados em seu órgão e a possibilidade de expansão. Como ocorreu no ano seguinte de sua implantação, através de investimentos do governo federal e dispêndio de funcionários do governo local, foram criados a Casa Abrigo “Edna Rodrigues de Souza”³ e o Centro de Referência e Atendimento à Mulher “Maria Mariá” (CRAM). Segundo informações coletas na Semulher, foram recebidos R\$ 798.056,00 do governo federal, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), para investimento em infraestrutura:

Tabela 01 – SEMULHER: Investimentos do Governo Federal

Ano	Finalidade	R\$
2005	CRAM e Casa Abrigo (infraestrutura)	182.000,00
2006	Equipamentos do Centro de Qualificação e Geração de Renda	205.948,40
2006	Equipamentos da Semulher	80.107,60
2007	Casa Abrigo (infraestrutura)	280.000,00
2007	Curso de Capacitação - Núcleo de Prevenção	50.000,00
Total		798.056,00

Fonte: Semulher (2012).

Consequente, o suporte do governo federal foi de extrema importância para o desenvolvimento das políticas municipais direcionadas às mulheres. Porém, as

¹ O nome deste trabalho é uma homenagem às mulheres que se esforçaram para conquistar espaço e estrutura dentro das políticas públicas municipais de Maringá. A Semulher e seus órgãos de atendimento são frutos do empenho de dezenas de mulheres que dedicaram e ainda dedicam suas vidas, suas trajetórias, às políticas para mulheres no município.

² Autonomia dentro das possibilidades de autoridade de um Secretário Municipal, haja vista a hierarquia de poderes dentro dos governos.

³ A Casa Abrigo leva o nome da enfermeira Edna Rodrigues de Souza que foi assassinada a facadas pelo marido, em 18 de novembro de 2002, logo após sair do trabalho. Foi uma das mortes que mais chocou a cidade naquele ano. A irmã e filhos de Edna, que faleceu aos 46 anos de idade, concordaram com a homenagem prestada pela Secretaria e Conselho Municipal da Mulher.

políticas públicas não são realizadas somente através de investimento financeiro, mas também da dedicação das pessoas que irão trabalhar com estas questões, ainda mais se tratando de políticas para mulheres, que em sua maioria são ações que visam o enfrentamento à violência que estas sofrem. Sendo assim, quem são as agentes e porque trabalham/trabalharam com as políticas para mulheres, são questões que nortearam esta pesquisa.

Como acima citado, o enfrentamento à violência contra as mulheres é o principal foco das políticas para este segmento, assim buscamos conceituar brevemente o que entendemos por violência e, especificamente, por violência contra a mulher. Apesar de presente em toda a história, só recentemente a violência tornou-se um problema central para a humanidade, já discutido por inúmeros pensadores de áreas diversas, o termo “violência” corresponde a um “grande alargamento de nomeações que vão desde as formas mais cruéis de tortura e do assassinato em massa, até aspectos mais sutis, mas considerados opressivos na vida moderna cotidiana” (SCHRAIBER e d'OLIVEIRA, 1999, p.12). Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), podemos considerar violência “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002).

Consequente, compreendemos que a violência é um fenômeno complexo que envolve fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais, portanto, não redutível ao indivíduo. Ela está relacionada aos valores culturais, às expectativas em relação aos papéis de gênero⁴, às desigualdades sociais e ao abuso nas relações de poder. É um recurso a atingir um objetivo, considerando que atos considerados “violentos” têm objetivos, sejam eles diretos ou indiretos, individuais ou sociais, legítimos ou ilegítimos. Segundo Saffioti (2004), o entendimento popular sobre o que é violência apoia-se em um conceito tido como único e verdadeiro.

Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável. Ainda assim, caso a violência psíquica enlouqueça a vítima, como pode ocorrer – e ocorre com certa frequência, como resultado da prática da tortura por razões de ordem política ou de caráter privado,

⁴ Entendemos Gênero “como a compreensão multidimensional e dinâmica do que significa ser homem ou mulher dentro de contextos sociais específicos” (SCHIENBINGER, 2001, p.14).

isolando-se a vítima de qualquer comunicação e de qualquer contato humano – ela torna-se palpável. Mesmo não se tratando de efeitos tangíveis, são passíveis de mensuração. Há escalas psiquiátricas e psicológicas destinadas a medir as probabilidades de vir a vítima a cometer suicídio, a praticar atos violentos contra outrem, considerando-se, aqui, até mesmo animais assassinados com crueldade (SAFFIOTI, 2004, p. 17-18).

Porém, a autora coloca que raramente adota o conceito de violência como ruptura de integridades, pois mesmo se tratando de um mecanismo social, cada pessoa a interpretará de modo singular. Portanto, a violência situa-se no campo da percepção, tanto cultural quanto individual, como podemos notar no exemplo que segue:

uma mulher pode sair feliz de um posto público de saúde, tendo esperado quatro horas na fila, estado dois minutos na presença do médico e “ganho” a receita de um medicamento, que seu poder aquisitivo não lhe permite adquirir. Outra poderá considerar este fenômeno uma verdadeira violência. Assim, o mesmo fato pode ser considerado normal por uma mulher e agressivo por outra (SAFFIOTI, 2004, p. 47).

Ainda que a violência⁵ paire no campo da percepção, compreendemos que o fato de alguém não se “incomodar” com as práticas agressivas supracitadas é resultante de sua formação psicossocial, assim, consideramos que as pessoas podem ser condicionadas social e culturalmente a conviverem com a violência e não percebê-la, naturalizando-a. Como é o caso da violência de gênero, entendida por Saffioti e Almeida (1996) enquanto um padrão específico de violência que visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino.

A expressão “violência de gênero” costuma ser utilizada como sinônimo de “violência contra as mulheres” e também de “violência doméstica”. Aqui, entendemos violência de gênero como todo e qualquer ato de violência que tenha como fundamento as diferenças de gênero, ou seja, a vítima sofre por não se enquadrar nas expectativas e performances sociais atribuídas aos gêneros. Violência contra as mulheres se restringe à violência histórica, social e cultural à qual grande parte das mulheres foram e ainda são sujeitadas pelo fato de serem mulheres. E a violência

⁵ Saffioti (2004) coloca que prefere trabalhar com o conceito de Direitos Humanos, entendendo por violência todo agenciamento capaz de violá-los. Porém, salienta que seja necessária uma releitura dos Direitos Humanos adaptando-os às questões de gênero. Neste ponto, não concordamos com a concepção de Direitos Humanos Universais, pois “direito” é uma concepção localizada e temporal, ainda que a violência seja um fenômeno global e sua percepção vinculada aos fatos sociais, históricos e culturais de determinadas sociedades, ou seja, mesmo existindo em todos os grupos humanos, o enfrentamento da mesma deve partir dos próprios grupos. Pois em nome dos “Direitos Humanos”, da pacificação, também se comete as maiores atrocidades.

doméstica, como colocada nos termos da Lei Federal nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha⁶.

- I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2008, p. 17).

Apesar da Lei Maria da Penha se tratar apenas da violência doméstica e familiar contra a mulher, a violência doméstica não se restringe às violências sofridas somente pelas mulheres, pois nela está inclusa a violência praticada por mulheres, que, se é menor contra homens, é bastante significativa contra crianças e adolescentes (SAFFIOTI, 2001). A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e assinada por 29 países, entende por violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Convenção de Belém do Pará, 1994).

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

- a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
- b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e
- c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (Convenção de Belém do Pará, 1994).

Mesmo esta pesquisa não sendo especificamente sobre violência contra as mulheres, esta foi uma questão que tangenciou todo o trabalho, pois ao tratar das políticas públicas para as mulheres, este tema é frequente. Deste modo, entre junho

⁶ O nome da Lei é uma homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que protagonizou um caso de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 1983, seu então marido, o professor universitário Marco Antonio Heredia Viveros, tentou matá-la por duas vezes. Na primeira vez por arma de fogo, na segunda, por eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis à sua saúde, como paraplegia e outras sequelas. Maria da Penha transformou dor em luta, tragédia em solidariedade. A sua luta e de tantas outras devemos os avanços que pudemos obter nestes últimos vinte anos (PROJETO MARIA DA PENHA, 2011).

e julho de 2012 realizamos entrevistas semiestruturadas com as agentes que trabalham/trabalharam nos órgãos de políticas para mulheres do município, além de visar às trajetórias que constituíram as políticas para mulheres em Maringá, questionamos as entrevistadas sobre como elas lidam com a questão da violência e se trabalhar com estas questões acarretaram mudanças em suas vidas. Além das entrevistas, utilizamos técnicas da observação participante para adentrar o campo da pesquisa, seguindo as orientações de Licia Valladares (2007).

A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado (p.154).

Por fim, compreendemos que com os investimentos da SPM – para fazer cumprir a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, estabelecida no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), resultante da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) – foram criados materiais de orientação, protocolos de atendimento, normas técnicas, cursos de formação e capacitação, entre outros mecanismos para atender o PNPM. Essas ações partilham de um discurso, discurso este que tem fortes influências das teorias feministas, haja vista que muitos destes materiais foram escritos por intelectuais que se consideram feministas⁷. Consequente, estes investimentos da SPM possibilitaram a circulação de ideias e teorias, tornando possível que alguns setores da população as utilizassem, se apropriando e ressignificando algumas destas ferramentas e discursos. Assim, buscamos nesta pesquisa “captar” os sentidos do distinto protagonismo (a realidade local), na condição do que Donna Haraway (1995) chama de “saberes localizados”, compreendemos o objeto do conhecimento como um ator e agente específico, para não perder de vista os sujeitos concretos e sua ação subjetivada. Deste modo, analisamos como as políticas para mulheres foram concebidas no âmbito municipal, a partir da descentralização das mesmas da federação, observando a apropriação e ressignificação dos discursos feministas através do estudo das práticas políticas do município de Maringá-PR.

⁷ As teorias feministas são aqui compreendidas, de modo genérico, como os discursos que reconhecem as “mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144).

1. Os primórdios do campo: por que estudar mulheres?

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados.

Rosália Duarte

Em setembro de 2011, participei do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS, sediado pela Universidade Federal de Pernambuco, no qual apresentei um trabalho no GT “Gênero, Desigualdades e Cidadania”, onde me questionaram os motivos de eu estudar/pesquisar políticas para mulheres, na verdade questionaram o porquê de um homem trabalhar com esse tema, haja vista que grande parte das pessoas que se interessam pelos estudos de gênero, mais especificamente pelos estudos feministas e de/sobre mulheres, são mulheres. Na época dei uma resposta simplista, mas hoje me sinto em dívida com essa questão, pois ao respondendo desvelo minha relação com essa temática e as circunstâncias da escolha do meu objeto de pesquisa. Todavia, apresentar o plano de fundo deste trabalho é uma tarefa árdua, pois, para tanto, estarei tocando em assuntos nada agradáveis para mim, porém, a capacidade de revelar os conflitos da pesquisa e as tensões entre pesquisador e objeto são, segundo Clifford Geertz (2001), dimensões éticas do trabalho de campo.

Estudar questões de gênero, pesquisar sobre políticas para mulheres e discutir sobre a questão da violência à qual elas são sujeitadas não foi uma escolha aleatória, não foi um interesse despertado pelo ambiente acadêmico, mesmo porque esses temas são raramente abordados durante os anos de graduação em Ciências Sociais. Trabalhar com essas questões, principalmente com o problema da violência doméstica, não foi uma decisão fácil, pois tive que me dispor a tocar em assuntos presentes em meu passado, me condicionar ao exercício da reflexão e do distanciamento para poder me aprofundar nessas temáticas enquanto um estudioso e pesquisador da área. Para tanto, tenho como referência as considerações de Geertz sobre as dimensões éticas do trabalho de campo antropológico.

O compromisso profissional de encarar os assuntos humanos de forma analítica não se opõe ao compromisso pessoal de encará-los sob uma perspectiva moral específica. A ética profissional repousa na ética pessoal e dela extrai sua força [...]. O distanciamento provém não do desinteresse, mas de um tipo de interesse flexível o bastante para suportar uma enorme tensão entre a reação moral e a observação científica, uma tensão que só

faz aumentar à medida que a percepção moral se aprofunda e a compreensão científica avança (GEERTZ, 2001, p. 46).

Retomando a questão que me foi colocada, por que um homem tem interesse em estudar teoria feminista? Joan Scott (2005) questiona se é necessário ser mulher para lecionar história das mulheres? Parafraseando-a, questiono se é preciso ser mulher para estudar e/ou pesquisar sobre mulheres? O conhecimento produzido pelas Ciências Humanas se limita às identidades⁸ de seus intelectuais? A correlação entre o gênero do pesquisador e o gênero dos sujeitos da pesquisa determinam os caminhos desta? Estes pontos são preponderantes para compreender a tensão das definições identitárias dos indivíduos e o poder político que estas definições representam, destarte, aprofundarei estas discussões na próxima seção. Conquanto, a seguir tentarei responder a primeira pergunta deste parágrafo, abordando a minha trajetória em específico, o que me fez ter interesse por estes estudos?

Cresci rodeado por mulheres – mãe, tias, irmãs, primas, etc. – e, consequentemente, rodeado de histórias de mulheres. Passei minha infância ouvindo que minha avó materna havia se casado aos 13 anos com meu avô que tinha 50 anos, ele havia ficado viúvo pela segunda vez e seus filhos eram mais velhos que a minha avó, os quais ela, minha mãe e minhas tias nunca conheceram. Uma história cercada de violência e sofrimento, somada às penúrias da migração, do êxodo rural da primeira metade do século XX. Segundo os relatos de minha tia (irmã mais velha de minha mãe), eles seguiram o ciclo do plantio e colheita do algodão e do café, posteriormente da cana-de-açúcar, migrando entre as cidades do sudoeste de São Paulo e norte do Paraná. Minha avó teve doze gestações, das quais cinco sobreviveram, um menino e quatro meninas, ficou viúva em 1955, com dois filhos adolescentes, duas crianças e grávida de outra; faleceu em 1985, alguns meses antes de eu nascer, portanto nunca a conheci pessoalmente, mas conheci muitas de suas histórias.

Minha mãe foi mãe solteira no início da década de 1970, aos 18 anos, casou-se alguns anos depois com meu pai, com o qual sofreu tanto quanto minha avó havia sofrido com meu avô. Separaram-se eu tinha cerca de cinco anos, então tenho poucas lembranças do período em que eles estavam casados, mas as poucas

⁸ Compreendendo identidade enquanto “uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2011, p. 13).

lembranças que tenho não são boas. Meu pai chamava minha mãe de “Mumm-Ra”, este é o nome de um personagem antagonista da série animada ThunderCats (EUA, 1985-1990), uma espécie de múmia-zumbi. Esta foi uma entre as inúmeras humilhações que minha mãe suportou durante mais de uma década. Isso fora a violência física, desta eu não tenho lembranças, mas conheço as histórias. Mesmo após o divórcio, o terror dos anos de violência acompanhou minha mãe por toda vida, ela faleceu no início de 2010. Mesmo eu nunca tendo sido agredido fisicamente por meu pai – fato que minha irmã não teve a mesma sorte, tendo seis anos a mais que eu, vivenciou mais tempo o período do casamento e, conseqüentemente, mais situações de violência – sofri inúmeras situações de violência psicológica, fatos que foram presentes em minha vida até pouco depois de eu entrar na faculdade. Para não me estender e não me expor ainda mais, resumo que cresci e convivi com os terrores da violência doméstica, a mesma violência que está presente em inúmeros lares brasileiros (e em todo o mundo), que atinge não só as mulheres como prevê a Lei Maria da Penha, mas que também define o futuro de inúmeras crianças e adolescentes.

Desta forma, meu interesse pelos estudos de gênero se deve à admiração que sinto pelas mulheres da minha família, em especial a minha mãe. Apesar de suas trajetórias serem tão comuns como de tantas outras mulheres, isso as faz extraordinárias: “batalhadoras comuns, desta guerra comum”, a subjugação e a violência às quais são submetidas, por tanto tempo silenciadas. Portanto, minha trajetória está diretamente ligada ao caminho que me levou a esta pesquisa, o que seria uma espécie de cruzamento entre “experiência próxima” e “experiência distante”, seguindo as definições de Geertz (2008).

Um conceito de “experiência próxima” é, mais ou menos, aquele que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam, etc. e que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira. Um conceito de “experiência distante” é aquele que especialistas de qualquer tipo – um analista, um pesquisador, um etnógrafo, ou até um padre ou um ideologista – utilizam para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos (p.87).

Assim, minha trajetória profissional cruzou-se com minha trajetória pessoal, onde ambas buscaram ancorar-se uma na outra para me distanciar o suficiente do objeto de pesquisa sem perder o interesse no tema.

1.1. A vida acadêmica e o campo da pesquisa

Meu primeiro contato com a Secretaria Municipal da Mulher de Maringá foi em 2007, tinha acabado de me graduar e estava começando a trabalhar como bolsista em um projeto de extensão chamado “UEM e Comunidade: Troca de Saberes e Ações Emancipatórias”⁹. Neste mesmo ano havia iniciado meus estudos sobre gênero, sexualidade e teoria feminista, com auxílio de um grupo, hoje extinto, chamado Grupo de Estudos sobre Gênero, Sexualidade e Direitos (GESED-UEM), coordenado pelas professoras Carla Almeida e Simone Costa. E como o projeto era multidisciplinar e eu estava começando a trabalhar com a questão da violência de gênero¹⁰, propus à coordenadora do projeto a realização de uma parceria com a Semulher para a criação de um espaço nos eventos que divulgasse e tirasse dúvidas sobre a então, recém-promulgada, Lei Maria da Penha. A coordenadora concordou com a ideia e fizemos a parceria, o acordo realizado foi que a Secretaria disponibilizaria os materiais sobre a Lei e sobre os órgãos de atendimento da cidade e, quando fosse possível, algumas funcionárias do CRAM nos acompanhariam nos eventos.

Trabalhei um ano e meio neste projeto, neste tempo pude conhecer melhor o trabalho da Semulher, nos eventos em que as funcionárias do CRAM nos acompanharam, geralmente a assistente social e a psicóloga, me relataram como eram realizados os atendimentos. Ainda neste período, visitava a Secretaria mensalmente para buscar material e cheguei a participar de algumas reuniões do Conselho Municipal da Mulher (CMM). Foi através deste contato que elaborei o projeto que deu origem a esta pesquisa.

⁹ Edital SETI-PR/USF/IDS nº 02/2007 - UEM e Comunidade: Troca de Saberes e Ações Emancipatórias, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, do Governo do Estado do Paraná, através do programa Universidade sem Fronteiras, sub-programa Incubadora dos Direitos Sociais, coordenado pela Profa. Dra. Wânia Rezende Silva (Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Estadual de Maringá / Gestão 2007-2010). O projeto teve como principal objetivo a aproximação entre a Universidade e as Comunidades menos favorecidas socioeconomicamente, propondo uma troca de saberes entre a Universidade e estas Comunidades. Contando com a colaboração de acadêmicos e professores de diversas áreas, este consistia em eventos realizados nos bairros de Maringá ou nas cidades da região, no qual a Universidade compartilhava seus conhecimentos e serviços com as comunidades locais através de atividades culturais, artísticas, expositivas, recreativas, informativas, entre outras.

¹⁰ Em conjunto com os membros do grupo de estudos, realizei uma campanha, em alguns colégios públicos de Maringá, sobre as formas de enfrentamento à violência de gênero, sendo esta realizada com alunos do Ensino Médio.

No início de 2009, me inscrevi no processo seletivo para ingressar no mestrado em Ciências Sociais da UNESP, campus de Marília, meu projeto discorria sobre o papel na vítima na reprodutibilidade da violência doméstica, uma análise sobre a vitimização e a superação, em que meu intuito era entrevistar mulheres que haviam sido vítimas de violência doméstica, as que tinham sido atendidas pelo atendimento do CRAM. O projeto foi selecionado e fui chamado para a arguição. Na banca me foram apontadas algumas dificuldades que eu enfrentaria se desenvolvesse esta proposta de pesquisa, me colocaram que eu sendo homem, represento a figura do opressor, do agressor, e as mulheres não se sentiriam confortáveis relatando suas vidas pessoais, seus conflitos e angústias para mim. Consequente, não passei nesta seleção, busquei então modificar o foco da pesquisa, optei por trabalhar com o processo de institucionalização dos órgãos municipais de políticas para mulheres, a Assessoria e a Secretaria da Mulher de Maringá.

Em 2010, com as alterações no projeto, passei na seleção, ingressando no mestrado em agosto deste ano. Alguns meses depois, o CNPq abriu um edital de financiamento de pesquisas voltadas às questões de gênero, então, a professora Lidia Possas, minha orientadora, sugeriu ao grupo de pesquisa “Cultura & Gênero”, ao qual ela coordena, que enviássemos uma proposta de pesquisa para este edital. No grupo havia duas pesquisas congruentes, eu pesquisando sobre políticas para mulheres em Maringá e Marina Ravazzi, que na época era coordenadora de políticas para as mulheres da Prefeitura Municipal de Marília-SP e pesquisava sobre as políticas para mulheres no estado de São Paulo. Deste modo, sob a orientação e coordenação da professora Lidia, unificamos os projetos e propusemos a pesquisa intitulada “O impacto da(s) Teoria(s) Feminista(s) na criação e implementação de Políticas Públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres: a proposta de alternativas frente ao estudo comparativo das realidades distintas dos municípios de Marília-SP e Maringá-PR”¹¹, sendo esta aprovada e realizada entre dezembro de

¹¹ Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 020/2010 – Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as políticas públicas para as mulheres foram implementadas nos âmbitos municipais a partir da descentralização das mesmas da federação, observando a apropriação e ressignificação das teorias feministas através de um estudo e análise comparativa entre os municípios de Marília-SP e Maringá-PR, no período de 2006 a 2010. Nosso campo de observação focou-se, substancialmente, nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, analisando as formas e a capacidade de inserção da(s) teoria(s) feminista(s) na sua formulação. Para tanto tomamos a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), sua aplicação e agilidade, observando a forma plena em sua competência jurídica e no fortalecimento da rede pública de atendimento à mulher em situação de violência.

2010 e dezembro de 2012, com a colaboração dos pesquisadores do grupo “Cultura & Gênero”.

1.2. Circulação de ideias e apropriação de teorias

Com a intensa articulação de movimentos feministas e de mulheres em várias partes do mundo, principalmente na década de 1970, os papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens passaram a ser questionados. Dentro deste debate a utilização do termo “homem” para designar a espécie humana foi contraposta ao argumento de que este “homem universal” não englobava questões específicas das mulheres, questões estas até então deixadas de lado ou tomadas por pouca importância. A luta feminista percorreu as últimas décadas do século XX e culminou na elaboração de políticas nacionais específicas para as mulheres. Juntamente com os movimentos sociais, a teoria feminista foi de grande importância no processo de elaboração e concepção destas políticas.

Com base nas políticas nacionais para as mulheres, podemos identificar um marco na história recente dos movimentos sociais. Como principal pauta de luta, as desigualdades de gênero refletidas na violência contra as mulheres vinham sendo denunciadas por grupos feministas brasileiros desde o início dos anos 1980. Em 1985, com a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, a teoria feminista chocou-se com o descompasso que havia entre as expectativas do movimento e as expectativas de sua “clientela”; as militantes encontraram grandes dificuldades em vincular o discurso feminista às suas práticas nas entidades de atendimento (GREGORI, 1993). Neste sentido, face à difusão das políticas para as mulheres pelo Brasil e com a sanção da Lei Maria da Penha em 2006, o impacto que a teoria feminista teve na formulação e implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foi distinto nas cidades do interior em comparação com as capitais, sendo estas pioneiras nessas ações e com articulações consolidadas entre as militantes dos movimentos feministas.

A propagação das políticas para as mulheres pelo interior, principalmente nos últimos anos, criou novos cenários locais de atendimento às vítimas de violência doméstica e conjugal. Os governos locais, articulados com o Governo Federal através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criaram Secretarias,

Assessorias ou Coordenadorias da Mulher, Centros Referência de Atendimento à Mulher e Casas Abrigo. Estes espaços, juntamente com a DEAM, Conselho Municipal da Mulher, Instituto Médico Legal (IML), entre outras entidades, formaram uma rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher, todavia, esta rede em Maringá é recente e não consolidada.

Ao pensarmos a historicidade dos movimentos e das teorias feministas, destacamos que as narrativas que falam da circulação de discursos e teorias tendem a partir de um centro produtor e como ondas que se formam a partir de um centro irradiador, ou uma pedra atirada na água, formam-se várias ondas que vão consequentemente desdobrando-se e abrindo espaços (PEDRO, 2009). É desta maneira que tem sido narrada a história dos movimentos de mulheres e feministas: em ondas que se espalham, como a divisão que se faz entre a primeira e a segunda onda do feminismo¹².

Ella Shohat (2000)¹³ questiona por que algumas ideias circulam e outras não, “o interessante é por que certas ideias de ‘outro lugar’ são recebidas em um determinado contexto, enquanto outras não” (p.159). Esta pesquisa buscou compreender como se dá a circulação de discursos (usando a analogia com as ondas divulgadoras), e, principalmente, a forma como estes discursos, palavras de ordem e teorias, foram apropriados e alvos de disputas que demarcam campos, enfim, lugares de onde se fala.

A localidade que foi foco desta pesquisa foi atingida por esta “onda” que trouxe à tona discussões acerca da emergência da intervenção do poder público em questões que, até então, eram consideradas privadas. Como dizia Heleieth Saffioti (1999) “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”, sobre o papel dos órgãos públicos no enfrentamento à violência contra as mulheres. Neste sentido, buscaremos situar como e, principalmente, por quem estão sendo geridas as políticas para as mulheres, face à Lei Maria da Penha, indagando se assumem perspectivas assistencialistas e/ou emancipatórias?

Por fim, foi através de uma pesquisa empírica que pudemos qualificar as práticas e discursos das agentes que trabalham ou trabalharam com as políticas

¹² Costuma-se chamar de “Primeira Onda” do feminismo, o movimento que esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos (como o de votar e ser eleita), o feminismo chamado de “Segunda Onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”.

¹³ Entrevista concedida em outubro de 2000. Ver MALUF; COSTA (2001).

para as mulheres em âmbito municipal. Utilizamos métodos de observação participante, de modo adaptado às condições do campo de pesquisa, sendo estes entendidos como uma prática interativa entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, com o objetivo de identificar os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas, buscando “revelar” o significado cotidiano nos quais as elas agem (MATTOS, 2001).

Além dos métodos de observação, utilizamos entrevistas semiestruturadas, que segundo Rosália Duarte (2002), definem-se como “uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos” (p. 147). Estas entrevistas foram realizadas com as funcionárias da Secretaria da Mulher e com a ex-assessora da Assessoria da Mulher (2001-2004), para compreender a trajetória que precedeu a institucionalização da Secretaria. Outra indicação importante que se constituiu em ponto metodológico, diz respeito ao número de entrevistas, seguindo ainda os apontamentos de Duarte (2002), numa metodologia de base qualitativa, o número de entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori. O que deve determinar o número é a qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como a profundidade e o grau de recorrência e divergência destas informações. A autora também diz que os “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, devem ser aproveitados, dando-se continuidade ao trabalho de entrevistas. Deste modo, foram realizadas entrevistas gravadas entre junho e julho de 2012, mas conversas informais foram mantidas desde o início desta pesquisa, ou seja, desde meados de 2010, sendo que estas conversas nortearam o conteúdo das entrevistas gravadas. Conquanto, as ponderações apresentadas, nas considerações finais desta dissertação, sobre o trabalho de campo se baseiam tanto nas entrevistas quanto nas observações e diálogos mantidos durante todo o processo da pesquisa.

2. Igualdade e diferença: os fundamentos das políticas para mulheres

A igualdade pode ser um direito, mas não há poder sobre a Terra capaz de a tornar um fato.

Honoré de Balzac

A questão fundamental e primária de toda e qualquer reflexão sobre igualdade é “o que nos fazem iguais e o que nos tornam diferentes?”. De certa forma esta pergunta, e suas infinitas respostas, são o princípio e o fim dos principais problemas do mundo. Como veremos em alguns autores, com opiniões ora convergentes ora divergentes, a questão da igualdade, ou melhor, da diferença entre os humanos, compõe a estrutura fundante das relações sociais.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (1999), a igualdade tornou-se um princípio emancipatório da vida social, em conjunto com a liberdade e a cidadania, formam preceitos das sociedades modernas¹⁴. Ademais, a desigualdade e a exclusão foram ressignificadas, sendo justificadas enquanto exceções ou incidentes sem legitimidade, claro que em princípio. Porém, convergindo com o desenvolvimento capitalista, o princípio da regulação passa a gerir os processos de desigualdade e exclusão, sendo este um mecanismo indispensável para a manutenção das relações de poder e capital. Tornando-se então, contraditório ao princípio de emancipação, que continua a apontar para a igualdade e integração social.

No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada, enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e a sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora (SOUSA SANTOS, 1999, p. 2).

Assim, o autor ressalta que ambos os sistemas são tipos ideais e que na prática social eles convergem, formando combinações complexas. Aponta que o grande teorizador da desigualdade na modernidade é Karl Marx, tendo como princípio as relações entre capital/trabalho e a produção de uma desigualdade classista e exploratória. E que o principal teorizador da exclusão é Michel Foucault, compreendendo a exclusão enquanto um fenómeno sociocultural/civilizacional, em

¹⁴ Entendendo por Sociedade Moderna, o período histórico pós século XVIII (com o desenvolvimento do Capitalismo).

que uma dada cultura, através “de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita” (SOUSA SANTOS, 1999, p. 2), por meio das ciências humanas e da regulação jurídica, criam-se normas qualificadoras e desqualificadoras que se traduzem em regras que sustentam a exclusão e mantêm as fronteiras entre o normal, o anormal e o patológico¹⁵. Contudo, Boaventura ainda salienta outros dois fatos que, ora híbridos de elementos da desigualdade e da exclusão, sustentam o sistema de ordenação social: o racismo e o sexismo.

Assentam ambos nos dispositivos de verdade que criam os excluídos foucaultianos, o eu e o outro, simétricos numa partilha que rejeita ou interdiz tudo o que cai no lado errado da partilha. No entanto, em ambas as formas de hierarquização se pretende uma integração subordinada pelo trabalho. No caso do racismo, o princípio de exclusão assenta na hierarquia das raças e a integração desigual ocorre, primeiro, através da exploração colonial, e depois, através da imigração. No caso do sexismo, o princípio da exclusão assenta na distinção entre o espaço público e o espaço privado e o princípio da integração desigual, no papel da mulher na reprodução da força do trabalho no seio da família e, mais tarde, tal como o racismo, pela integração em formas desvalorizadas de força do trabalho. Por um lado, a etnicização/racialização da força de trabalho. Por outro, a sexização da força de trabalho. O racismo e o sexismo são, pois, dispositivos de hierarquização que combinam a desigualdade de Marx e a exclusão de Foucault (SOUSA SANTOS, 1999, p. 3-4).

Estes princípios de hierarquização foram construídos socialmente no âmbito das sociedades nacionais metropolitanas e, segundo o autor, desde a expansão capitalista, o sistema mundial também se assenta nos princípios da desigualdade e da exclusão. “Por um lado, a desigualdade pelo trabalho escravo; por outro, a exclusão pelo genocídio dos países indígenas” (SOUSA SANTOS, 1999, p.5), sendo a escravidão o grau extremo da desigualdade e o extermínio o grau extremo da exclusão.

Já Jean-Jacques Rousseau (1999), concebe dois tipos de desigualdade: a desigualdade física ou natural, que consiste nas diferenças de idade, saúde, forças do corpo, qualidades do espírito e da alma; e a desigualdade moral ou política, estabelecida ou autorizada pelo consentimento dos homens, que “consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o de serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles” (p. 51). Consequente, o autor coloca que a desigualdade natural é inquestionável, logo que a resposta se enuncia na própria definição da palavra, e ainda menos se justifica a busca de uma ligação entre os dois tipos, pois se estaria

¹⁵ Este ponto refere-se à qualificação da loucura e da criminalidade, em que a periculosidade apontada aos sujeitos justifica a exclusão.

procurando na natureza o fundamento das desigualdades de poder e riqueza. Nota-se aqui, um grande avanço reflexivo sobre diferenças fisiológicas e a produção de diferenças sociais, que melhor se qualificam enquanto desigualdades. Porém, na época não se questionavam as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, pois estas não eram consideradas sujeitos de direitos, haja vista que Rousseau (1999) em nenhum momento cita esta questão, ainda que o termo “homens” era sinônimo de todos os humanos, o autor demarca que fala do “homem” para homens, estes livres e com condições para discordar de seu discurso.

No campo das teorias feministas, Joan Scott (2005) compreende a igualdade enquanto “um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (p. 15). A partir desta consideração temos uma questão importante: em quais momentos devemos ignorar a(s) diferença(s) e em quais circunstâncias devemos levá-la em consideração? Retomando a pergunta inicial desta seção, o que nos fazem iguais e o que nos tornam diferentes? Em princípio somos todos diferentes, ao mesmo tempo em que pertencemos a uma mesma espécie, mas este fato ainda não nos torna iguais, só conclui que pertencemos a um mesmo grupo biológico. E este grupo subdivide-se socialmente em infinitos subgrupos até reduzir-se novamente ao indivíduo, sendo este fato o princípio fundamental e problemático da diferença: se a semelhança nos aproxima (enquanto grupo), a diferença nos afasta (enquanto indivíduos)? Scott (2005) coloca que “a tensão entre identidade de grupo e identidade individual não pode ser resolvida; ela é uma consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social” (p.22).

Consequente, se a diferença organiza a vida social, a identidade de grupo, por vezes, gera situações confusas na prática social. Por exemplo, o clássico livro de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo”, de 1949, tornou-se uma referência na história das lutas feministas por trazer questionamentos e reflexões acerca da grande dúvida corrente na época, a busca da “verdade” sobre a mulher. Esta, talvez, seja o primórdio do feminismo, a procura por desqualificar as “verdades” construídas sobre os corpos e os modos femininos. Assim, Beauvoir questiona: “em verdade, haverá mulher?” (1970, p.7). A busca pela eliminação da categoria “mulher”,

enquanto um fator de demarcação política e social, gerou tais situações confusas supracitadas em um dado momento histórico do feminismo.

O feminismo foi um protesto contra a exclusão das mulheres da política; seu objetivo foi o de eliminar a diferença sexual na política. Mas a sua campanha foi voltada às mulheres. Pelo fato de agir em favor das mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava eliminar – chamando a atenção exatamente para a questão que pretendia eliminar (SCOTT, 2005, p. 21).

Se não há “mulher”, há luta feminista? A reflexão de Beauvoir (1970) sobre a “verdade” sobre a mulher foi criticada por Luce Irigaray (2002), que segundo esta a questão está mal colocada, a busca pela igualdade proposta por aquela é uma falha teórica e prática, pois a subjetividade feminina deve buscar um lugar social de dignidade equivalente e irredutível a ela mesma.

O ponto de vista de meu trabalho sobre a subjetividade feminina, é, de certa forma, o inverso do de Simone de Beauvoir, no que diz respeito à questão do outro. Em vez de dizer: não quero ser o outro do sujeito masculino e, para tanto, pretendo ser igual a ele, eu digo: a questão do outro está mal colocada na tradição ocidental, o outro é sempre o outro do mesmo, o outro do próprio sujeito e não um outro sujeito a ele irredutível e de dignidade equivalente (IRIGARAY, 2002, p. 3).

Todavia, existe uma subjetividade feminina comum a todas as mulheres? A crítica que Irigaray faz à Beauvoir responde aos problemas da questão da diferença? Existe algum denominador comum que afira às mulheres a pertença a um mesmo grupo? Para Avtar Brah (2006), o signo “mulher” não é uma categoria unitária, mas isso não significa que a categoria careça de sentido.

O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais (BRAH, 2006, p. 341).

Seguindo o raciocínio de Brah, tomando o termo “mulheres” enquanto categorias diferenciadas, o singular “mulher” sofreu fortes críticas por sua homogeneidade, principalmente nos Estados Unidos, muitas feministas apontaram que o termo no singular privilegiava algumas e não contemplava a diversidade que a categoria constituía.

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicavam uma “diferença” - dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam. Não consideravam [...] que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma “libertação”. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais. Além disso, argumentavam, o trabalho “mal remunerado” que muitas mulheres brancas de camadas médias reivindicavam como forma de

satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para seus filhos, maridos e pais (PEDRO, 2005, p.82).

O termo no plural apresentava-se mais acolhedor as múltiplas diferenças que a categoria compunha, reconhecendo as diversas reivindicações dos distintos segmentos. Mulher, mulheres, seres humanos do gênero feminino, indiferente do termo utilizado, seja no singular ou no plural, o peso social, histórico e cultural que elas carregam denota, a priori, aqueles seres humanos que não são homens. Assim, posteriormente, a categoria gênero, difundida na década de 1980, foi considerada um meio de suprir as dificuldades de conceituar as diferenças socioculturais entre homens e mulheres. O conceito criado para analisar essas relações sociais que demarcam papéis historicamente construídos assumiu um caráter político de questionamento da situação das mulheres. Gênero, enquanto categoria de análise, passou, então, a ser utilizado por teóricas e estudiosas de mulheres e do feminismo.

A palavra gênero, a priori, tinha um uso gramatical, para distinguir entre uma palavra masculina, feminina ou neutra. O primeiro a utilizar o termo gênero, para se referir ao conceito de identidade de gênero, foi o Dr. John Money, da Universidade Johns Hopkins de Baltimore (Maryland, Estados Unidos), em 1950. Para Money, a identidade de gênero do indivíduo dependia de sua educação desde a infância, podendo diferir do sexo biológico. Defendia a possibilidade de mudar o gênero da pessoa através da educação e que crianças nascidas com órgãos genitais ambíguos (intersexuais) podiam ter um sexo diferente do genético através de modificação cirúrgica, que, em sua opinião, deveria ser realizada antes dos 18 meses de idade, pois de outra forma o sexo biológico poderia determinar um papel de gênero imposto pela sociedade. Assim nasceu também o conceito de gênero como “papel”, ou conjunto de funções que a sociedade atribui a cada um dos gêneros. Em 1968, o psiquiatra Robert Stoller publicou uma obra chamada “Sexo e Gênero”, nela divulgou as ideias de Money: o vocábulo gênero não tem um significado biológico, mas sim psicológico e cultural. Os termos que melhor correspondem ao sexo são macho e fêmea, enquanto que os que melhor designam o gênero são masculino e feminino, sendo que estes podem chegar a ser independentes do sexo biológico (STOLLER, 1993).

Contudo, somente em 1975, quando utilizado por Gayle Rubin em seu trabalho sobre tráfico de mulheres¹⁶, que a categoria gênero ganhou notoriedade dentro dos estudos feministas. Sendo amplamente difundida no meio acadêmico uma década mais tarde através de um artigo de Joan Scott (1990), onde gênero é apresentado enquanto a organização social da diferença sexual, um saber que dá significados para as diferenças corporais, o modo como a sociedade, como as pessoas no seu tempo e no contexto histórico em que vivem, as entende e as define. Assim, historicamente o conceito de gênero vem sendo moldado a partir de debates epistemológicos interdisciplinares, de início “as teóricas feministas criaram a noção de gênero como categoria analítica da divisão sexuada do mundo, trazendo à luz a construção dos papéis sociais naturalizados em torno da matriz genital/biológica” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p.01). De fato, a construção do gênero embasada no sexo biológico é fundamento dos mecanismos de divisão e controle de um sexo sobre outro, da dominação e do poder exercidos nessa relação. Esta divisão binária que cria corpos femininos e masculinos, de significado universal, delimita a identidade do humano em práticas normativas.

Judith Butler (2003) já sugere uma distinção radical entre os corpos sexuados e os gêneros construídos socialmente, pois não haveria razão alguma para supor que os gêneros sejam instituídos de forma binária em todas as sociedades e em todos os tempos. Desconstruindo esta divisão do mundo em homens e mulheres, masculino e feminino, em que o conceito de gênero se fundamenta, ela indica que se a construção do gênero for teorizada como radicalmente independente do sexo, o masculino pode ser significado em um corpo feminino bem como o feminino em um corpo masculino, este é o que a autora chama de corpo performativo. Linda Nicholson (2000) tem uma compreensão de gênero correspondente a de Butler, tecendo críticas a essas teorias que se apoiam em um “eu fisiológico” determinante na produção de signos sociais, denominando este fato de fundacionalismo biológico, no qual o corpo é entendido como a estrutura fundante da personalidade e do comportamento.

O feminismo precisa abandonar o fundacionalismo biológico junto com o determinismo biológico. Defendo que a população humana difere, dentro de si mesma, não só em termos das expectativas sociais sobre como pensamos, sentimos e agimos; há também diferenças nos modos como

¹⁶ RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex. Rayna Reiter (org.). **Toward an Anthropology of Women**, New York, Monthly Review Press, 1975.

entendemos o corpo. Consequentemente, precisamos entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que vão “até o fundo” — aquelas diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao “gênero” (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo. Essa compreensão não faz com que o corpo desapareça da teoria feminista. Com ela o corpo se torna, isto sim, uma variável, mais do que uma constante, não mais capaz de fundamentar noções relativas a distinção masculino/feminino (NICHOLSON, 2000, p. 14).

A significação e ressignificação de conceitos e categorias de análise são pressupostos teóricos consequentes da necessidade de compreender realidades sociais distintas e dinâmicas. As variações dos conceitos e categorias que serviram de suporte às teorias feministas são decorrentes da agenda política do movimento feminista, haja vista que suas principais pautas de luta se baseiam na supressão das desigualdades sociais entre os gêneros, as (re)conceituações acompanham a necessidade política de reformular, fundamentar e aperfeiçoar constantemente as teorias sobre a realidade social à qual se objetiva transformar. Pois, antes de transformar a realidade é preciso conhecê-la, entendendo que o objetivo do feminismo é transformar as relações sociais, como apontado por Brah (2006).

O objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil. A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas (p. 342).

Deste modo, como transformar objetivos em ações? Tendo em vista que ações (políticas) representam interesses, e que muitas vezes, ou na maioria das vezes, estes interesses são divergentes. E as políticas públicas não seguem, necessariamente, as demandas sociais, que, segundo Farah (2004), podemos compreender as políticas públicas como um conjunto de ações governamentais, orientadas por determinados objetivos, reproduzindo ou traduzindo um jogo de interesses. Ou, em uma perspectiva mais operacional:

[...] um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2007, p. 29).

Então, como pensar, elaborar e executar políticas públicas para as mulheres? Sendo que estas representam a maior parte da população na maioria dos

estados e municípios brasileiros e a minoria nos cargos políticos. Não que os homens não possam ser simpáticos às causas feministas e trabalhar em prol delas, mas a desigualdade/exclusão já começa pelo fato de que a grande maioria dos gestores políticos são homens. E a política é, senão um fim, um caminho para a emancipação.

Obter a igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação esta que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. Para as feministas, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como um gênero (DEERE; LEÓN, 2002, p. 52).

Conquanto, o Estado brasileiro vem investindo na promoção da cidadania das mulheres por meio de leis e políticas públicas, principalmente na última década. A seguir, discorreremos acerca do desenvolvimento destas políticas para mulheres face às conquistas da agenda feminista e aos desafios a serem enfrentados.

2.1. Conquistas feministas em âmbito nacional

O século XX foi marcado por conflitos e reconfigurações políticas, econômicas, sociais e culturais, porém, somente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é que diversos segmentos sociais, no caso as mulheres, conseguiram ganhar notoriedade e força, fato corroborado pelas contradições que o fim da Grande Guerra trouxe à tona. No contexto europeu e estadunidense, os soldados, ao retornarem para casa, não encontraram esposas dedicadas ao lar, mas mulheres que haviam se tornado operárias, trabalhadoras suficientemente capazes de assumir a própria subsistência e a dos filhos. Talvez esta tenha sido uma das principais contradições que impulsionou o fortalecimento dos movimentos de mulheres, haja vista a grande difusão do ideário feminista pelos movimentos populares nas décadas posteriores, concepções que antes eram restritas às mulheres letradas. Além dos avanços científicos e tecnológicos, que permitiram um controle mais eficaz da natalidade graças à “pílula” e facilitaram os trabalhos domésticos com a mecanização de algumas tarefas, e dos meios de comunicação, outro grande aliado da militância feminista foi o fato de que, pela primeira vez, em grande número, as mulheres se sentiram capazes de questionar a subjugação pela qual eram sujeitadas.

No Brasil, diversos grupos e movimentos de mulheres e/ou feministas foram formados entre o final da década de 1960 e meados da década de 1980. Muitas militantes partilharam das causas feministas engajadas nos movimentos de luta contra a ditadura militar no país (1964-1984), participaram das lutas armadas transgredindo os comportamentos designados como próprio das mulheres (SARTI, 2001). As críticas sobre a normatização comportamental imposta pela cultura patriarcal se fortaleceram com a resistência feminina à ditadura; grupos de intelectuais influenciadas pelas teorias feministas europeias e estadunidenses levaram esta luta para as Universidades, buscando ressignificar conceitos e discutir práticas científicas notoriamente marcadas pela dominação masculina, tornando o campo do conhecimento um aliado potencial às lutas feministas.

Estas reivindicações femininas ganharam força com os movimentos da década de 1970 e espaço no poder público a partir da década de 1980. Em 1983 foram criados, em São Paulo e Minas Gerais, os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina, visando traçar políticas públicas para as mulheres. Consequente, em 1985 foi instaurada, na cidade de São Paulo, a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, seguida pela rápida implantação de outras DEAMs em outros estados brasileiros (OLIVEIRA; BARROS; SOUZA, 2010). Neste mesmo ano foi decretada e sancionada a Lei nº 7.353/85 que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Durante o período da Assembléia Constituinte (1985 a 1988), movimentos e organizações (regionais e nacionais) articularam-se no objetivo de construir propostas de leis para serem incorporadas na nova Constituição. Dentro dessas articulações o CNDM organizou um encontro nacional em Brasília, para o qual se deslocaram centenas de mulheres de todas as regiões do país e na qual, com base nas propostas recebidas anteriormente e discutidas em plenário, foi aprovada a *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*. Em 1988, através do *Lobby do Batom*¹⁷, as mulheres brasileiras, tendo à frente diversas feministas e as 26 deputadas federais constituintes, obtiveram significativos avanços na Constituição Federal, garantindo igualdade a todos os brasileiros, perante a lei, sem distinção de

¹⁷ O Lobby do Batom foi um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática (IBGE, 2010a).

qualquer natureza e assegurando que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" (IBGE, 2010a).

A lei de criação do CNDM foi revogada após cinco anos pela Lei nº 8.028/90, que tirou autonomia administrativa e financeira do órgão, submetendo-o ao Ministério da Justiça e, conseqüentemente, esvaziando-o. Desmantelado pelo Governo de Fernando Collor de Mello, o CNDM foi reativado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, entretanto ainda subordinado ao Ministério da Justiça e novamente esvaziado entre os anos de 1997 e 1998 (SANTOS; PEREIRA, 2008).

Com a ocorrência da Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) houve um processo preparatório nacional que permitiu a articulação do movimento de mulheres em âmbito nacional lutar novamente em torno das demandas por direitos e políticas públicas. Com muito esforço, as feministas, mesmo sem um organismo governamental para desenvolver políticas públicas, conquistaram importantes marcos no âmbito legal: "Da Conferência de Beijing-95, vieram à diretriz de transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas e várias estratégias redistributivas para o acesso e controle aos recursos e ao poder pelas mulheres" (OLIVEIRA; BARROS; SOUZA, 2010, p.37).

Na década de 1990, durante o sopro dos ventos não favoráveis a políticas para as mulheres, despontam no cenário nacional a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (1992); a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB (1994); a Articulação de Organizações de Mulheres Negras (1999) e a Marcha Mundial das Mulheres (2000). Em 2002, esse grupo unido com outras instâncias nacionais do movimento de mulheres organizou a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. O processo de ocorrência dessa Conferência Nacional evidenciou a fragmentação dos movimentos de mulheres, na discussão e aprovação de uma Plataforma Política Feminista. Ainda em 2002, pressionado pela articulação nacional de mulheres, o Governo FHC criou a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, que no ano seguinte, com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com *status* de Ministério, abrigando em sua estrutura o CNDM. A partir desta nova estrutura, o CNDM passa a ser um espaço de participação e controle social, deixando de possuir

poder deliberativo devido à criação da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (OLIVEIRA; BARROS; SOUZA, 2010).

Os espaços de discussão e visibilidade das reivindicações femininas ampliaram-se quantitativa e qualitativamente na última década; a SPM foi criada visando à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens (BRASIL, 2004). Os movimentos feministas e de mulheres obtiveram uma grande conquista, reflexo de décadas de lutas, e as políticas para mulheres uma forte aliada, que foi a promulgação da Lei nº 11.340/06, sancionada em 07 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, esta:

cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2008, p. 15).

A Lei tornou-se símbolo não só da luta de Maria da Penha, mas representa a batalha de milhares de mulheres durante décadas, podendo ser considerada a maior conquista dos movimentos feministas no Brasil. A aprovação da Lei estimulou a inserção do tema da violência contra as mulheres no cotidiano da vida política. Os movimentos de mulheres e feministas, tribunais de justiça, defensores públicos, dentre outras instâncias, organizaram congressos e seminários para discutir os propósitos e as inovações da Lei.

Porém, vale salientar que o Brasil havia assinado, em 1994, a Convenção de Belém do Pará, que instituiu o compromisso do Estado em prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Todavia o Estado brasileiro levou mais de uma década para começar a criar políticas para atender estes propósitos, sendo condenado, em 2000, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da OEA, por negligência com o caso de Maria da Penha. O relatório dos pareceres da Comissão foi enviado ao Estado brasileiro em 2001, com o prazo de um mês para cumprimento de suas recomendações, mas não obteve resposta. Neste relatório a Comissão apresenta as seguintes conclusões:

1. Que tem competência para conhecer deste caso e que a petição é admissível em conformidade com os artigos 46.2, c e 47 da Convenção Americana e com o artigo 12 da Convenção de Belém do Pará, com respeito a violações dos direitos e deveres estabelecidos nos artigos 1(1) (Obrigação de respeitar os direitos, 8 (Garantias judiciais), 24 (Igualdade perante a lei) e 25 (Proteção judicial) da Convenção Americana em relação

aos artigos II e XVIII da Declaração Americana, bem como no artigo 7 da Convenção de Belém do Pará.

2. Que, com fundamento nos fatos não controvertidos e na análise acima exposta, a República Federativa do Brasil é responsável da violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, assegurados pelos artigos 8 e 25 da Convenção Americana em concordância com a obrigação geral de respeitar e garantir os direitos, prevista no artigo 1(1) do referido instrumento pela dilação injustificada e tramitação negligente deste caso de violência doméstica no Brasil.

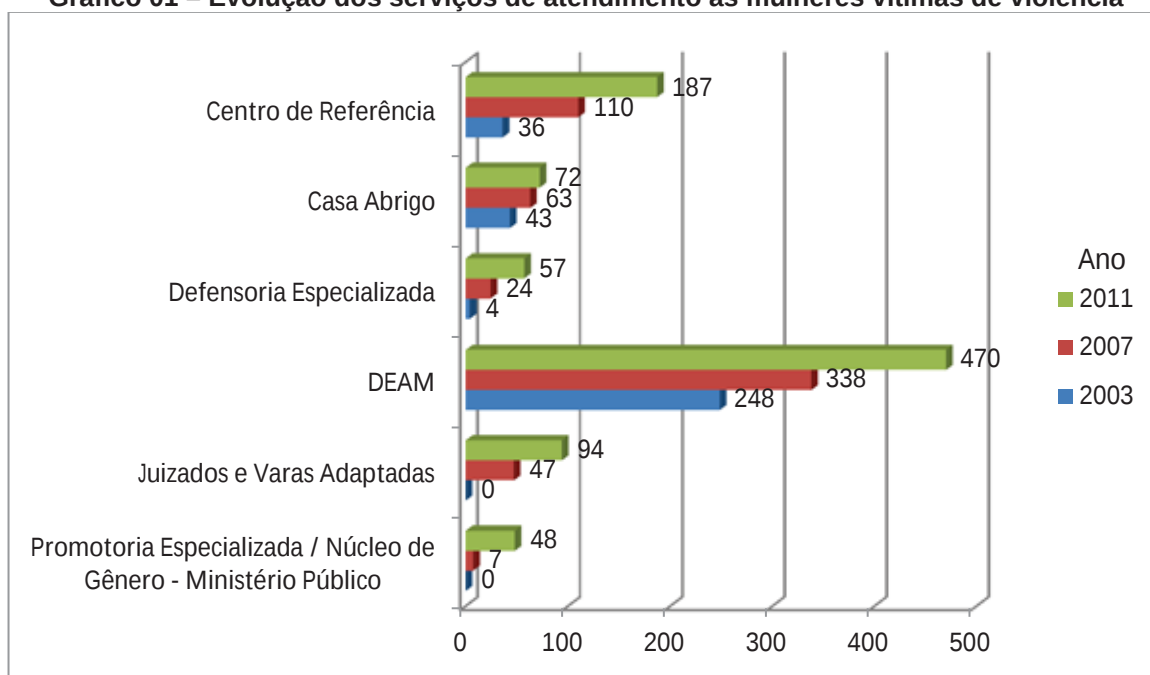
3. Que o Estado tomou algumas medidas destinadas a reduzir o alcance da violência doméstica e a tolerância estatal da mesma, embora essas medidas ainda não tenham conseguido reduzir consideravelmente o padrão de tolerância estatal, particularmente em virtude da falta de efetividade da ação policial e judicial no Brasil, com respeito à violência contra a mulher.

4. Que o Estado violou os direitos e o cumprimento de seus deveres segundo o artigo 7 da Convenção de Belém do Pará em prejuízo da Senhora Fernandes, bem como em conexão com os artigos 8 e 25 da Convenção Americana e sua relação com o artigo 1(1) da Convenção, por seus próprios atos omissivos e tolerantes da violação infligida (OEA, 2001).

E mesmo após a sanção da Lei Maria da Penha e os investimentos do governo federal, o enfrentamento à violência contra as mulheres ainda tem um longo caminho pela frente. Sendo neste contexto de avanços e retrocessos que os movimentos feministas e de mulheres firmaram-se e difundiram-se pelo Brasil. Segundo Sarti (2001), o movimento de mulheres já era uma força política e social consolidada nos anos de 1980 e que, nesta década, os grupos feministas propagaram-se pelo país e inseriram-se nas associações profissionais, partidos e sindicatos, legitimando suas lutas, porém polarizando-se, abandonando o caráter universalista da bandeira feminista, buscando “adaptar” as reivindicações às realidades locais.

Essas realidades locais, no que tange as políticas para mulheres, tiveram frutíferos investimentos na última década através de parcerias e acordos (termos de cooperação técnica) com o governo federal, este, visando tornar efetivo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e seguir as orientações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, gerou novos cenários de políticas de atendimento às vítimas e combate à violência contra as mulheres. Como podemos visualizar no quadro que segue:

Gráfico 01 – Evolução dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência



Fonte: BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

Levando em consideração a magnitude do problema, mesmo com todos os investimentos da última década, ainda são poucos os serviços disponíveis. Porém, é importante ressaltar que a rede de atendimento à mulher em situação de violência foi construída em um período muito curto de tempo, respondendo a uma política recentemente instalada e que ainda está em fase de expansão e consolidação. É fato que, até 2003, as Casas Abrigo e as DEAM constituíram as principais respostas dos governos (federal, estadual e municipal) à questão da violência contra as mulheres. A partir de então, as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas e passaram a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e de responsabilização dos agressores, mas há muito ainda por fazer (BRASIL, 2011). Dos órgãos apresentados no gráfico, Maringá possui o Centro de Referência, a Casa Abrigo e a DEAM.

2.2. Maringá e as políticas para mulheres

Maringá é um município de médio porte localizado na Região Norte Central do estado do Paraná, sendo uma cidade planejada e de urbanização recente, é a terceira maior cidade do estado e a sétima mais populosa da região sul do Brasil, com a população de 357.077 habitantes (IBGE, 2010b). Fundada em 10 de maio de

1947 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, inicialmente como Distrito de Mandaguari, em 1951 foi elevada a município e em 1954 foi instalada a Comarca de Maringá. “Em virtude de sua privilegiada situação geográfica, Maringá tornou-se desde logo um dos principais núcleos urbanos fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná” (LUZ, 2001, p. 123).

O nome da cidade deriva de uma canção homônima de Joubert de Carvalho, composta em 1931, que retrata a história de uma migrante nordestina e o drama das secas, Maringá (contração de Maria do Ingá). Música muito popular na época, sendo sugestão de Elizabeth Thomas, esposa de um dos diretores da empresa colonizadora, batizar o município com este nome (LUZ, 2001). Por ter o nome em homenagem à canção, Maringá ganhou o apelido de “Cidade Canção”.

*Maringá, Maringá,
Depois que tu partiste,
Tudo aqui ficou tão triste,
Que eu garrei a maginá.
Maringá, Maringá
Para havê felicidade,
É preciso que a saudade
Vá batê noutro lugá.*

Refrão da música de Joubert de Carvalho, 1931.

Maringá é resultado de um grande empreendimento econômico da expansão cafeeira do estado de São Paulo. “Com uma rapidez sem precedentes, juntamente com Londrina, tornou-se em poucos anos um dos principais produtores agrícolas do país e, ao mesmo tempo, um dos municípios com maior grau de urbanização e incremento demográfico do estado” (RODRIGUES, 2004, p.38). Planejada para atingir 200 mil habitantes em 50 anos, Maringá contava com mais de 260 mil habitantes em seu cinquentenário.

Atualmente, Maringá constitui uma região metropolitana que compõe 26 municípios. A Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi criada em 1998 pela Lei Estadual 83/98, sendo composta, inicialmente, pelos municípios de Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi (PARANÁ, 1998). Em 2002, o município de Floresta passou a compor a RMM através da Lei 13.565/2002 (PARANÁ, 2002). Astorga, Doutor Camargo, Itambé e Ivatuba foram acrescentados em 2005, pela Lei 110/2005 (PARANÁ, 2005). Em 2010, a RMM incorporou as cidades de Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floraí, Flórida, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé e São Jorge do Ivaí, pela Lei 127/2010 (PARANÁ, 2010). Em abril de 2012,

o município de Nova Esperança foi incluído na RMM pela Lei 145/2012, sendo o 26º a compor a mesma (PARANÁ, 2012). Segundo o Censo Demográfico de 2010, a RMM possui 716.918 habitantes (TABELA 02).

Figura 01: Mapa da Região Metropolitana de Maringá – 2010



Fonte: IPARDES, 2010.

TABELA 02: População residente da Região Metropolitana de Maringá - 2010

Município	População residente Homens	População residente Mulheres	População Total
Ângulo	1.457	1.402	2.859
Astorga	12.142	12.556	24.698
Atalaia	1.970	1.943	3.913
Bom Sucesso	3.227	3.334	6.561
Cambira	3.679	3.557	7.236
Doutor Camargo	2.868	2.960	5.828
Floraí	2.502	2.548	5.050
Floresta	2.953	2.978	5.931
Flórida	1.289	1.254	2.543
Iguaraçu	2.004	1.978	3.982
Itambé	2.946	3.033	5.979
Ivatuba	1.436	1.574	3.010
Jandaia do Sul	9.880	10.389	20.269
Lobato	2.234	2.167	4.401
Mandaguaçu	9.853	9.928	19.781
Mandaguari	16.035	16.623	32.658
Marialva	15.795	16.164	31.959
Maringá	171.724	185.353	357.077
Munhoz de Mello	1.836	1.836	3.672
Nova Esperança	13.019	13.596	26.615
Ourizona	1.705	1.675	3.380
Paçandu	17.822	18.114	35.936
Presidente Castelo Branco	2.455	2.329	4.784
Santa Fé	5.118	5.314	10.432
São Jorge do Ivaí	2.724	2.793	5.517
Sarandi	40.830	42.017	82.847
Total	349.503	367.415	716.918

Fonte: Censo Demográfico de 2010, IBGE.

Maringá está em segundo lugar no *ranking* estadual dos municípios paranaenses com a maior renda média domiciliar *per capita*: de R\$ 1.323,60, ficando atrás somente da capital, Curitiba, com R\$ 1.802,45 (IBGE, 2010b). O município está entre as 40 cidades brasileiras com a maior renda média domiciliar *per capita*. Com a economia baseada, primordialmente, no setor de comércio e prestação de serviços, alcançou um PIB (Produto Interno Bruto) na escala dos R\$ 7,2 milhões em 2009. Sendo pólo regional na área da saúde, comércio, serviços e educação, contando com 14 instituições de ensino superior que agregam juntas uma população universitária acima de 40 mil estudantes.

Na questão das políticas públicas voltadas para mulheres, o município seguiu o que vinha sendo instituído em âmbito federal. A DEAM foi inaugurada em 1986; o Conselho Municipal da Mulher (CMM) instituído em 1996, ganhando nova regulamentação em 2001 e 2004; a Assessoria Municipal da Mulher criada em 2001; a Secretaria Municipal da Mulher em 2005, a Casa Abrigo e o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em 2006. O que destoou um pouco do cenário nacional foi a

promulgação de uma lei (ANEXO 01), em 1997, que instituiu um Programa Municipal de Amparo à Mulher Vítima de Violência, que previa o atendimento e abrigamento de mulheres vítimas de violência, como está descrito no parágrafo segundo da própria lei.

§ 2º - O Programa prevê a instalação de uma rede municipal de abrigos, sob a responsabilidade do Município, que oferecerão abrigo e alimentação, prestação de assistência social, médica, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência, com o objetivo de propiciar a superação das situações de crise e carência psicossocial, valorizar as potencialidades da mulher, despertar sua consciência, favorecer sua formação profissional e encaminhá-la ao mercado de trabalho (MARINGÁ, Lei nº 4361/97, 1997).

Porém, segundo a ex-assessora, da Assessoria Municipal da Mulher (gestão 2001-2004), tanto esse Programa quanto o Conselho não tiveram atuação até ganharem nova regulamentação em 2001. Para ela, o Conselho só passou a ter atuação posteriormente à criação do órgão executivo municipal destinado às políticas para mulheres, ou seja, após a instituição da Assessoria e depois da Secretaria. Sobre o programa, mesmo reiterado pela Lei nº 5463/2001 (ANEXO 02), sua execução só foi possível em 2006 com a criação dos órgãos de atendimento: o CRAM e a Casa Abrigo.

Tabela 03: Número de mulheres atendidas pelo CRAM e Casa Abrigo – Maringá (2006-2010)

Ano	Nº de atendimentos	Nº de mulheres abrigadas	Nº de crianças*
2006	292	9	12
2007	318	16	26
2008	345	09	08
2009	239	20	18
2010	590	18	24
Total	1784	72	88

Fonte: ARAÚJO, 2012.

*As crianças foram abrigadas junto com as mães.

Sobre o Conselho Municipal da Mulher (CMM), a Lei nº 4258/96 (ANEXO 03) instituía que o conselho seria composto por onze conselheiros titulares e quatro suplentes, todos indicados pelo poder executivo. Alterada pela Lei nº 5590/2001 (ANEXO 04), passando a ser composto por trinta conselheiras regulares e trinta suplentes (agora no feminino), sendo doze cadeiras compostas por órgãos governamentais e dezoito por órgãos não-governamentais, representando um grande avanço nas representatividades da sociedade civil, haja vista que anteriormente sua composição era através de indicação do executivo. A tabela que segue figura as entidades que passaram a compor o CMM a partir de 2001.

Tabela 04: Entidades que compunham o Conselho Municipal da Mulher de Maringá (2001-2004)

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS E SOCIEDADE CIVIL
Secretaria Municipal da Saúde	Trabalhadoras da Saúde
Secretaria Municipal da Educação	Movimento Cultural
Secretaria Municipal da Cultura	Associações de Bairros
Fundação do Desenvolvimento Social e da Cidadania de Maringá	Cooperativas de Mulheres
Assessoria Municipal da Mulher	Movimento Organizado de Mulheres
Assessoria Municipal da Juventude	Movimentos Organizados da Comunidade Negra
Assessoria Municipal da Comunidade Negra	APP-Sindicato
Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	Movimentos de Gays e Lésbicas
Delegacia da Mulher	ACIM – Conselho da Mulher Empresária
Universidade Estadual de Maringá	Sindicato das Empregadas Domésticas
Ministério Público	Movimento dos Direitos Humanos
Núcleo Regional de Ensino	Movimento Ecumênico
	Trabalhadoras da Imprensa
	Centrais Sindicais de Trabalhadores
	Movimento Indigenistas Organizados
	Ordem dos Advogados do Brasil
	Mitra Arquidiocesana de Maringá
	Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá

Fonte: Lei municipal 5590/2001, Maringá-PR, 2001a.

Em 2004, através da Lei nº 6636/2004 (ANEXO 05), passaram a compor o CMM mais duas entidade não-governamentais, representantes das religiões afro-brasileiras e representantes do movimento das profissionais do sexo. Todavia, mesmo o CMM se reunindo somente uma vez por mês, as reuniões dificilmente contam com a presença de pelo menos a metade do número de conselheiras que possui. Assim, mesmo com uma grande diversidade nas representatividades, o Conselho compõe-se, na prática, por poucos segmentos¹⁸. Consequente, os trabalhos desenvolvidos pela Assessoria, entre 2001 e 2004, e pela Secretaria, entre 2005 e 2010, serão abordados na próxima seção.

¹⁸ Inicialmente, o Conselho seria um dos campos desta pesquisa, inclusive cheguei a entrevistar algumas conselheiras, porém, as mesmas apresentaram pouco conhecimento sobre os trabalhos desenvolvidos pela Assessoria e pela Secretaria, assim optamos (eu e minha orientadora) por focar nas agentes que trabalharam nestas instituições.

3. O trabalho de campo

O trabalho de campo é uma experiência educativa completa. O difícil é decidir o que foi aprendido.

Clifford Geertz

Ao tratar das trajetórias da institucionalização das políticas para mulheres em Maringá-PR, estamos nos referindo ao trabalho e ao envolvimento das pessoas que fizeram parte deste processo. Ao propor a criação e a implementação de órgãos municipais gestores de políticas para mulheres, o governo local contou com a dedicação (remunerada) de algumas mulheres, sendo que estas precisaram aprender a lidar com questões que, antes, não faziam parte de seu cotidiano. Seguindo a difusão nacional deste tipo de políticas, as gestoras (funcionárias destes órgãos direcionados às políticas para mulheres) tiveram que se capacitar e adaptar o conhecimento adquirido à realidade local. Após a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal, em 2003, as instituições municipais tiveram o auxílio e o suporte deste órgão, tanto na questão financeira quanto na capacitação e preparação de profissionais para atuar na área, através de materiais didático-pedagógicos e eventos.

Assim, para conhecer e compreender as trajetórias que levaram à constituição dos órgãos municipais gestores das políticas para mulheres, optamos, como já apresentado, por uma pesquisa de base qualitativa, através de observação participante e entrevistas semiestruturadas. As personagens entrevistadas foram quatro funcionárias da Secretaria Municipal da Mulher e a ex-assessora da Assessoria Municipal da Mulher.

3.1. As entrevistas

Realizamos as entrevistas entre junho e julho de 2012. No caso da ex-assessora, o objetivo foi conhecer o processo de constituição do primeiro órgão de políticas para mulheres do município. O critério de seleção utilizado para escolher quais funcionárias da Secretaria da Mulher seriam entrevistadas foi, basicamente, o período temporal em que elas estiveram envolvidas com o órgão, ou seja, as que participaram por mais tempo do processo de implementação da Semulher e de seus

órgãos de atendimento (CRAM e Casa Abrigo), sendo que as quatro selecionadas trabalharam nestes órgãos por um período superior a cinco anos.

Para realizar as entrevistas, entregamos um documento (termo de compromisso – ANEXO 06) para as entrevistadas garantindo sigilo de suas identidades, portanto, seus nomes foram alterados para a citação de seus relatos. Abaixo segue um perfil socioeconômico das mesmas, sendo Simone a ex-assessora e as outras as funcionárias da Semulher.

Tabela 05 – Perfil socioeconômico das entrevistadas

Entrevistadas	Simone	Joana	Lúcia	Miriam	Helena
DADOS					
Idade	51	33	49	43	31
Cor	Branca	Preta	Branca	Branca	Branca
Religião	Sem religião	Evangélica	Espírita	Evangélica	Evangélica
Estado Civil	Casada	Divorciada	Divorciada	Divorciada	Solteira
Escolaridade	Ensino superior completo	Ensino médio incompleto	Ensino superior completo	Ensino superior completo	Ensino superior incompleto
Área de formação	Pedagogia	-	Pedagogia e História	Letras	Serviço Social
Renda Familiar	De 5 a 10 salários mínimos	De 10 a 30 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos
Nº de pessoas que compõem o núcleo familiar (moram na mesma casa)	3	9	2	4	3
Renda Individual	De 2 a 5 salários mínimos	De 1 a 2 salários mínimos	De 5 a 10 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	De 1 a 2 salários mínimos
Se considera Feminista	Sim	Em alguns momentos	Em alguns momentos	Em alguns momentos	Em alguns momentos

3.2. Os órgãos municipais de políticas para mulheres

A constituição da Assessoria da Mulher

Segundo Simone, ex-assessora da Assessoria Municipal da Mulher (2001-2004), estava prevista no programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), quando este concorreu as eleições à Prefeitura de Maringá em 2000, a criação de uma Secretaria direcionada às políticas para mulheres, porém, por questões financeiras o projeto não foi efetivado, sendo criada então, com o PT ganhando o

pleito eleitoral e assumindo em 2001, uma Assessoria ligada ao Gabinete do Prefeito. As Assessorias desta gestão foram regulamentadas pela Lei Complementar nº 376/2001¹⁹ de forma genérica, sendo especificadas pela Lei Complementar nº 509/2003 (ANEXO 07), através desta foram institucionalizadas a Assessoria Municipal da Mulher, a Assessoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial e a Assessoria Municipal de Juventude, no corpo da lei estão definidas suas competências e finalidades. Abaixo segue o relato da ex-assessora sobre esse processo:

O PT foi fundado em 80 e eu faço parte do PT desde 85, e lá por 88-90 por aí, começamos a discussão sobre a questão das mulheres, da questão de gênero... Então a gente sempre discutiu isso dentro do partido, com outros movimentos e em reuniões com outros partidos [...]. Sempre tivemos no nosso programa de governo o projeto de implantação de uma Secretaria da Mulher, só que quando assumimos a Prefeitura em 2001, percebemos que o prefeito... a gente brinca que o antigo prefeito roubou tanto que levou até o cofre. Então naquele momento, foram implantadas as secretarias que eram mais importantes, e a gente ficou, inclusive não assumimos logo em seguida, nem como assessoria, nós assumimos... acho que em abril e o prefeito entrou em janeiro. Mesmo porque não tinha nem local para a gente ficar lá dentro da Prefeitura, muito pequeno, tudo funcionava lá naquele mesmo espaço. Hoje em dia não, a Secretaria de Saúde é em outro lugar, a Secretaria de Assistência Social em outro, têm vários setores que funcionam em outros lugares, mas naquele momento era tudo lá dentro, então só tínhamos uma sala juntos... Assim, chegamos à conclusão de que, pela inviabilidade econômica, não dava pra ter uma Secretaria naquele momento, e não sabíamos nem quando iria ter, então ficamos em três Assessorias: a Assessoria da Mulher, da Juventude e a gente dizia da Comunidade Negra na época, e aí ficamos na mesma sala, um tempo, até que bastante, uma sala pequena. E depois fomos para o terceiro andar, em um espaço um pouquinho maior. Mas aí fomos percebendo que quando as mulheres chegavam para conversar com a gente, principalmente na situação da questão da violência, elas ficavam muito inibidas para conversar, então tínhamos até um banquinho que a gente levava lá fora para conversar com as mulheres, com a mulher no caso, era sempre individual. E com o tempo pedimos uma sala própria, explicando que não era nada com eles (no caso, com as outras Assessorias), eles viam inclusive que tomávamos essa atitude. A pessoa quando chegava ficava olhando pra um lado, olhando pro outro... Na Juventude gente conversando, brincando... E a pessoa naquele estresse, naquela situação, muito nervosa, não se sentia bem ali se colocando.

Neste período, como não havia incentivo do Governo Federal, as Secretarias, Assessorias e Coordenadorias direcionadas às políticas para mulheres dependiam da boa vontade da gestão municipal e da disponibilidade de recursos da mesma, sendo a própria existência de tais órgãos um grande avanço dentro do cenário político de municípios de médio porte, do interior, como é o caso de Maringá.

¹⁹ Esta lei não está em anexo porque o corpo da lei tem 52 páginas, mas ela pode ser visualizada no site da Prefeitura Municipal de Maringá, através do endereço eletrônico:
<http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl_site/sapl_skin/generico/norma_juridica_pesquisar_form?incluir=0>.

Ademais, questionada sobre o trabalho da Assessoria e o dispêndio de pessoal, a ex-assessora respondeu:

Nós éramos só em duas, eu que era assessora e mais uma assistente, não tínhamos nem uma estagiária, alguém para ajudar, não tínhamos ninguém mais, nos quatro anos nós ficamos só em duas, o tempo todo. A assessora sempre foi eu, veio então uma primeira assistente que não deu certo, ela ficou por pouco tempo. Depois em seguida veio outra, ficou comigo um tempo também, depois como ela trabalhava com a questão de recursos humanos, ela foi convidada para trabalhar na questão do patrimônio, dos recursos humanos. E aí ela foi e veio outra, que trabalhou comigo lá e ficou por último. Nós éramos só em duas, e às vezes a gente estava cada uma em um lugar, então tinha que fechar a porta lá da Assessoria e ficar só no celular. Porque uma hora era uma no IML, outra na Delegacia da Mulher ou visitando alguém. Bem puxado. A gente sente uma pena danada daquele trabalho que a gente fazia, mais de base, que a gente não vê a Secretaria fazer hoje, que a Secretaria hoje teria muito mais condições de fazer, porque tem mais funcionárias. A gente fazia muita palestra nas escolas, e olha, não tem um posto de saúde que eu não fui... Essa semana mesmo eu estava lá na Câmara e uma mocinha que trabalha lá, na vigilância, conversando comigo ela falou que se lembrava de mim, ela foi agente comunitária de saúde e havia assistido a uma palestra que a gente deu para os agentes, na verdade era mais um bate papo que a gente fazia, a gente chegava e passava algum filme, às vezes aquele “Acorda Raimundo”, era coisa bem curtinha, uns 15, 20 minutinhos, e depois a gente fazia um bate papo, era bem interessante... A gente também passava para crianças e adolescentes nas escolas, fazia o debate, a gente passava para as mulheres nas comunidades... Então, a gente fazia esses trabalhos, bastante sabe, era bastante mesmo, e não era só assim, vamos dizer assim, só na Semana da Mulher, sobre a questão da violência, não, era constante, era só alguém chamar a gente, que a gente ia. A gente fazia bastante propaganda, na época o PT tinha um trabalho nos bairros, que era a “Prefeitura nos Bairros”, todo final de semana, a prefeitura... estava todo mundo em um determinado bairro. Em todas as secretarias, se a comunidade precisasse de alguma coisa e tal, e a gente ia, a gente distribuía os panfletos da assessoria, falava para a pessoa assim: “Se por acaso você conhecer alguém que está em situação de violência, assim, com marido, com namorado, com alguém... pode pedir para procurar a gente, que a gente bate um papo, vê para onde encaminha, e tal, tal”. A gente fazia bastante esse trabalho, tinha outro que a gente fazia que era o Orçamento Participativo também, que era sempre assim mais no começo do ano para ver as demandas, o que aquela comunidade ia querer para o bairro, ou era uma creche, ou era uma escola, um posto, uma praça né, porque o trabalho do PT era feito assim. Tudo quanto era obra, ou algum benefício para a comunidade era feito tudo através do orçamento participativo. E a gente ia junto também, então a gente fazia esse trabalho de base sabe, então a gente não dava conta por causa disso, porque a gente só era em duas, e aparecia bastante coisa... Apareceu muita coisa, tipo, apareceram pessoas que a gente teve que mandar para outras cidades, na época a gente não tinha Casa Abrigo e veio uma mulher com três crianças, a gente encaminhou ela para a Região do ABC paulista, para uma Casa Abrigo de lá, onde tínhamos uma companheira nossa lá. Aquela região ali as prefeituras sempre foram mais do PT né, então a gente tinha mais contato. Logo no início do mandato, eu fui para São Paulo, e lá teve uma reunião de todas as coordenadorias e assessorias, secretarias não tinham quase, hoje deve ter mais um pouco, naquela época, por exemplo, acho que no Paraná só tinha em Londrina. No Brasil todo eram pouquíssimas Secretarias. Nesses eventos a gente fez bastante contatos, a gente pegou endereço do pessoal, então a gente sempre conversava, o pessoal vinha aqui dar

palestra pra gente, a gente fez muita palestra, seminário, na questão da violência, e a gente, como estou falando pra você, a gente fazia um trabalho de base mesmo. Então, por exemplo, ia ter uma Conferência, alguma coisa assim, a gente convidava, ligava para as pessoas, ligava para as escolas, pra todos os órgãos da Prefeitura, tipo posto de saúde, na escola, no centro infantil, pedia e tal “ô, manda alguém para a Conferência, representando o local de trabalho e tal, que é interessante, vai ser assim...” E a gente fazia Conferência aberta, não era tipo agora, que você tem que representar uma entidade, você pode até participar, mas você não é delegada no caso.

Como já apresentado, a Assessoria foi criada em 2001 e a SPM em 2003. Então, nos primeiros anos, como não havia orientações nacionais sobre como deveriam ser trabalhadas as políticas públicas direcionadas às mulheres e pela falta de recursos financeiros, o principal trabalho desenvolvido pela Assessoria foi informacional, visando levantar o debate em âmbito local sobre as desigualdades de gênero. Houve atendimentos de casos de violência, mas como não havia estrutura, não podemos considerar que houve uma política municipal de atendimento às mulheres agredidas. A assessora e sua assistente lidavam com estes casos dentro das possibilidades que dispunham, muito diferente da realidade que se configurou após os investimentos do Governo Federal nesta área. Consequente, questionada sobre sua aproximação e atuação, anterior ao mandato de assessora, com as questões referentes às mulheres, a ex-assessora respondeu que participava do setorial de mulheres do PT e que sua atuação era dentro do próprio partido.

A constituição da Secretaria da Mulher

A Secretaria Municipal da Mulher foi instituída pela Lei Complementar nº 555/2005 (ANEXO 08) em fevereiro de 2005, logo no início da gestão do Partido Progressista (PP). Com os incentivos do Governo Federal, a Secretaria cresceu rapidamente, conquistando logo no início de 2006 a criação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher e da Casa Abrigo. Nos termos da lei, Art. 30-A, é de competência da Secretaria Municipal da Mulher:

- I - propor, coordenar e acompanhar as políticas públicas pela ótica de gênero;
- II - estimular, apoiar e desenvolver diagnósticos sobre a situação da Mulher no Município, desenvolvendo estudos e pesquisas, sistematizando as informações para a montagem de banco de dados;
- III - formular políticas de interesse específico da Mulher, de forma articulada com as Secretarias afins;
- IV - elaborar e divulgar, por meios diversos, material sobre a situação econômica, social, política e cultural da Mulher, seus direitos e garantias, assim como difundir textos de natureza educativa e denunciar prática, atos

ou meios que, direta ou indiretamente, incentivem ou revelem a discriminação da Mulher ou, ainda, restrinjam seu papel social;

V - desenvolver ações de prevenção e combate a todas as formas de violação dos direitos e da discriminação das Mulheres, com ênfase nos programas e projetos de atenção à Mulher em situação de violência;

VI - estabelecer, com as secretarias afins, programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, visando suprimir discriminações, em razão do sexo, nas relações entre esses profissionais e entre eles e o público;

VII - propor e acompanhar programas ou serviços que, no âmbito da Administração Direta e Indireta, se destinem ao atendimento à Mulher, sugerindo medidas de aperfeiçoamento e colhendo dados para fins estatísticos;

VIII - elaborar e executar projetos ou programas concernentes às condições da Mulher que, por sua temática ou caráter inovador, não possam, de imediato, ser incorporados por outras Secretarias;

IX - propor a celebração de convênios nas áreas que dizem respeito a políticas específicas de interesse das Mulheres, acompanhando-os até o fim;

X - efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência (MARINGÁ, 2005, p. 3).

Para conhecer a trajetória de institucionalização da Semulher, procuramos a ex-secretária da Secretaria da Mulher, que ocupou o cargo por sete anos (de fevereiro de 2005 a março de 2012), pois, seus relatos seriam preponderantes para esta pesquisa, sendo sua figura de extrema importância nas trajetórias das políticas para mulheres de Maringá. Porém, a mesma se afastou do cargo por problemas de saúde e questões jurídicas, sofreu enfarte em janeiro (ver ANEXO 09) e foi acusada de estelionato em fevereiro (ver ANEXO 10), sendo exonerada do cargo em março de 2012 (ver ANEXO 11). Entramos em contato com ela algumas vezes para entrevistá-la, todavia, após os incidentes, a mesma mudou-se para Curitiba-PR. Conquanto, chegamos a agendar algumas vezes, porém houve desencontros e a entrevista não foi realizada.

Deste modo, buscamos nos relatos de quatro funcionárias da Semulher traçar os caminhos que as aproximaram deste trabalho, questionando sobre as dificuldades, os desafios e as conquistas da mesma desde sua criação. A priori, foi questionado como aconteceu o convite para elas comporem a equipe da Semulher e como foram os primeiros anos de trabalho.

Joana, funcionária pública municipal há dez anos, trabalha na Semulher há sete anos, antes trabalhava na Secretaria de Saúde:

Na verdade não foi um convite, foi quase que um apelo do meu pai para a Secretária, eu trabalhava lá na área da limpeza, na época quando eu vim para cá eu trabalhava no Hospital Municipal. E por conta da minha obesidade, eu adquiri alguns problemas de coluna e ficava muito tempo internada. Nessa época eu tinha desistido de trabalhar na prefeitura, eu estava em depressão porque lá no trabalho, havia... Como eu faltava muito

por conta da doença, as pessoas diziam assim "ah, já voltou de férias", quando eu voltava do atestado, a chefia mesmo fazia algum tipo de brincadeira nesse sentido, e eu tinha muita dor, e passava pela medicina e eles falavam que não podia fazer esforço, não podia trabalhar com trabalho pesado, e a chefia sempre me mandava fazer as coisas que ia ao contrário daquilo que o médico da saúde ocupacional pedia. E eu começava a trabalhar porque não podia desobedecer as ordens da chefia, mas eu não aguentava, trabalhava dois dias três e travava, ia pro hospital e ficava internada. Eu comecei a entrar em depressão, porque comecei a me sentir... tipo, não presto nem pra limpar chão. E como meu pai trabalha na prefeitura tem alguns anos, ele chegou e contou pra Secretária da Mulher. Contou pra ela que eu tinha desistido, eu estava quase dando abandono de emprego, eu não estava indo mais, eu tinha ido ao médico, mas não vinha nem homologar atestado, nada. Por quê? Eu homologava e ia trabalhar, pra mim aquilo não adiantava mais. Já fazia quase vinte dias que eu não estava trabalhando. Aí ela me ligou e me pediu para eu vir na prefeitura, e me perguntou se eu queria mudar e vir pra cá, porque ela estava precisando de alguém para ajudar ela, a Secretária era bem pequenininha, eu falei assim... Eu ajudo! Aí ela correu atrás dos trâmites, o Secretário de Saúde me liberou, houve a transferência pra cá. E eu comecei a trabalhar na recepção, atendendo telefone... No começo como eram poucos funcionários, a gente fazia de tudo um pouco, tirava pó, ia buscar garrafa de café, atendia telefone, ajudava a Secretária na agenda, essas coisas assim, sempre fazendo de tudo um pouco até conseguirmos mais funcionários. Foi nesse trâmite assim, meio conturbado, eu me sentia uma inútil, mas quando a Secretária me chamou pra cá ela disse, "não, você é capaz, você pode!", foi uma coisa bem difícil.

Sobre os primeiros anos, eu acho que foi maravilhoso, porque mudou tudo na minha vida, mudou tudo mesmo. Você chegar em um setor onde as pessoas te valorizam, não só porque você prestou um concurso, mas por aquilo que você pode oferecer para a Secretária. A Secretária viu que eu podia atender telefone, atender recepção, que eu podia ajudar nas coisas de computador, que eu gosto muito mexer com computador, mexer com montagem e desmontagem. Fazia as visualizações de palestra dela, sempre ajudei ela nessa parte, e na área de equipamento de som eu sempre que trabalhei né. Então o primeiro ano, na época da estruturação da Secretária, a gente sempre fazia de tudo um pouquinho. Às vezes uma precisava sair, pra fazer alguma coisa, e outra ia e ajudava no que tinha que fazer. Eu como sou dos serviços gerais, sempre me propus... tirava pó daqui, levava uma garrafa de café, ajudava as meninas fazer orçamento, atendia telefone, tudo isso assim sabe, a estruturação toda foi naquele primeiro ano. Quando começaram os primeiros atendimentos, a gente ficava tudo em uma sala junto, então a gente tinha que sair da sala para a advogada atender.

(Em 2005, ainda não havia o Centro de Referência, os atendimentos aconteciam na Secretária mesmo).

Era em outro espaço, no segundo andar, então assim... A assistente social ia para um cantinho para atender. E quando a advogada tinha que atender na sala a gente se retirava, porque tinha que ter toda uma ética, às vezes a pessoa se sentia um pouco constrangida, então a gente saía da sala. Então assim, a gente sempre colaborou muito uma com a outra. A Secretária começou com seis funcionárias e depois foram chegando aos poucos outras funcionárias. Nesse primeiro ano foi chegando todo mundo devagarinho, e o espaço era minúsculo, era uma única sala para todo esse povo.

Lúcia, cargo de confiança (CC), trabalha na Semulher há sete anos, antes trabalhava no setor privado:

Eu comecei a trabalhar na Secretaria da Mulher assim que a secretária começou, dois meses depois que ela já estava na Secretaria. Eu vim por um convite da deputada Cida Borghetti e fiquei na Secretaria da Mulher. A princípio, não era o que eu queria, como eu venho do comércio, eu vendia pneus, vendi pneu por 18 anos, eu estava mais acostumada a trabalhar com o público masculino. Eu trabalhei em grandes empresas e sempre o público maior com pneu é homem. Então, quando eu comecei a trabalhar na Secretaria da Mulher eu não sabia o que esperar da Secretaria da Mulher, então eu comecei do zero mesmo. E quem me mostrou a Secretaria, o que eram os direitos da mulher, a violência contra a mulher – eu sabia que existia, mas não na escala que existe e o que se poderia fazer – foi a própria Secretária. Ela que foi atrás de recursos para montar a Secretaria, do Governo Federal, porque a Secretaria de Mulher foi inteira montada com recursos do Governo Federal. E a Secretária também proporcionou a nossa capacitação, através de seminários, de fóruns por esse Brasil a fora. A gente buscou conhecer os trabalhos dos Centros de Referência da Mulher que já existiam e das Delegacias da Mulher. Através do convívio foi que eu me inteirei do que era Secretaria da Mulher, foi assim o começo. O primeiro ano foi, assim, revoltante! Porque como eu vinha de empresa privada, tudo era resolvido rápido e na prefeitura não se resolve nada rápido. Tudo precisa de licitação, tudo tem que esperar chegar. É devagar e eu estava acostumada com as coisas muito rápidas, que se resolviam rápido. Embora seja moroso, a visão de tudo que acontece é muito grande quando você está dentro de uma prefeitura. O que não acontece quando você está dentro de uma empresa privada, o seu foco é só aquilo. Então, o que a prefeitura, a Secretaria da Mulher me proporcionou foi uma visão de mundo, de discriminação, de gênero, de violência, da mulher na sociedade, de política, de um monte de coisas. Coisas que você sabia, mas não te incomodava. Te incomodava só na hora que você escutava a notícia, mas aí passava a não te incomodar mais depois de algum tempo. A partir do momento que você faz parte disso, que você luta contra, então começa a fazer parte da sua vida. Então, essa foi a diferença. Mas o primeiro ano foi muito difícil, deixar o que eu conhecia durante tantos anos, o que eu fiz a vida inteira, para poder começar a ver as coisas de uma maneira diferente sabe, foi muito difícil. Trabalhar com homem que sabe o que quer, que se o homem falar que isso é pau, é pau, entendeu? A mulher fala assim: “pode ser assim, marrom ou verde”, a mulher tem outras nuances, ela abre um leque de coisas, ela vê as coisas de maneira diferente e então, eu achava mais fácil tratar com homem sabe, como era o meu trabalho. Então, o primeiro ano foi realmente difícil!

Miriam, funcionária pública municipal há 25 anos, trabalha na Semulher há sete anos:

Na gestão anterior eu conheci a Secretária, trabalhamos esse período juntas, aí na transição do governo eu fui para a Secretaria da Indústria e Comércio, por uns cinco meses. Então quando se instituiu a Secretaria da Mulher, em fevereiro, nessa transição a secretária já havia me falado, me convidado, caso ela assumisse alguma Secretaria, que estava prevista a possibilidade dela assumir a Secretaria da Mulher, ela me convidou para participar da equipe dela. Aí eu fiquei alguns meses na Indústria e Comércio e quando ela se efetivou enquanto Secretária, ela oficializou o convite e eu vim para gerenciar a administração, a gerência de administração aqui da Secretaria da Mulher. Meu cargo (CC) aqui na Secretaria da Mulher é Gerente Administrativo, mas na função e carreira eu sou Assistente Administrativo. Vir trabalhar na Secretaria da Mulher foi algo totalmente novo, eu já tinha uma vivência de 16 anos na Assistência Social, porque desses 25 anos eu fiquei 16 na Assistência Social, antes de sair para assessorar o Gabinete do Prefeito. Então, eu tinha aquela visão do todo, do atendimento da criança e do adolescente, da questão do idoso, eu fazia

parte do Conselho Municipal de Assistência Social, então eu via a assistência como um todo... Aí quando eu vim para a Secretaria da Mulher, aí delimitou o serviço na questão da mulher propriamente dito, então desta forma eu não conhecia mesmo, a gente via, atendia mulher lá na assistência social como um todo. A equipe aqui começou muito pequena, a estrutura do local de trabalho, era uma sala para as seis funcionárias que foram se formando no primeiro momento, aí foi crescendo, mas o espaço físico, a estrutura era muito delicada, e todo mundo que estava chegando também não tinha... fora a Secretária que já tinha uma noção, que já tinha um conhecimento do trabalho em si, o restante estava todo mundo no aprendizado, e ela também, mas ela estava puxando a frente. Então todas nós que chegamos tínhamos vindo de realidades diferentes e ninguém tinha tido ainda um contato com o trabalho assim tão especificamente, então a gente foi trabalhando, meio assim tateando e buscando as qualificações no que aparecia. E a questão do apoio, porque nós começamos em uma sala de estrutura mínima, até mesmo assim... computador, era um para todo mundo, mesas, armários, tudo... e depois isso foi sendo conquistando aos poucos. O pontapé inicial foi essa visão da Secretária de buscar recursos a nível federal, ela tinha bastante know-how para isso, e o apoio dessa gestão de dar liberdade para ela de ir mesmo, buscar o que fosse necessário. Foi aí que a gente começou a crescer enquanto estrutura, e outras funcionárias foram chegando. Como a Secretaria Nacional tinha a questão de ter... formalizar o Centro de Referência e Atendimento à Mulher e a Casa Abrigo, então a gente foi conquistando isso aos poucos, aí nossa equipe foi crescendo, porque no Centro de Referência tinha que ter uma equipe multidisciplinar, aqui na Secretaria da Mulher – que a gente fala que é o coração né – tinham que sair os projetos, tinha que sair a parte financeira, então a gente foi trabalhando e foi conquistando funcionários para estas funções específicas. Têm funcionários, que como eu, vieram de outras Secretarias. E outros, como lá do CRAM, foram contratações específicas, porque nós não tínhamos no quadro psicólogas, assistentes sociais, advogada, então foram contratações específicas por conta do trabalho que a gente tinha que desenvolver e que preconizava a Secretaria Nacional para a gente ter essa estrutura enquanto Secretaria da Mulher no município.

Helena, cargo de confiança, trabalha na Semulher há seis anos:

Eu vim trabalhar na Secretaria em 2006, a partir de um convite da Deputada Estadual Cida Borghetti. Eu vim porque eu sempre trabalhei envolvida com política, minha família sempre trabalhou com os Barros, e eu também já trabalhei em outras ocasiões com eles, então, eles me convidaram em 2006 para participar da Secretaria da Mulher. E abriu o CRAM na época, precisava de uma pessoa para cargo de confiança e eles me nomearam, fizeram o convite e eu aceitei. O CRAM inaugurou no dia 19 de maio de 2006, foi o dia que eu comecei. Eu comecei trabalhando na recepção, atendendo as pessoas, fazia a primeira triagem ali com as pessoas que chegavam. Não me lembro exatamente quando eu vim para a Secretaria, mas eu fiquei lá no CRAM acho que uns três anos. No começo eu sofria com os casos que apareciam lá, eu cheguei a chorar escondida no banheiro, têm alguns casos que até hoje me marcaram bastante e eu me lembro das pessoas. Eu encontro as pessoas na rua, as pessoas me cumprimentam até hoje, foi um vínculo bem forte logo que comecei a trabalhar lá, e foi onde também que eu comecei a me interessar pelo serviço social, porque lá eu tive um contato maior assim com as pessoas e quis trabalhar nessa área, quis estudar, eu não estudava, foi uma coisa que marcou a minha vida trabalhar lá, foi onde contribuiu bastante para a vida que eu tenho hoje. Antes eu pensava mais como o senso comum, eu pensava que as mulheres apanhavam porque queriam, se apanhava a segunda vez era porque queria, porque gostava, então eu tinha bem essa fala do senso comum assim... de que apanha porque gosta, mulher que apanha mais de uma vez é porque gosta de apanhar. Então, com o passar

do tempo a gente vai conhecendo as histórias, vai sabendo de um caso aqui e outro ali, assim foi mudando meu pensamento.

A partir destes primeiros relatos já podemos observar a grande diferença entre a Assessoria e a Secretaria. A Assessoria realizava um trabalho mais “militante”, através de eventos e palestras, mesmo porque não havia estrutura para atender um grande público, um trabalho “mais de base”, nas palavras da ex-assessora. Já a Secretaria começou com um número de funcionárias três vezes maior que a Assessoria teve nos quatro anos. Segundo informações coletadas, de início a Secretaria contava com o cargo de secretária e mais cinco funcionárias (advogada, assistente social, psicóloga, administrativo e serviços gerais), mas cresceu rapidamente, em 2006 já contava com uma equipe bem maior devido aos trabalhos do CRAM e da Casa Abrigo. Outro fato que podemos notar nos relatos é que nenhuma das agentes havia tido algum contato com a temática antes de começar a trabalhar na área e que, principalmente para as funcionárias da Semulher, vir a trabalhar com estas questões teve um grande impacto em suas vidas, como destacamos nas falas abaixo de Joana, Lúcia e Miriam.

Joana:

Antes de começar a trabalhar aqui, eu via notícias sobre violência contra a mulher, me indignava e tudo, achava um absurdo, mas eu não tinha o conhecimento que tenho agora, com relação a leis, com relação a direitos, eu não tinha. Nem com a minha família, nem com meus amigos, eu nunca cheguei a discutir em relação a isso, nada naquela época. E por conta até de orientação no trabalho, eu mesma vim pra Secretaria da Mulher e depois que eu fui entender o que era violência psicológica, depois que eu descobri que tudo aquilo que eu vinha sofrendo dentro do trabalho, era um desrespeito da minha chefia comigo. Eu tinha direitos com relação a isso, e eu não imaginava que eu tinha esse tipo de direito, que eu tinha no mínimo o direito do respeito. Tanto que as pessoas falavam, criticavam, riam de mim e eu só chorava, porque eu não tinha noção disso. Então eu só fui ter noção de tudo isso que eu tenho direito, depois que eu entrei na Secretaria da Mulher.

Lúcia:

Vir a trabalhar com estas questões mudou minha visão, mudou meu jeito de ver as coisas, me mudou enquanto mulher. Pode dizer que não, mas a mulher tem tendência a achar que ela é a culpada das coisas e aqui dentro, depois que você vê e acompanha os casos, já não dá mais pra pensar dessa maneira sabe? Nós somos vítimas, mas nós não podemos ficar na situação de vítima; a gente tem que lutar, nós temos que lutar para conseguir nosso espaço, porque é o nosso direito. Nós não queremos nem estar à frente do homem, nem atrás do homem, mas caminhar do lado do homem; e é esse o lugar e o nosso direito, entendeu!? Então é isso, é direito, é direito a tudo e não é direito o homem bater na mulher. Não é direito do homem, pela situação cultural, física e histórica, o homem se achar no direito de submeter a mulher a coisas que ela não quer fazer, entendeu? Que veja a mulher como outro ser humano e não como animal de estimação ou uma propriedade sua. É isso que mudou. Mudou minha

visão total de mundo. Como eu nasci no comércio, meus pais sempre tiveram comércio: bar, restaurante e hotel, eu sempre convivi com pessoas de várias categorias e não tem como ser preconceituoso num ramo desse né, onde então, eu cresci com muita gente, então eu sempre tive uma atitude de lutar por aquilo que eu queria sabe? Então o que mudou não foi a minha personalidade, eu sempre tive uma personalidade muito forte, eu sempre soube o que quis e soube lutar por aquilo que eu queria; o que mudou foi o meu conhecimento, o que aumentou foi a minha visão de lutar. Antes eu lutava por mim e pelas pessoas do lado, hoje eu luto por uma sociedade diferente, mudou assim, quantitativamente e qualitativamente né, porque agora eu tenho base pra poder falar e pra oferecer pra quem não sabe os caminhos de ajuda, antes eu não sabia. Eu sempre soube que a mulher precisava, não precisava sofrer violência e aceitar, porque sempre tem né. Eu falava assim para as minhas amigas, que eu sou separada duas vezes, eu falava assim: “pra ser feliz tem que se ter coragem”, entendeu? E ter coragem de quebrar tudo, de quebrar assim, regras total, de saber que se uma pessoa te machuca ele não te ama, entendeu? E se vai doer ficar sem, vai sarar também, entendeu? Você precisa ter coragem de dar o primeiro passo e existem pessoas que vão te ajudar. Só que aí, muitas das mulheres que a gente vê na Casa Abrigo, que eu tenho mais contato, para elas é difícil, é fácil você falar, mas na hora que você está na pele delas, que você é... o homem acaba com a tua autoestima, ele acaba com tudo que existe em você. Diz que você tá gorda, que você tá velha, que você tá feia, que você é burra, que você não sabe de nada, entendeu? Que ninguém te quer, que não sabe por que está com você, que você devia agradecer todo dia porque ele está com você ainda, que você não faz mais que a sua obrigação... Então ele vai minando e ela vai ouvindo isso e vai acreditando que é daquele jeito, entendeu? Porque primeiro ela precisa entender que, a violência, quando você dá um soco numa pessoa ela vai sarar, mas quando você acaba com o psicológico dela, você acabou com uma coisa muito maior né, de uma extensão muito grande sabe? E essa violência psicológica, ela acaba com a família, os filhos estão ouvindo isso. Então, aí você vê que ela procura desculpa pra ele, porque ela não quer perder, ela quer que ele mude, ela não quer perder, ela não quer se separar dele, ela quer que ele mude, entendeu? Mas para o agressor mudar, ele precisa de um trabalho social grande. Mas como a gente vai atender o agressor, que é o que precisava ser feito, se o cara, se ele é agressor ele vem de um lar de agressor, ele viu aquilo, ele acha normal aquilo, mesmo que ele tenha raiva do pai porque o pai batia na mãe e que a mãe, ele ama a mãe, infelizmente ele vai fazer o mesmo com a mulher dele, sabe? Porque ele é um produto do meio! E o que precisava ser feito? Um trabalho com o agressor. Mas como a gente vai atender o agressor se a gente tem que atender a vítima primeiro né? Então, eu acho que está encaminhando pra isso sabe. É... ainda falta muito, mas primeiro precisa estar socorrendo a vítima, já se pensa em trabalho com o agressor, inclusive a Secretaria da Mulher já pensa em fazer um trabalho desse, porque a gente sabe que é necessário. É um trabalho de formiguinha, você faz hoje para ele ter resultado na próxima geração.

Miriam:

Como eu vim de um trabalho da assistência, da Assistência Social, então, esses longos anos na prefeitura eu trabalhei sempre muito com essas questões das mazelas, das dificuldades das pessoas, então eu acho assim, vir trabalhar na Secretaria da Mulher me fez ver uma parte que eu ainda não conhecia... Assim, a gente via, sabia da questão da violência, mas eu não convivia, era só o que eu via nos noticiários, mudou a notícia a gente já esquece. Aí passar a conviver no dia a dia com essas histórias das mães, das mulheres, dos filhos, porque é uma violência contra os filhos também, que são tirados do seu meio, da sua família, da sua escola, para fugir de uma situação... Então isso acaba... a gente enquanto mulher também,

acaba se sensibilizando mais ainda, a gente vê se tendo mais esse comprometimento, de fazer mesmo, no que pode dentro da Secretaria, da estrutura da Secretaria, fazer o que pode para deixar esse atendimento mais viável, mais humano possível, porque é uma vida que está ali sendo atendida... Então faz sim, a gente ter uma outra visão da questão da vida e do ser humano, porque lá na SASC, lá na Assistência Social, como te falei, a gente trabalha o todo, você vê o problema do idoso, o problema da criança abandonada, do menor infrator, etc. E aqui a gente pega e delimita em uma situação mais específica, que não era tão real para mim, eu nunca tinha visto mulheres machucadas de verdade, via na televisão, no jornal, mas via, não ouvia a história delas. Teve um caso, não tão recente, que mexeu com todas aqui, uma mulher que estava em situação de risco de vida, ela tinha quatro filhos, todos meninos, de diferentes idades, e talvez porque eu tenha um filho de 19 anos... E assim, ter que mudar a estrutura, a rotina dos filhos, por uma opção dela lá atrás de ter um companheiro, ela acabou colocando em risco a vida das crianças também, os filhos tiveram que abandonar as atividades que faziam, a casa, o espaço em que estavam, as escolas, tipo assim, da noite pro dia eles tiveram que sair de uma realidade e passar para uma outra, que não tinha a ver, que não era problema, aspas, deles próprios, que infelizmente a mãe sofreu e eles sofreram juntos. Então eu penso assim, a questão das escolhas que a gente faz, é muito sério, para nós que somos mulheres, para aquelas que têm filhos, você de repente opta por uma situação sua, por uma necessidade sua, lógico, e em uma dessas, de repente, você acaba envolvendo a realidade dos filhos também. Então, isso eu acho muito delicado, isso me fez assim, naquele período... eu até fiquei assim... poxa né, poderia ter sido diferente se ela tivesse priorizado primeiro a criação, o encaminhamento dos filhos, mas cada um tem a sua forma de ver... e lógico, da gente ouvir a fala dela com um certo arrependimento, porque ela estava botando em risco agora não só a vida dela, mas também a vida dos filhos que não tinham nada a ver com a escolha que ela fez, que não eram filhos desse companheiro que ela estava. Então, o que ele fazia... para atingi-la ele ameaçava os filhos dela, porque sabe né, para qualquer mãe os filhos são tudo, então mais do que bater nela, do que ameaçar a vida dela, ele passou a ameaçar a vida dos filhos, para poder atingi-la. Então é muito delicado.

Trabalhar com estas questões, com estes fatos, com a realidade de mulheres que, muitas vezes, se aproxima das histórias de pessoas que elas conhecem (amigas, vizinhas, familiares e, até, delas mesmas), exige um exercício de autorreflexão, rever concepções sobre o mundo e, inclusive, sobre suas próprias vidas. Por mais que seja um trabalho, não é um trabalho qualquer, mesmo com os cursos de formação e capacitação, lidar a realidade das vítimas exige um grande esforço, discernimento e compreensão da realidade com a qual está lidando. Trabalhar com políticas sociais para mulheres exige uma grande dedicação, principalmente as que são direcionadas ao enfrentamento da violência, ou seja, a maior parte.

Retornando à questão estrutural, atualmente a Semulher conta com 38 funcionárias, sendo 26 concursadas, nove cargos de confiança (indicações do executivo) e três estagiárias.

Tabela 06 – Organograma de funcionárias da Semulher (2012)

Quantidade	Função	Vínculo
Gabinete da Secretária		
1	Secretária Municipal	C.C.*
1	Diretora Administrativa	C.C.
1	Assessor II	C.C.
1	Assessor III	C.C.
2	Assessor IV	C.C.
Gerência Administrativa		
1	Gerente Administrativa	C.C.
1	Coordenação de Expediente	F.P.**
2	Agente Administrativo	F.P.
1	Auxiliar Administrativo	F.P.
1	Motorista	F.P.
1	Auxiliar de Serviços Gerais	F.P.
1	Estagiária de Administração	Estagiária
Gerência de Eventos		
1	Gerente de Ação Formativa, Pesquisa e Eventos	C.C.
CRAM		
1	Gerente do Programa de Combate à Violência contra a Mulher	C.C.
3	Psicóloga	F.P.
2	Assistente Social	F.P.
2	Auxiliar de Serviços Gerais	F.P.
2	Vigilante	F.P.
1	Estagiária de Serviço Social	Estagiária
1	Estagiária de Psicologia	Estagiária
Casa Abrigo		
4	Educador de Base	F.P.
1	Auxiliar de Serviços Gerais	F.P.
4	Vigilante	F.P.
Centro de Qualificação		
1	Instrutor de Ofícios	F.P.
1	Auxiliar Administrativo	F.P.

Fonte: Semulher, 2012.

*C.C. – Cargo de Confiança.

**F.B. – Funcionária Pública.

No que tange aos problemas, ambos os órgãos passaram por dificuldades iniciais, principalmente de estrutura, no caso da Assessoria, de pessoal também. A Secretaria se beneficiou da conjuntura nacional da época, com uma Secretaria Federal com *status* de Ministério e no ano seguinte a promulgação da Lei Maria da Penha, as políticas para mulheres ganharam notoriedade, visibilidade nacional e financiamento, investimento de recursos nesta área, sendo este último preponderante para o desenvolvimento das políticas locais para mulheres, como podemos notar nos relatos das funcionárias da Semulher.

Fato semelhante de ambas as gestões foi que o processo de capacitação para trabalhar com as questões referentes às políticas para mulheres ocorreu durante o próprio trabalho, um grande problema das políticas sociais no Brasil, a cada nova gestão tenta-se “descobrir a roda”, principalmente quando o novo partido

que assume é de oposição ao anterior, troca-se toda a equipe e esta, muitas vezes, não sabe nem por onde começar, perdendo-se muito tempo tateando, “descobrimo” o campo de atuação dos trabalhos sociais/políticos que serão desenvolvidos. Um dos fatos que colaboraram para o desenvolvimento dos trabalhos da Secretaria foi que a gestão foi reeleita e manteve a mesma equipe, aquele período de “descoberta” não foi necessário, a equipe já estava formada/capacitada e os projetos tiveram prosseguimento, ao menos até o afastamento da secretária, fato que será tratado mais adiante.

3.3. As dificuldades das políticas locais para mulheres

A principal dificuldade das políticas públicas direcionadas a um grupo ou segmento social específico é o reconhecimento da importância destas. Os segmentos sociais que necessitam destas políticas geralmente pertencem a grupos historicamente excluídos, marginalizados ou oprimidos. Dentro deste perfil podemos citar as políticas étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, de classe, entre outras; tendo em vista que ainda há o contraste entre estes segmentos, principalmente quando tratamos de políticas para mulheres. Por exemplo, uma mulher atendida pelo Centro de Referência pode ser, além de ser mulher, ser negra, lésbica e pobre, porém, no CRAM ela será atendida pelo fato de ser mulher e ter sofrido algum tipo de violência.

Ao serem questionadas sobre as dificuldades e falhas das políticas municipais para mulheres, as entrevistadas distinguiram um pouco em seus discursos. A ex-assessora relatou as principais dificuldades de sua gestão e nos apresentou um grande problema atual:

A maior dificuldade foi a gente não ter pessoal, a questão econômica era muito séria, a gente não tinha gente, não tinha grana. Por exemplo, não tinha o Centro de Atendimento, não tinha a Casa Abrigo, nada do que tem hoje não tinha. A gente só podia contar com a Delegacia da Mulher. Porque olha, nos quatro anos do PT, nós não tivemos ajuda praticamente de governo nenhum. Porque quando nós entramos tinha o Fernando Henrique os dois últimos anos. E aí, não é como é hoje, que tanto o Lula quanto a Dilma, eles não têm essa questão: “ah, pro meu eu mando grana”, tanto é que esse daí se reelegeu por conta disso, deu para perceber, até as Academias da Terceira Idade, tudo essas coisas, tem grana do governo federal. Então nós tivemos muita dificuldade. Depois o Lula entrou, e quando entra também, é um impacto, porque o cara não sabe até onde ele deve ir, aí em um, dois anos, o cara está se estabilizando. Ficou complicado para nós... Então nós entramos e tinha todo aquele rombo da antiga gestão (Gestão 1997-2000), nossa, foi muito sofrido. Então a gente teve muita

dificuldade econômica, tanto é que a gente não conseguiu viabilizar muita coisa, por exemplo, na questão da Casa Abrigo, eu guardei inclusive as pautas das reuniões que a gente fez do projeto da Casa Abrigo, eu guardei inclusive a lista de presença, a gente chamava todo mundo, a gente não tinha aquela questão de partido, só porque não era do meu partido, nada disso. Então a gente abria pra todo mundo, era bem aberto mesmo. Então a gente encaminhou o projeto para o governo federal, tenho até o protocolo. No final de 2004, a gente chamou uma reunião com o prefeito eleito e a futura Secretária da Mulher, aí eu passei toda a documentação para ela, o projeto que a gente fez, “está tudo aqui, é só ir atrás da grana agora”. Porque nesses quatro anos a gente não teve como, inicialmente por questões políticas, depois por questões econômicas do governo federal, porque eles não sabiam como é que ia funcionar a coisa né, não pode ir soltando grana para todo mundo também, aí a gente teve bastante dificuldade. Esses dias, inclusive, não sei se você ficou sabendo, que tiveram uns problemas com os adolescentes abrigados, acho que eles andarem depredando a casa deles, aí eles queriam pegar a nossa Casa Abrigo... O prefeito? O que ele fez? Jogou pra gente, como diz, jogou no nosso colo, dizendo que eles estavam precisando de uma casa, e a nossa casa estava ociosa lá, que não tinha ninguém. É claro, de vez em quando não tem ninguém mesmo, por isso é casa temporária. Aí a gente fez todo um movimento, uma moção de repúdio, porque o pessoal dos conselhos foram lá visitar a casa, e a gente acha que a casa tem que ter certo sigilo, nem nós sabemos onde fica... E o pessoal dos conselhos, acho que da Criança e do Adolescente, o CMDCA, acho que do COMAS também, eu sei que foram várias pessoas lá visitar. E aí a gente fez uma moção de repúdio, dizendo inclusive que se eles tomassem essa posição a gente iria para o Ministério Público, e iria denunciar para a Secretaria Nacional de Mulheres, que eles estavam pegando a casa, porque a casa foi montada com dinheiro do governo federal, pela Secretaria Nacional de Mulheres. E ficaram de olho na casa, e a gente fez documentado mesmo, que se fizesse algum movimento, a gente iria tomar as providências, daí baixaram a bola, aí ficou cada um no seu quadrado. Foi inclusive sugestão minha, que se fizesse um Consórcio Intermunicipal, têm outras cidades que têm Secretaria, tem em Londrina, tem em Campo Mourão, têm outros lugares que têm Assessorias, então se têm, dá pra se fazer uma troca, de repente, por exemplo, se tem uma mulher precisando de abrigo e a questão é tão brava que não pode ficar aqui. Você troca né, faz um intercâmbio, manda a mulher pra outro lugar e outra vem pra cá... Dá para fazer isso, dá pra fazer tipo um consórcio intermunicipal, aí as meninas falaram que já atendiam de vez em quando, mais a região aqui, Sarandi, Paçandu, ficavam mulheres abrigadas lá da região.

A questão da Casa Abrigo apresentada pela ex-assessora continuou a se desenrolar após a entrevista. No dia 28 de agosto de 2012, houve uma reunião entre o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Municipal da Assistência Social (COMAS), Conselho Tutelar e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SASC). A chamada da reunião foi feita por e-mail, ao qual tivemos acesso, a pauta da reunião se resumia a seguinte questão: “para tratar da mudança do Abrigo Provisório para a Casa Abrigo para mulheres”, simples e direto. Em março de 2012 o Conselho Municipal da Mulher já havia apresentado uma moção de repúdio à Prefeitura sobre as atitudes e intenções do CMDCA, COMAS, Conselho Tutelar e SASC. Em setembro, a Associação “Maria do Ingá”

denunciou ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional de Mulheres, o descaso com que estava sendo tratado um assunto tão sério quanto é a política municipal de abrigo às mulheres em risco de vida (ANEXO 12).

As funcionárias da Semulher também relataram outras situações de descaso em relação às políticas para mulheres, ao serem questionadas sobre as dificuldades que enfrentaram.

Joana:

No começo a maior dificuldade era de estrutura, que a gente não tinha, quando a gente chegou, nossa primeira sala era um lugar minúsculo. E se capacitar, porque a gente não tinha conhecimento de como trabalhar com violência, eu mesmo não imaginava como que eu iria atender um telefonema, como eu iria atender uma mulher que chegasse aqui, pois como a gente não tinha Centro de Referência ainda, até encaminhar... às vezes a psicóloga estava atendendo, as outras meninas estavam atendendo, então assim, como que eu vou atender? Tanto que o primeiro atendimento que eu presenciei eu chorei muito, eu estava próxima, então a gente acaba ouvindo, então eu me sensibilizei muito ouvindo. Então a gente recebia as crianças, a gente tirava dinheiro do bolso para comprar comida para as crianças, porque elas chegavam ali e fazia horas que tinham comido, às vezes a mãe saía de casa com a roupa do corpo, e as crianças sem comida, então a gente acabava se sensibilizando com isso. Então acho que a nossa maior dificuldade mesmo foi o espaço e a busca do conhecimento, que a gente não tinha nenhum. Mas isso foi fornecido de uma forma muito fácil, porque a SPM mandava material, a gente fazia leituras, a gente sentava na mesa e conversava, os materiais explicavam quais os serviços que eram oferecidos, como deveriam ser os atendimentos. Porque somos mulheres, trabalhávamos na Secretaria da Mulher, e o único homem era o motorista, o resto eram todas mulheres, a gente não tinha essa noção, a gente sabia como acolher e como dá o ombro como amigo, mas eu não sabia como profissional. Hoje a dificuldade é outra, eu não sei se é discriminação, mas assim, por exemplo, nós estamos passando por uma... Assim, eles querem que a gente saia do Paço porque eles precisam deste espaço, a gente tem que sair daqui e ir para algum lugar, então assim... Por que a gente não pode ficar aqui? E a outra Secretaria que precisa de um espaço maior não procura um local maior para ir? Com relação às verbas, vamos supor assim, têm Secretarias... é lógico que a Educação é uma estrutura completamente diferente, o esporte também, mas por que a Secretaria da Mulher não tem essa atenção igual? Então eu acho assim, poderia ter um olhar um pouquinho diferente, um pouquinho mais de carinho para com a gente. Mudaram-se os secretários, e nós estamos com uma secretária interina, por que só a nossa não foi nomeada ainda? Eu fico assim... Porque já estou há sete anos aqui dentro e a gente sente, porque nosso trabalho sempre deu certo, a gente sempre trabalhou muito. Trouxemos verbas para o município ao qual fez também com que o município também crescesse, porque vieram verbas do Governo Federal, e diante dos outros governos, a Secretaria da Mulher trouxe uma visibilidade muito grande para a Prefeitura. Então, acho que vai muito de quem está lá no topo, olhar com um pouco mais de carinho assim para a gente. Às vezes a gente solicita de uma Secretaria um serviço que é fornecido para todas as outras: "Ah, mas existe outro que é mais urgente!", não é que é mais urgente, poxa, se existe dez profissionais para aquele serviço, designa pelo menos um para a gente, para ajudar... Quando

mudamos de andar, do segundo para o terceiro, para um ambiente maior, nossa... quase tivemos que pedir de joelhos para mandarem uma equipe para vir ajudar a gente no transporte, é complicado sabe! Eu sinto que eles poderiam olhar com um pouco mais de carinho para a gente. Eu não sei, às vezes, diante dos olhos de algumas pessoas nosso trabalho não é tão importante assim.

Lúcia:

A primeira dificuldade foi nos colocar enquanto uma Secretária, para a sociedade não nos ver como um bando de mulher querendo fazer crochê, entendeu? Mas, como uma equipe com capacidade de lutar por uma sociedade melhor para as próprias mulheres e para as famílias. A segunda foi a visão que se tem da Secretária da Mulher, porque a sociedade ainda acha que tratar de questões da mulher é uma coisa fútil, e só quando nós socorremos uma pessoa que você conhece é que você vai ver a dimensão do nosso trabalho! Porque aqui você vai chegar e vai ver que nós estamos fazendo campanhas contra o câncer; nós estamos fazendo cursinhos, dando curso para as mulheres; vai ver o nosso trabalho na Casa Abrigo, que é psicológico, assistencial e jurídico. Então, não se vê esse trabalho porque é um trabalho que não se pode ficar alardeando, as pessoas já são vítimas, as mulheres são vítimas, elas têm de ser preservadas e esse trabalho não aparece, entendeu? E só vai aparecer quando você tiver alguém da tua família que foi agredida ou alguma vizinha, alguma amiga... e a gente socorrer. A hora que acontecer isso a gente vai pegar e levantar essa mulher do chão e fazer ela ver que ela é gente, sabe. Então é um trabalho que não aparece, por isso que é um trabalho difícil de ser conquistado, é um trabalho que deveria ter mais crédito do que ele tem. O maior desafio é o reconhecimento. Outra dificuldade é a burocracia, assim, na minha opinião, têm coisas que demoram pra acontecer, por exemplo, quando a gente foi montar a Casa Abrigo, precisou de não sei quantos meses pra virem os móveis; quando compramos as máquinas para os cursos, demorou não sei quantos meses pra chegar. Assim, se fosse uma empresa privada, você decidiu e daqui 30 dias no máximo estaria pronto né. Então é isso mesmo, é esse negócio de licitação que é necessário na prefeitura e pra mim o órgão público demora demais! Eu sei que é necessário, mas eu acho que se acelerasse, sabe, o resultado vinha antes né.

Miriam:

Infelizmente, por mais, por tudo que a Secretária fez, por tudo que ela cresceu, infelizmente a nossa Secretária, ainda hoje eu posso dizer, não é vista como uma Secretária de peso, não vou generalizar, lógico, a gente sempre... a nível do governo, do prefeito, da liderança, eles... tanto porque foi uma escolha deles na proposta de campanha, mas alguns colegas de outras Secretarias, acham que a Secretária da Mulher é só mesmo para festa, para fazer reuniões sem importância, por não conhecer realmente o que se passa, o que acontece dentro da nossa realidade da Secretária. Falhamos, muitas vezes, por não divulgar!? Fizemos o que estava ao nosso alcance enquanto as campanhas, enquanto as conferências, palestras tudo mais, mas essa questão de achar que a Secretária da Mulher trata de coisas, aspas, supérfluas... por não conhecer mesmo a realidade do nosso trabalho. Então até hoje a Secretária... a gente sofre sim com essa questão dessa discriminação, discriminação por conta de achar que a Secretária não é tão necessária assim.

Helena:

Eu acredito que as pessoas não valorizam muito a Secretária da Mulher, enquanto uma Secretária, tanto que assim, vivem querendo jogar a gente daqui para ali, agora a gente está em situação de mudança, sempre por n

motivos. Não é valorizado e eles alegam que deveria também ter uma Secretaria do Homem, uma Secretaria do Idoso, uma Secretaria da Criança, então eles não valorizam a Secretaria da Mulher. Essa política pública de ajudar a mulher no enfrentamento à violência, ela não é valorizada. As pessoas ainda não valorizam a Lei Maria da Penha, não dão a atenção que ela deveria ter, tanto pelas mulheres, acho que é uma questão cultural né, e os homens por machismo, por achar que isso não dá em nada. Então eu acho que essa é a maior dificuldade, de ser reconhecida enquanto uma Secretaria séria, que está aí para fazer um trabalho sério, para atender as mulheres dentro do direito delas, de não serem violentadas de nenhuma forma, mas pelos representantes eu acredito que não é valorizado.

“O maior desafio é o reconhecimento”, acho que essas palavras resumem estes últimos parágrafos. A principal dificuldade que as políticas para mulheres enfrenta é o reconhecimento social de sua necessidade, que o trabalho das mulheres que lidam com estas questões não é perfumaria, é um trabalho sério e de suma importância. Como Lúcia bem colocou, “só quando se precisa ou quando se conhece alguém que precisou” é que se dá o devido valor ao trabalho que elas desenvolvem. Porém, fazer as pessoas compreenderem a importância das políticas públicas também é um trabalho das políticas públicas. A desvalorização que as políticas para mulheres sofre não é exclusiva da área, as políticas sociais, no geral, são menosprezadas. Para mudar este cenário é necessário um trabalho educacional, um trabalho com um posicionamento político bem definido, haja vista que enfrentar as injustiças sociais requer um discurso afinado, pois o embate será longo e difícil.

3.4 O atendimento, as conquistas e as histórias marcantes

O atendimento das vítimas de violência configurou-se como principal atividade das políticas para mulheres. O cenário nacional corroborou, principalmente após a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, para a difusão dos órgãos de atendimento (vide Gráfico 01). Consequente, questionamos as entrevistadas sobre os atendimentos, as principais conquistas que as políticas para mulheres tiveram nos últimos anos e as histórias que as marcaram.

Simone:

Na época (2001-2004) ainda não existia a Lei Maria da Penha, mas eu tinha um bom relacionamento com o promotor que resolvia as questões de violência contra mulher, então quando a gente tinha problemas sérios, na Delegacia, às vezes, não adiantava ir, e ele nos ajudava bastante. Tínhamos um bom relacionamento com a promotoria pública, mais do que com a Delegacia da Mulher. Ah, uma coisa que a gente acompanhava bastante e que a gente sentiu muita falta, e que a gente vive pegando no pé

da Secretaria e da Presidente do Conselho, é que não se acompanha o julgamento das mulheres. A gente acompanhava todos, nós éramos em duas, mas a gente conseguia encher, às vezes, aquele fórum. Teve o caso de uma enfermeira, que o marido a matou na Avenida Curitiba, no julgamento dela, inclusive a Casa Abrigo leva o nome dela, o fórum ficou cheio o dia inteiro, do começo até a hora que acabou, acabou bem tarde, foi muito interessante. Então, a gente acompanhava tudo, tudo isso. E a gente vive cobrando, e elas (a equipe da Semulher) nem sabem quando vai ter um julgamento, também não se interessam... Então a gente tinha uma relação muito diferente do que a gente vê hoje, é aquela coisa só pró-forme, não é uma coisa que aprofunda sabe, vai assim... no âmago mesmo da coisa. Que quando se começa a fazer movimento, tem lá um julgamento e você enche aquele fórum, sabe, é até para intimidar que você faz também, pra intimidar, pra barrar um pouco. Na questão, por exemplo, da violência contra as prostitutas, nós chegamos a fazer uma Audiência Pública, nós fazíamos este trabalho de base mesmo, de acompanhar, de ir, a gente trabalhava 12, 14 horas por dia. O que não estava no nosso alcance, a gente encaminhava para a SASC, ou para Saúde, pra algum lugar a gente encaminhava. Quando precisava de assistência psicológica... por exemplo, quando a Edna foi assassinada, as crianças eram pequenas, a menininha quase pegou o pai matando a mãe ainda, porque ela tinha marcado de encontrar a menina lá naquele local, e a menina demorou um pouco e o pai chegou antes, foi no começo da manhã, quando ela estava saindo do hospital que ela estava trabalhando. Então a gente encaminhava a questão do tratamento psicológico das crianças. E a gente se virava assim, era bem complicado. Na época nós ajudamos a reestruturar o Conselho, fizemos o regimento interno, porque antes não tinha quase nada. A lei antiga era tão horrível que estava tudo no masculino, não estipulava o que o Conselho seria, quais entidades participariam... E aí a gente percebeu que era mais uma questão política, mais um braço direito do prefeito, vamos dizer assim, tanto é que a primeira presidente do conselho era uma gerente do Banestado, só por questões políticas mesmo. Na verdade não funcionava, não tinham reuniões periódicas como nós temos. Quando a gente entrou na prefeitura, tivemos que retomar tudo isso, retomamos a questão da violência, a questão do Conselho que para nós era muito importante. Sobre o trabalho da Secretaria hoje, a gente não acompanha muito, então por isso que a gente não consegue observar muito isso. Eu penso assim... que elas deveriam estar fazendo mais do que fazem, sabe, eu penso que esta questão de fazer palestra, por exemplo, de conscientização, nossa, isso falta muito. E não é uma vez ou outra lá que se faz uma Conferência, que elas nem trazem quase pessoas para dar palestra, não é assim que se vai conscientizar a população. Tem que ir em cada local e tal, como a gente fazia, nós fazíamos com diretores de escolas, supervisão, orientação, a gente fez uma palestra que foi muito boa. Então a gente fazia com um pessoal que estava na base mesmo. Eu nem sei se as mulheres têm acesso aos órgãos de atendimento, porque elas não fazem esse trabalho de base que nós fazíamos. Eu penso que se fosse hoje aquilo lá, nossa, eu tenho certeza que estaria cheio de gente naquela central lá, no Centro de Referência. Porque a gente fazia o trabalho de divulgação, de conscientização. Quando a gente ia fazer uma conferência, eram 300, 400 pessoas, era muita gente. Eu acho que, na questão da violência é uma coisa que ainda tem que, infelizmente, como me disseram ontem: "Algum dia a gente vai derrubar todos os hospitais, porque a gente não vai precisar de hospital, porque se vai cuidar antes de ficar doente". A gente gostaria que não houvesse a necessidade de ter Casa Abrigo, por exemplo, só que a gente sabe que ainda temos essa necessidade, infelizmente tem que ser assim. Nossa luta pela Casa Abrigo foi muito ferrenha mesmo, então, na verdade, eu sinto como uma conquista minha, do nosso governo, porque fomos nós que encaminhamos, nós que sentamos fizemos o projeto,

ficamos meses fazendo o projeto. A gente ligava sempre pro Governo Federal, mas as coisas estavam difíceis, fazia pouco tempo que o presidente Lula havia assumido, pouco tempo para avaliar a situação. As pessoas esquecem, mas quando o Fernando Henrique saiu, a inflação era 10, 12%, as pessoas não se lembram disso mais. E tinha todo um trabalho para fazer, e tinha a questão do Fome Zero, umas coisas que eles achavam mais prioritárias, não que a questão da mulher não fosse importante, mas tinham mais coisas, então a gente não conseguiu o recurso na época. Isso aí deixou a gente... não é que deixou a gente triste, a gente sabe que fez o trabalho corretamente, não foi possível, mas não por nossa culpa... Fizemos, encaminhamos e tudo mais. Então a gente sente que foi um trabalho nosso, no conselho a gente fala o tempo todo que o trabalho foi feito por nós.

Joana

Eu acho que a equipe toda trabalhou muito para ter a estrutura que temos hoje, a secretária sempre... Eu digo a secretária porque foi ela que começou tudo isso. Ela buscou todo o conhecimento, onde que poderíamos buscar as verbas, onde poderíamos buscar as qualificações, os materiais de leitura, como que poderíamos estruturar, pegou exemplos de outros lugares. E juntou o conhecimento de uma que sabia como fazer as compras, a outra de como buscar as coisas, uma foi ensinando para a outra como que as coisas poderiam acontecer. Eu acho assim, a secretária buscou tudo, falou para a gente assim: "é assim que funciona e como é que vocês vão fazer?", e a gente procurou da nossa forma buscar as compras, buscar as qualificações, os profissionais que estariam dentro do perfil que estariam ajudando a gente a acrescentar e fazer o trabalho maravilhoso que a Secretaria faz hoje. Então, hoje assim, existe toda essa estrutura, porque a gente tem uma estrutura invejada por muita prefeitura por aí, eu acho que essa conquista foi devido à determinação e o entendimento da causa, porque também se nós aqui dentro, não entendêssemos o porquê que a gente está aqui dentro trabalhando, eu acho que não iria valer de nada, porque não iria haver esforço, porque iria ser um trabalho como qualquer outro. Às vezes as meninas aqui tiram dinheiro do bolso para fazer uma coisa ou outra. Foram vários os trabalhos importantes que desenvolvemos durante esses anos, mas o mais importante eu acho que foi a Casa Abrigo. Eu acho que foi uma conquista muito especial, porque só quem já trabalhou lá dentro sabe a grande importância deste trabalho. Porque, às vezes, por falta de uma funcionária ou outra, tem equipe, mas às vezes uma funcionária pede demissão, a educadora de base, então a gente se ajuda, a gente vai, eu vou no lugar, no plantão, as meninas estão se revezando porque está faltando, porque até contratar né! Então a gente reveza entre a gente, para poder não faltar esse serviço. Porque só quem está dentro de uma Casa Abrigo entende a necessidade deste serviço. A verba que veio, a estruturação, não é nada em vão, só quem está lá e vê as mulheres que estão lá dentro sendo atendidas, as crianças, que entende, eu acho que a Casa Abrigo foi a maior conquista da Secretaria da Mulher. Nesses anos, teve um caso que me marcou muito, teve um da menina que foi... até a foto dela está em um folder antigo nosso, mostra só os olhos dela, o roxo. Ela... o marido dela tentou assassiná-la, a amarrou, estava tentando levar ela de carro para algum lugar, e ela conseguiu escapar do porta-malas, porque o porta-malas ficava abrindo, e uma pessoa a viu caindo do carro e a ajudou, depois houve todo o atendimento, foram tiradas as fotos, a gente tem nos arquivos inclusive. As fotos eram muito fortes, a gente acabou vendo porque no dia, não sei se não tinha fotógrafo, mas quem acabou indo foi uma funcionária da imprensa da Prefeitura, tirar as fotos pra gente. Então assim, aquelas marcas de corda, ele a amarrou com tanta força, que chegou a infeccionar, ficaram aquelas marcas de pus no pescoço, os olhos dela roxo, a boca, ela toda machucada, cortada, então, isso pra mim foi muito forte. Esse foi um dos que mais comoveu a gente, porque hoje ela está bem, a

gente sabe que ela está muito bem graças a Deus, está com outra vida. Tem um outro caso... tem uma das meninas de quando eu estava na Casa Abrigo, que por coincidência, ela é funcionária da prefeitura, e eu a conhecia de eventos de mulheres negras, porque ela é linda, é uma negra linda, deve ter uns 30 anos... é um caso bem recente, eu a encontrei no ônibus, há um mês mais ou menos, e ela falou para mim assim: "Eu decidi...". Porque logo que ela saiu da Casa Abrigo, ela se reconciliou com o ex-marido, mas ela disse que viu algumas coisas que ele não tinha mudado e ela falou assim: "Eu sei que ele não vai mudar!", ela decidiu sair de casa com a filha, voltou para a casa dos pais e ela estava muito feliz conversando comigo, disse que iria se separar legalmente, já tinha se separado de corpos, tinha continuado trabalhando e estava muito bem. Mas no CRAM, eu ouvi de meninas que foram atendidas, tanto pelo CRAM quanto pela Casa Abrigo, foram embora e que na outra cidade estavam vivendo uma vida completamente diferente do que viviam e que estavam muito felizes. Então, isso é o que certifica que o trabalho da gente vale à pena.

Lúcia

Depois que a gente inaugurou o CRAM, ficou mais tangível o que era agressão à mulher. Era inadmissível você saber que acontecia aquilo e que você era impotente, que não podia fazer nada. A Lei Maria da Penha nos ajudou muito, foi assim, não resolveu a situação, mas a mulher tem onde, tem no que se apoiar, tem uma lei para se apoiar. Então nós temos esse, temos o trabalho com a violência e temos a capacitação também, com os nossos cursos de costura industrial, artesanatos em geral, já formamos quase 400 costureiras que assim que sai já sai pronta pra ingressar no mercado de trabalho. Nesses anos, nós fizemos seminários, trouxemos seminários, trouxemos a própria Maria da Penha, fizemos vários aqui em Maringá; fizemos e participamos de vários. E fora isso, a Secretaria da Mulher também tem a participação em conscientizar a sociedade, tem a campanha do câncer de mama, de homens contra a violência contra a mulher, que é o laço branco que muita gente não sabe. Essas campanhas que a sociedade precisa saber, que por mais que se faça, ainda falta muita informação e a gente tem essa obrigação também, tem esse intuito. Embora a gente receba muitas críticas, eu fico um pouco assim, é... triste como as pessoas criticam sem saber o que se foi feito sabe. Quando a gente pegou a Casa Abrigo a gente pegou numa situação lamentável sabe, desde lama dentro da casa, lamentável! E hoje ela é a melhor Casa Abrigo do Brasil e eu estou falando não é porque eu sou... eu estou falando porque eu conheço, por conhecimento. A casa foi uma doação da Igreja Nikei, nós pegamos a casa e a secretária foi atrás de conseguir o recurso com o Governo Federal, ela conseguiu o recurso, a gente montou o Centro de Referência e a Casa Abrigo, inclusive a secretária. Todos os móveis que têm na Secretaria da Mulher, no Centro de Referência e na Casa Abrigo foi do Governo Federal, não é municipal, é todo do Governo Federal e isso foi uma conquista, é uma conquista e se deve a grande capacidade da ex-secretária, da capacidade dela, da vontade de ir atrás, de procurar, de se meter e da equipe que ficou aqui dando respaldo pra ela. Porque você não pode ter um líder, você não pode abandonar uma equipe se essa equipe não tem a capacidade de andar sozinha né. Você tem que ter um líder, mas tem que ter uma equipe capacitada e ela tinha e tem né. Então tudo foi conquista sabe. Que mais que eu posso falar? Então o salto foi enorme porque a gente não tinha nada né, e a gente passou a ter a melhor Casa Abrigo do Brasil e até hoje, várias cidades, não só do Paraná mas de todo o Brasil, pedem o nosso regimento interno, perguntam como montar, sabe? Então a gente fornece pra muita gente, pra muitas secretarias ou assessorias, a maioria assessoria da mulher. Nós somos parâmetro, referência nacional. E o pior, você é referência nacional e a cidade parece que não sabe disso, entendeu? Lá fora você é reconhecido, em outras

idades e tanto é que a gente recebia convites pra ir fazer palestras, ir assistir pra dar opinião sabe. E parece que dentro do seu próprio município eles não se dão conta da grandiosidade desse trabalho né. Então é isso, a base foi feita, a construção foi feita. Agora eu acho que precisa de divulgação maior entendeu? Que essa próxima administração, seja ela quem for, continue com a Secretaria da Mulher, mas agora já é hora da divulgação maior, das mulheres da cidade saberem que existe a Secretaria da Mulher, entendeu? Meio de comunicação maior, mais e maiores campanhas pra mulher lá da biboca saber que ela tem, que ela pode ir pra uma Delegacia da Mulher e que a Delegacia vai encaminhá-la pra Secretaria da Mulher e que na Secretaria ela terá um trabalho psicológico e os filhos também, e se for o caso de risco de vida, que ela vai poder ser abrigada. Quando ela não está correndo risco de vida ela é atendida no Centro de Referência, aí ela consegue as medidas protetivas e tudo que precisar. Quando ela depende do marido a gente consegue, se ela não sabe dos CRAS, a gente encaminha, posto de saúde, tudo né. Mas quando ela corre risco de vida aí o trabalho é maior, porque daí ela pode ficar com a gente até seis meses, ela e os filhos até seis meses por conta da gente, a gente vai encaminhá-la nesse espaço, se ela precisa sair da cidade a gente vai tira ela da cidade, vai arrumar um emprego pra ela, pra ela ter um começo. E a gente vai fazer tudo que for possível pra ela ter um recomeço, e nenhum recomeço é fácil né, a vida continua, o problema continua existindo, só que você ser agredida todo dia e não der o primeiro passo da sua própria conquista a gente não vai poder ajudar, entendeu? E é isso que nós somos, nós somos a porta aberta pra receber a mulher vítima de violência. Um grande desafio é implantar em todas as cidades, não digo uma secretaria, mas um local onde a mulher pudesse ser atendida, onde a mulher pudesse se sentir segura. Isso seria um desafio, porque no Paraná existem cinco Casas Abrigo. São 399 municípios e têm cinco Casas Abrigo, então é óbvio que não chega né. Então cada município devia ter numa prefeitura, pelo menos, no mínimo uma assessoria pra atender essa mulher e encaminhar pro órgão competente, e isso seria um desafio, seria e é, não só no Paraná ou no Brasil, isso é no mundo. A cada quatro segundos uma mulher é agredida, isso é o índice mundial, então quer dizer que a violência não é de país de terceiro mundo porque país de primeiro mundo também tem. Então é uma questão muito maior. Um passo a ser seguido, seria muita pretensão dizer que a Secretaria da Mulher é um passo a ser seguido, mas é. O que a gente fez, eu tenho orgulho da nossa história, eu falo assim que eu cresci como ser humano, quando eu vejo uma mulher na Casa Abrigo contar a história dela pra mim, eu sinto a história dela como se fosse minha e isso é verdade porque eu sofro com isso, eu não podia ser tão emotiva pra trabalhar, mas o sangue italiano é triste porque é mãe, quer pôr debaixo das asas. Então eu acho que a Secretaria da Mulher, ela recebe muitas críticas, todo mundo vê o salto que eu uso, mas não vê quem eu abrigo, sabe? É bem desse jeito. Você vê a aparência das mulheres que trabalham na Secretaria da Mulher, mas não sabe o que essas mulheres aqui dentro fazem pra proteger as mulheres que estão lá fora. Então deveria ser uma posição assim, abrir a cabeça das pessoas pra elas entenderem a dimensão da violência, em vez de ficarem criticando, as coisas que você acha que a mulher é, que a mulher só faz tricô, que a mulher só sabe maquiar, que ela só quer saber de roupa, bijuteria, esse negócio e ver que a mulher é um ser humano muito maior do que isso, a própria mulher tem que ver isso, tem que ver que tá na hora de acabar com a violência e construir o ser humano de direitos iguais, homens e mulheres. Então é mudar o pensamento da mulher, sabe. E isso já começou, com a Lei Maria da Penha foi assim... foi visto em novelas, várias novelas. Quer meio de divulgação maior do que este? Só que tem que ser mais, devia ser mais, mas já é um começo.

Quando nós começamos, a gente foi conhecer realidades já existentes, a Secretaria da Mulher de Londrina, de outras cidades. E a gente não tinha nada, então a gente foi atrás de buscar um norte. E nesses sete anos, a gente pode ver assim, que hoje a Secretaria, não só nesse ano, mas já há algum tempo, é referência, muitos municípios vêm fazer o que a gente fez lá atrás, e ficam espantados com a estrutura que nós temos hoje, com o recurso financeiro que temos, porque antigamente nem dotação orçamentária tinha, quando ainda era Assessoria ligada ao Gabinete do Prefeito, toda a questão de recursos passava pelo Gabinete. Hoje nós temos uma dotação específica da Secretaria, e essa estrutura de pessoal, do Centro de Referência, da Casa Abrigo, de carro próprio para a Casa Abrigo, carro próprio para a Secretaria, os nossos cursos de geração de renda que a gente tem aí montado em alguns bairros de Maringá né, o próprio atendimento do CRAM com a equipe multidisciplinar, oferecendo as mulheres o social, o psicológico e o jurídico, então as conquistas foram muito, mas muito grandes mesmo, há muito ainda para se fazer, a gente tem consciência disso, mas o que nós evoluímos nesses sete anos, outros municípios que já estavam antes de nós não conseguiram, não conquistaram né. Então a Secretaria da Mulher de Maringá, pela visão do próprio governo que criou e que dava essa autonomia, ela faz a diferença, eu vejo isso, a gente começou sem conhecer, principalmente pelo número de pessoas que a gente atende, vê sendo atendida, abrigada, pelas mudanças de histórias que a gente acompanha, mesmo aqui a gente está ligada porque toda parte de estrutura, de alimento, do que for preciso, de uma viagem que precisa levar uma abrigada passa aqui por nós, a gente tem que correr atrás de todas essas questões, então a gente acaba acompanhando todo o trabalho lá do CRAM. Então enquanto política para as mulheres, a Secretaria da Mulher avançou muito, isso eu vejo como muito importante mesmo. Quando nós começamos a gente achava que tudo iria se pautar na questão do atendimento do CRAM, no atendimento da Casa Abrigo propriamente. Mas, esse foi o nosso norte e com isso foi agregando a questão da geração de emprego e renda, de empoderar a mulher nessa questão, com cursos específicos como a gente tem oferecido aí com certificação, colocando no mercado de trabalho, com oficinas, a questão da conscientização através das palestras, das conferências, de dar esse espaço para as mulheres maringaenses conhecer também, passar a conhecer que Maringá tem um local, tem um estrutura que está voltada pro bem estar, para a proteção... então, a questão da violência é sim primordial porque existe né, antes de haver a Secretaria já existia essa questão e elas eram atendidas minimamente em uma ou outra entidade. Mas, a partir da existência da Secretaria da Mulher, até pelo fato do CRAM estar fora do Paço Municipal, a gente percebe que as mulheres têm essa facilidade de ir, porque ao vir no Paço elas estão se expondo, e ir fora, como nessa casa, é uma casa, fora aqui do Centro. Eu via isso muito na época da Assistência Social, porque quando a Secretaria de Assistência Social era dentro da Prefeitura, então a pessoa já vinha meio marginalizada, entrava na salinha da Assistência, então já se sabia que ela estava precisando de alguma situação, e havia muitos que tinham dificuldades. Então a gente pensava também, a mulher já foi vitimizada, aí chega na Secretaria da Mulher no Paço, fica exposta, e na casa não, a pessoa se sente mais tranquila a ir, porque foge deste contexto do público que está dentro da prefeitura, até nessas questões a gente vê essa diferença. E a busca também, porque até então a gente não via tantos números, não convivia com isso, e infelizmente, ou felizmente, uma coisa assim meio contraditória, o fato da Secretaria existir, a gente viu que muitas mulheres preferiam vir na Secretaria até do que ir na Delegacia, depois de vir até nós, que é feito um trabalho com elas lá no CRAM, que elas eram levadas, orientadas, preparadas para ver se era isso mesmo que elas queriam, porque muitas até... a gente via que precisava mesmo fazer o B.O., mas não tinham conhecimento sobre, não estavam conscientes disso, não estavam prontas

pra isso, então muitas vezes elas faziam o caminho inverso, vinham para a Secretaria para depois ir fazer o B.O. Então o trabalho da Secretaria da Mulher é muito importante, o trabalho próprio mesmo do atendimento, da questão do risco de vida das mulheres, e essa questão da geração de renda, porque a gente vê, através desses cursos, dessas oficinas, até o resgate da autoestima, do emocional das mulheres, que de repente vão lá, começam a ter um trabalho, uma atividade e começam a se sentirem útil dentro de casa, começa a produzir, começa a ter um recurso financeiro, então essa questão da geração de renda também faz a diferença.

Helena

O maior problema da violência, eu acredito que o que é mais difícil para elas é quebrar esse vínculo de dependência financeira, até mesmo o acreditar que a pessoa vai mudar, porque ela ama, porque ela tem esperanças que um dia o companheiro mude, eu acredito que esse é o fator maior. Tanto econômico, porque, às vezes, ela não estudou, nunca trabalhou, ele não deixou ela trabalhar, então eu acredito que é isso. Teve, tem um caso que até hoje, às vezes, eu procuro saber da pessoa. Essa pessoa era esposa de um professor universitário, e ela sofria violência assim... todo o tempo que ela teve relacionamento com ele, ela sofria violência... psicológica, física. E assim, ela me contava... No começo, o que mais me marcou, foi porque a gente tem uma visão de que a violência vem só das classes mais baixas, e eu pensava assim... como que uma pessoa tão instruída quanto um professor doutor, professor da UEM, era... porque ele faleceu, era assim. Eu desconhecia que havia violência assim nesse meio, então esse caso assim me marcou bastante, o caso dela, das coisas que ela me contava, tanto o que ela contava no CRAM mesmo enquanto atendimento quanto... a gente acaba formando assim um vínculo de amizade, então, às vezes, em off, ela me contava as coisas que ele fazia com ela, e assim, me marcava bastante. Uma coisa que eu não esqueço, ela falou que um dia ele colocou o rosto dela dentro da panela de arroz, sabe, ela estava fazendo arroz e ele pegou ela pelo cabelo e... Então, essas coisas que me marcaram bastante. E teve um outro caso também que a pessoa, a gente começou a atender, ela acreditava que ela apanhava porque ela merecia, tipo “eu não obedeci ele”, um dia ela contou que ele bateu nela porque ele não deixou o chinelo perto da cama, tipo, coisas bizarras assim que não dá para acreditar. E ela achava assim, “ah, mas eu deixei de fazer isso”, ela se dava uma desculpa para apanhar.

Notamos nestes relatos o quanto as políticas para mulheres avançaram nos últimos anos, o quanto o investimento federal e esforço das agentes foram preponderantes para o desenvolvimento dos trabalhos. Ao mesmo tempo fica claro nas falas que há muito a se fazer, muito a caminhar ainda, lutar por reconhecimento, por ampliação, por divulgação dos serviços, é um trabalho que está só começando. As políticas públicas para mulheres têm um longo caminho a trilhar, mas sem o empenho e o compromisso das agentes e a cobrança social, esses caminhos podem ser mais longos.

Nos relatos dos casos, podemos ver o quão importante é o trabalho que elas desenvolvem, o quanto essas mulheres que procuram o CRAM e precisam ser abrigadas porque estão correndo risco de vida necessitam deste atendimento. Como colocado na fala da Lúcia, “precisamos primeiro atender as vítimas”, vítimas estas

não só de seus parceiros, de seus algozes, mas de toda a história, da cultura que as fazem naturalizar a violência, a se sentiram culpadas por estarem naquela situação. Portanto, pensar nas políticas para mulheres é pensar em um projeto de sociedade que equipare homens e mulheres, que nas palavras de Irigaray (2002), com “dignidade equivalente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de Sousa Santos

As políticas públicas brasileiras para mulheres tiveram grandes avanços quantitativos e qualitativos nos últimos anos. Muito desta conquista se deve à força e à resistência dos movimentos feministas e de mulheres que lutaram durante décadas para que suas causas tomassem formas objetivas e refletissem em políticas de Estado. Quando estas políticas “feministas” ganharam espaço no Governo Federal, através da implantação de um órgão específico, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, no ano seguinte, a promulgação de uma lei que especificava o enfrentamento à violência histórica e cultural que as mulheres foram e são submetidas, as práticas que vinham sendo desenvolvidas nos âmbitos municipais ganharam força e notoriedade. Pensar como as políticas direcionadas às mulheres se objetivaram em âmbito local, especificamente em Maringá-PR, e compreender as trajetórias que envolveram as agentes que vieram a trabalhar com estas questões foram o norte desta pesquisa.

Inicialmente, as críticas que eu tinha ao trabalho delas eram inúmeras. Por não haver em suas trajetórias de vida um envolvimento anterior com a causa, eu questionava a importância que as mesmas atribuíam às políticas para mulheres. Mulheres que não tinham envolvimento com movimentos feministas, que, talvez, nem tinham conhecimento do que se tratava o feminismo, me questionava como uma mulher que não é feminista pode ter um trabalho sério com políticas “feministas”. Considero às políticas para mulheres como políticas feministas porque as mesmas têm ou deveriam ter como fim a promoção da emancipação feminina, a busca pela liberdade, pelo fim da violência e pela equidade dos gêneros. Enfim, por toda a formação que a bibliografia feminista me proporcionou, eu achava que faltava militância no trabalho das funcionárias dos órgãos de políticas para mulheres de Maringá.

Hoje questiono, é preciso ser ou se tornar feminista para trabalhar com políticas para mulheres? No caso de Maringá, quando questionadas se se

consideravam feministas, somente a ex-assessora respondeu que sim, as funcionárias da Semulher responderam que em alguns momentos. Deste fato, analiso que, em suas trajetórias, o ideário feminista entrou em cena a partir do momento em que elas começaram a trabalhar na Secretaria, os materiais de formação e capacitação oferecidos pela SPM, como já citado, têm grande influência das teorias feministas, muitos deles foram escritos por intelectuais feministas. Portanto, ao se capacitarem para trabalhar com as políticas para mulheres, elas incorporaram o discurso feminista, o discurso de que as diferenças biológicas não são razão/fundamento para subjugar, menosprezar e violentar as mulheres.

Ademais, a figura da Secretária foi de fundamental importância para a capacitação da equipe. Fato presente nas falas das funcionárias, o sucesso do trabalho da Secretaria se deve ao comprometimento da equipe e, principalmente, da ex-Secretária. Tanto que, quando ela se afastou em novembro de 2011, a Secretaria passou por sérios problemas. Só o fato de a Secretaria ficar sem Secretária por meses foi alarmante, porém, a situação piorou bastante. Os órgãos de atendimento, CRAM e Casa Abrigo, ficaram sem vigilantes por um longo período. Em conversa com a ex-diretora do CRAM, a mesma afirmou que após a saída da Secretária, instalou-se o caos na Secretaria. O Conselho da Mulher ficou bastante tempo sem ter reuniões, a Casa Abrigo foi pleiteada por outros conselhos, enfim, o clima durante meses foi que a Secretaria da Mulher iria fechar as portas até o fim da gestão.

Este período de crise representa a fragilidade das políticas para mulheres, denota que esta causa é considerada menor, de menor importância, ainda equivalendo às perfumarias. Não obstante que, em período de crise, estas sejam as primeiras a serem cortadas dos investimentos, inclusive em nível federal. Nesta questão, faz-se necessário articular e fortalecer os movimentos nacionais, pressionar os governos e promover os órgãos.

Outro grande problema a ser enfrentado pelas políticas para mulheres é a sua incapacidade de articular políticas em conjunto com outras Secretarias. Nestes primeiros anos focou-se nas questões mais urgentes, nos atendimentos às vítimas e no enfrentamento à violência, porém este ano a SPM completa dez anos, é preciso investimentos na área educacional, um projeto de amplitude nacional que vise debater as desigualdades de gênero, desnaturalizando-as. Pode-se fazer muito

localmente, se a Semulher conseguisse articular uma parceria com a Secretaria de Educação, onde trabalhasse com os professores da educação básica com cursos de formação na área de gênero, seria uma política que estaria pensando no real enfrentamento à violência contra as mulheres, pois somente através de uma política educacional podemos vislumbrar a possibilidade de enfrentar a violência sem recorrer ao uso da mesma.

As políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres têm sido de caráter assistencial, e mesmo neste campo deixam muito a desejar. A estrutura existente em Maringá para atender as mulheres vítimas de violência é uma das mais completas do país, porém a rede de atendimento não trabalha em conjunto, os atendimentos são isolados, enquanto deveriam ser articulados. Com o trabalho de campo pude notar uma tensão entre os órgãos estatais e os municipais, por vezes ouvi as funcionárias do CRAM reclamarem do atendimento da DEAM, e com as visitas que realizei na DEAM notei que as funcionárias desta dão pouca importância ao trabalho do CRAM. Ainda há o problema com os horários de funcionamento dos órgãos, estes funcionam em horário comercial de segunda a sexta-feira. A situação piora no caso do IML, sendo que este atende somente por quatro horas diárias em dias úteis. Quando uma mulher é agredida fisicamente no final de semana, as funcionárias da DEAM recomendam que esta tire fotos das marcas porque o IML só a atenderá na segunda-feira. No caso da Polícia Militar a situação piora ainda mais, se as funcionárias dos órgãos específicos de atendimento às mulheres não têm cursos de preparação/capacitação para trabalharem com a questão, a PM menos ainda. Enfim, a rede tem inúmeros problemas estruturais, de relação entre os agentes dos órgãos, dificultando o trabalho em conjunto, estes são os maiores desafios das políticas de atendimentos às mulheres vítimas de violência, fazer com que o atendimento/acolhimento seja de qualidade, articulado e que ajude a vítima a sair da situação de violência. Ainda há um longo caminho a trilhar neste campo.

Desta forma, se as agentes se apropriaram de um discurso de teor feminista, mesmo que o ressignificando a partir de suas vivências, podemos considerar que as políticas governamentais direcionadas às mulheres estão começando a engatinhar, pois ainda precisam ganhar proporção, respeito e notoriedade para se consolidarem. Assim, para além dos discursos, não pude deixar de notar o comprometimento que as agentes entrevistadas apresentaram com o trabalho que desenvolvem e o

orgulho que as mesmas têm dele. Elas assumiram bravamente e enfrentaram e continuam enfrentando grandes dificuldades, pois trabalhar em uma Secretaria da Mulher, como já colocado, não é um trabalho qualquer. Elas tinham opção e escolheram estar ali, suas vidas mudaram e definiram novos rumos a partir disso. Conviver diariamente com problemas tão difíceis, não só define, mas também direciona o futuro de quem se dispõe a encarar este trabalho.

Por fim, “quando não se tem mais nada a dizer sobre o assunto, seja por enquanto ou para sempre, pode-se simplesmente deixá-lo de lado. Como diz Valéry: ‘Não se terminam trabalhos, eles são abandonados’” (GEERTZ, 2008, p. 14). De certa forma, mesmo compreendendo que este trabalho propicia inúmeros questionamentos a serem investigados, por hora ele me apontou outros caminhos e possibilidades de investigação. Trabalhar estes últimos anos com o tema da violência de gênero me trouxe o questionamento sobre os impactos da violência na saúde (física e mental) das vítimas, talvez este seja um norte para futuras trajetórias de pesquisa. Continuar no campo dos estudos de gênero, além de ser um projeto profissional, é um compromisso pessoal em memória das grandes mulheres que fazem parte da minha história.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Solange Santos de. **Políticas públicas e combate a violência contra as mulheres**: abrigo, legislação e representação de gênero na cidade de Maringá-Pr. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet, 4. ed., v. 1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, n. 26, 2006, p. 329-376.

BRASIL, **Lei nº 11.340** de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...] e dá outras providências. **Lei Maria da Penha**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, 2011.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. Belém do Pará, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em 19 set. 2012.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena Leal. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 115, 2002, p.139-154.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004, p. 47-71.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. **Dicionário Crítico do Feminismo**. HIRATA, Helena *et al.* (org.). São Paulo: UNESP, 2009, p. 144-148.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios sobre antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 10ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, n. 5, 1995, p. 07-41.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As mulheres fazem História**, Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/mulherhistoria.html>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 set. 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Divisão Política do Paraná – 2010**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em 02 nov. 2012.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Labrys - Estudos Feministas**, Brasília, n. 1-2, s.p., 2002. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/irigaray1.html>. Acesso em: 27 nov. 2010.

LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 2001, p. 123-140.

MALUF, Sônia Weidner; LIMA, Claudia de Lima. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, vol. 9, n. 1, 2001, p. 147-163.

MARINGÁ, **Lei 4.258**, de 13 de setembro de 1996. Institui o Conselho Municipal da Mulher de Maringá. Maringá-PR: Câmara Municipal – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 1996. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em 28 ago. 2012.

MARINGÁ, **Lei 4.361**, de 11 de abril de 1997. Institui o Programa Municipal de Amparo à Mulher Vítima de Violência e dá outras providências. Maringá-PR: Câmara Municipal – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 1997. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em 28 ago. 2012.

MARINGÁ, **Lei 5.590**, de 19 de dezembro de 2001. Concede nova regulamentação ao Conselho Municipal da Mulher de Maringá, instituído pela Lei 4.258/96. Maringá-

PR: Câmara Municipal – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 2001a. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em 28 ago. 2012.

MARINGÁ, **Lei 376**, de 11 de abril de 2001. Dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Maringá e dá outras providências. Maringá-PR: Câmara Municipal – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 2001b. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em 28 ago. 2012.

MARINGÁ, **Lei 509**, de 16 de dezembro de 2003. Altera a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Maringá, prevista na Lei Complementar nº 376/2001, e Anexos I e II, bem como as Leis Municipais nº 627/1968 e 978/1973, e dá outras providências. Maringá-PR: Câmara Municipal – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 2003. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em 28 ago. 2012.

MARINGÁ, **Lei 555**, de 25 de fevereiro de 2005. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal da Mulher, que integrará a estrutura administrativa da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, com a alteração da Lei Complementar nº 376/2001, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 509/2003, e dá outras providências. Maringá-PR: Câmara Municipal – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 2005. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em 28 ago. 2012.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A Abordagem Etnográfica na Investigação Científica. **Espaço**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 16, 2001, p. 42-59.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, Corpo e Sexualidade. **Espaço Michel Foucault**. UnB: Brasília, 2000.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Relatório nº 54/01, caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes**. Washington D.C., 2001. Disponível em <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>, Acesso em: 30 nov. 2012.

OLIVEIRA, Guacira Cesar; BARROS, Ivônio; SOUZA, Maria Helena. **Trilhas Feministas na Gestão Pública**. Brasília: CFEMEA, 2010.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Informe mundial sobre a violência e a saúde** (Resumo). Washington, DC: OMS, 2002.

PARANÁ, **Lei Complementar 83**, de 17 de julho de 1998. Institui a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios que especifica. Curitiba: Casa Civil – Sistema Estadual de Legislação, 1998. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br>>. Acesso em 31 out. 2012.

PARANÁ, **Lei 13.565**, de 16 de maio de 2002. Altera a redação da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que instituiu a região metropolitana de

Maringá. Curitiba: Casa Civil – Sistema Estadual de Legislação, 2002. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br>>. Acesso em 31 out. 2012.

PARANÁ, **Lei Complementar 110**, de 10 de agosto de 2005. Altera a redação do art. 1º. da Lei Complementar nº. 83/98 – Região Metropolitana de Maringá. Curitiba: Casa Civil – Sistema Estadual de Legislação, 2005. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br>>. Acesso em 31 out. 2012.

PARANÁ, **Lei Complementar 127**, de 17 de fevereiro de 2010. Dá nova redação ao artigo 1º, da Lei Complementar 83, de 17 de julho de 1998, conforme especifica. Curitiba: Casa Civil – Sistema Estadual de Legislação, 2010. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br>>. Acesso em 31 out. 2012.

PARANÁ, **Lei Complementar 145**, de 24 de abril de 2012. Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 83/98, incluindo o Município de Nova Esperança na Região Metropolitana de Maringá. Curitiba: Casa Civil – Sistema Estadual de Legislação, 2012. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br>>. Acesso em 31 out. 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Estudos de Gênero, Ética e História: Avanços e Perspectivas**. Palestra conferida no XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética. Universidade Federal do Ceará, 14/07/2009.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

PROJETO MARIA DA PENHA. **A história da Maria da Penha**. Disponível em: <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/a-historia-da-maria-da-penha>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. 2004. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, v. 16, 2001, p. 115-136.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, 1999, p. 82-91.

SAFFIOTI, Heleith I. B.; ALMEIDA, Sueli. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, Ebe Campinha dos; PEREIRA, Vera Lucia. Gênero e poder na longa trajetória pelo reconhecimento dos direitos da Mulher no Brasil. **Revista de Direito da Unigranrio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2008, p. 1-23.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas Públicas (Coletânea - Volume 1)**. Brasília: ENAP, 2007. p. 21-42.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001, p. 31-48.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCHRAIBER, Lilia B.; d'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**. Botucatu, v. 3, n. 5, 1999, p. 11-26.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, 1990, p.5-22.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 13, n. 1, 2005, p. 11-30.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999.

STOLLER, Robert. **Masculinidade e Feminilidade**: Apresentações do Gênero. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v. 22, n. 63, 2007, p. 153-155.

ANEXOS

ANEXO 01

1-2



LEI Nº 4361/97

Institui o Programa Municipal de Amparo à Mulher Vítima de Violência e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º - Fica criado o Programa Municipal de Amparo à Mulher Vítima de Violência.

§ 1º - O referido Programa objetiva acolher, em abrigos mantidos especialmente para esse fim, em caráter emergencial e provisório, mulheres vítimas de violência e seus filhos menores, assim como prestar apoio às entidades que desenvolvam ações sociais de atendimento à mulher.

§ 2º - O Programa prevê a instalação de uma rede municipal de abrigos, sob a responsabilidade do Município, que oferecerão abrigo e alimentação, prestação de assistência social, médica, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência, com o objetivo de propiciar a superação das situações de crise e carência psicossocial, valorizar as potencialidades da mulher, despertar sua consciência, favorecer sua formação profissional e encaminhá-la ao mercado de trabalho.

§ 3º - Serão acolhidas nos abrigos da rede as mulheres vítimas de violência e seus filhos menores, cujo retorno ao domicílio habitual represente efetivo risco de vida ou de agressão iminente a sua integridade física, segundo avaliação e triagem realizada no próprio abrigo, por equipe especialmente organizada para esse fim, por encaminhamento de qualquer delegacia de polícia do Município de Maringá.

§ 4º - Será garantido, igualmente, o acolhimento aos abrigos das mulheres que não tiverem registrado queixa policial em nenhuma delegacia de polícia, sendo, porém, obrigatório, nesses casos, o imediato encaminhamento destas à Delegacia de Mulheres para o registro da ocorrência policial.

Art. 2º - Para a implementação do Programa, o Município poderá contar com a participação de entidades civis e governamentais que desenvolvam ações sociais de atendimento à mulher.

Art. 3º - O presente Programa será mantido à conta de recurso orçamentário próprio do Município, verbas originárias de convênios e outros.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar os convênios que se fizerem necessários à execução desta Lei.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no prazo de cento e vinte (120) dias, contado de sua publicação.

ANEXO 01

2-2



LEI Nº 4361/97

2,

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 11 de abril de 1997.

Jairo Morais Giandio
Prefeito Municipal

Arnaldo Romualdo Martins
Chefe de Gabinete

ANEXO 02

1-2



LEI N.º 5463/2001

Autor: Poder Executivo

Altera dispositivos da Lei municipal nº 4.361, 19 de março de 1997, que instituiu o Programa Municipal de Amparo à Mulher Vítima de Violência.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O *caput* e os Parágrafos 1º, 2º e 3º, do Artigo 1º, da Lei municipal nº 4.361/97, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Apoio à Mulher Vítima de Violência. (NR)

§1º O referido Programa objetiva acolher, em abrigo mantido especialmente para este fim, em caráter emergencial e provisório de até, no máximo, seis meses, mulheres vítimas de violência e seus filhos menores, com até dezoito anos de idade, assim como prestar apoio às entidades que desenvolvam ações sociais de atendimento à mulher. (NR)

§2º O Programa prevê a instalação de um abrigo, sob a responsabilidade do Município, que oferecerá abrigo e alimentação, prestação de assistência social, médica, odontológica, psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência, com o objetivo de propiciar a superação das situações de crise e carência psicossocial, valorizar as potencialidades, favorecer sua formação profissional e encaminhá-las ao mercado de trabalho. (NR)

§3º Serão acolhidas no abrigo as mulheres vítimas de violência e seus filhos menores, cujo o retorno ao domicílio habitual representa efetivo risco de vida ou de agressão iminente à sua integridade física, segundo avaliação realizada na Central de Atendimento, por equipe especialmente organizada para este fim." (NR)

Art. 2º Revoga-se o Parágrafo 4º, do Artigo 1º, da referida Lei municipal nº 4.361/97.

Art. 3º Fica acrescido o Parágrafo 5º, com seus respectivos incisos, ao Artigo 1º, da Lei municipal nº 4.361/97, com a seguinte redação:

ANEXO 02

2-2



"§5º A Central de Atendimento, citada no §3º desta Lei, será instalada na área central do Município de Maringá, para atender mulheres vítimas de violência e seus filhos com até dezoito anos de idade e, ainda, objetivará:

- I – prestar atendimento psicológico, jurídico e social, gratuitamente, às mulheres vítimas de violência e a seus filhos menores, com até dezoito anos de idade;**
- II – encaminhar as mulheres e seus filhos menores à Casa Abrigo, quando estes apresentarem risco de vida;**
- III – realizar campanhas de esclarecimento e prevenção à violência;**
- IV – proceder encaminhamentos necessários às áreas de saúde, assistência jurídica, psicológica e à Delegacia da Mulher;**
- V – criar grupos de apoio a estas famílias, visando acompanhá-las desde da procura à Central de Atendimento, estadia na Casa de Abrigo, até a sua reintegração à sociedade;**
- VI – firmar convênios com as Universidades e Faculdades de Maringá e da região, visando a parceria no atendimento jurídico, social, psicológico, médico, odontológico e outras áreas afins."**

Art. 4º O Artigo 5º, da Lei municipal nº 4.361/97, passa a vigorar com o seguinte teor:

"O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no prazo de trinta (30) dias, contados de sua publicação." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, aos 28 de agosto de 2001.

José Gleucio Pereira Neto
Prefeito Municipal

Reginaldo Benedito Dias
Chefe de Gabinete

ANEXO 03

1-1



LEI Nº 4258/96

Institui o Conselho Municipal da Mulher de Maringá.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal da Mulher de Maringá, que tem por finalidade assegurar melhores condições à mulher, visando o exercício pleno de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Município.

Art. 2º - Constituem objetivos do Conselho Municipal da Mulher, dentre outros:

I - promover uma política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher;

II - criar instrumentos que permitam a organização e mobilização feminina, proporcionando total apoio às organizações relacionadas à mulher;

III - zelar pelo respeito e ampliação dos direitos da mulher, como cidadã e trabalhadora;

IV - assegurar a Administração Municipal, no que se referir ao planejamento e execução das ações inerentes à mulher.

Art. 3º - As funções dos membros do Conselho serão consideradas como serviço público relevante.

Art. 4º - O Conselho Municipal da Mulher de Maringá será composto de 11 (onze) Conselheiros Titulares e 04 (quatro) suplentes, todos indicados pelo Poder Executivo.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 de setembro de 1996.

Said Felício Ferreira
Prefeito Municipal

Oswaldo Fernandes Reis
Chefe de Gabinete

ANEXO 04

1-4



A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, encaminho ao Prefeito Municipal o seguinte:

PROJETO DE LEI N. 5590.

Autor: Poder Executivo.

Concede nova regulamentação ao Conselho Municipal da Mulher de Maringá, instituído pela Lei 4258/96.

Art. 1.º O Conselho Municipal da Mulher de Maringá, instituído pela Lei 4258/96, que tem por finalidade assegurar melhores condições à mulher, visando o exercício pleno de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Município, será disciplinado pelas normas constantes na presente Lei.

Art. 2.º Constituem objetivos do Conselho Municipal da Mulher de Maringá, dentre outros:

I - promover uma política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher;

II - criar instrumentos que permitam a organização e mobilização feminina, proporcionando total apoio às organizações relacionadas à mulher;

III - zelar pelo respeito e ampliação dos direitos da mulher, como cidadã e trabalhadora;

IV - assegurar, junto à Administração Municipal, no que se referir ao planejamento e execução das ações, a promoção da condição social, política, econômica e cultural da mulher.

Art. 3.º O C.M.M.M. tem caráter permanente como órgão deliberativo, normativo e fiscalizador, visando basicamente a normatização e o acompanhamento das leis de proteção à mulher.

Art. 4.º As funções das Conselheiras serão consideradas como serviço público relevante, sem remuneração.

ANEXO 04

2-4



Art. 5.º O Conselho Municipal da Mulher de Maringá será composto de 30 (trinta) Conselheiras Titulares e 30 (trinta) suplentes, nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo, mediante indicação de órgãos, entidades e instituições da comunidade abaixo relacionadas:

I - Órgãos Governamentais:

- a) 01 (uma) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- b) 01 (uma) representante da Secretaria Municipal da Educação;
- c) 01 (uma) representante da Secretaria Municipal da Cultura;
- d) 01 (uma) representante da Fundação do Desenvolvimento Social e da Cidadania de Maringá;
- e) 01 (uma) representante da Assessoria Municipal da Mulher;
- f) 01 (uma) representante da Assessoria Municipal de Juventude;
- g) 01 (uma) representante da Assessoria Municipal da Comunidade Negra;
- h) 01 (uma) representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo;
- i) 01 (uma) representante da Delegacia da Mulher;
- j) 01 (uma) representante da Universidade Estadual de Maringá;
- k) 01 (uma) representante do Ministério Público;
- l) 01 (uma) representante do Núcleo Regional de Ensino;

II - Organizações Não-Governamentais e Sociedade Civil:

- a) 01 (uma) representante das Trabalhadoras da Saúde (indicada pelo Sindicato);
- b) 01 (uma) representante do Movimento Cultural;
- c) 01 (uma) representante das Associações de Bairros;
- d) 01 (uma) representante das Cooperativas de Mulheres;

ANEXO 04

3-4



- e) 01 (uma) representante dos Movimentos Organizados de Mulheres;
- f) 01 (uma) representante dos Movimentos Organizados da Comunidade Negra;
- g) 01 (uma) representante da APP - Sindicato;
- h) 01 (uma) representante dos Movimentos de Gays e Lésbicas;
- i) 01 (uma) representante da ACIM - Conselho da Mulher Empresária;
- j) 01 (uma) representante do Sindicato das Empregadas Domésticas;
- k) 01 (uma) representante do Movimento dos Direitos Humanos;
- l) 01 (uma) representante do Movimento Ecumênico;
- m) 01 (uma) representante das Trabalhadoras da Imprensa (indicada pelo Sindicato);
- n) 01 (uma) representante de Centrais Sindicais de trabalhadores;
- o) 01 (uma) representante dos Movimentos Indigenistas Organizados;
- p) 01 (uma) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- q) 01 (uma) representante da Mitra Arquidiocesana de Maringá;
- r) 01 (uma) representante da Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá - OPEM.

Parágrafo único. As Organizações Não-Governamentais somente poderão indicar nomes previamente eleitos e aprovados por assembléia geral da entidade, convocada especificamente para este fim, pela forma prevista no respectivo estatuto, sendo que a indicação deverá estar acompanhada da cópia da respectiva ata.

Art. 6.º Cada entidade, órgão ou instituição somente poderá ter uma única representante titular e uma suplente no C.M.M.M.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 04

4-4

LEGISLATIVO DE MARINGÁ
ESTADO DO PARANÁ



Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 19 de dezembro de 2001.

Walter Guerlles
Walter Guerlles
PRESIDENTE
Paulo Mantovani
Paulo Mantovani
1.º SECRETÁRIO

ANEXO 05

1-1



LEI N.º 6.636/2.004.

Autor: Poder Executivo.

Aumenta o número de conselheiras no Conselho Municipal da Mulher de Maringá, regulamentado pela Lei Municipal n. 5.590/2001.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte,

LEI :-

Art. 1.º Ficam acrescidas ao inciso II do Art. 5.º da Lei Municipal n. 5.590/2001 mais duas organizações não-governamentais, conforme abaixo transcritas, que passarão a compor o Conselho Municipal da Mulher de Maringá, criando vagas de quatro conselheiras, sendo duas Conselheiras Titulares e duas Suplentes, nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo:

"Art. 5.º ...

II – Organizações Não-Governamentais e Sociedade Civil:

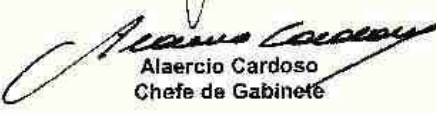
...

- s) religiões afro-brasileiras;**
- t) movimento das profissionais do sexo."**

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 30 de Junho de 2004.


João Vitor Caleffi
Prefeito Municipal


Alaercio Cardoso
Chefe de Gabinete



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando uma pesquisa na **Rede de Proteção e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (entre outros órgãos de promoção de políticas para as mulheres) de Maringá-PR**, intitulada **“O impacto da(s) Teoria(s) Feminista(s) na criação e implementação de Políticas Públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres: A proposta de alternativas frente ao estudo comparativo das realidades distintas dos municípios de Marília-SP e Maringá-PR”** e gostaríamos que participasse da mesma. Os objetivos desta são:

- 1) Analisar como as políticas públicas para as mulheres foram implementadas nos âmbitos municipais a partir da descentralização das mesmas da federação, observando a apropriação e ressignificação das teorias feministas através de um estudo e análise comparativa entre os municípios de Marília-SP e Maringá-PR;
- 2) Identificar a influência das teorias feministas na concepção e elaboração das políticas públicas para as mulheres;
- 3) Qualificar a situação atual dos meios de enfrentamento e combate à violência contra a mulher em ambos os municípios;
- 4) Verificar possíveis entraves nos encaminhamentos da rede de atendimento à mulher vítima de violência;
- 5) E avaliar as políticas públicas municipais para as mulheres, comparando os avanços de ambas as localidades e identificando aproximações e distanciamentos.

E meta: A lei Maria da Penha/2006, enquanto marco legal, impulsionou a criação de novas políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, desde a penalização do agressor à criação de serviços de amparo e atendimento à mulher em situação de violência. Deste modo, nossa meta constitui-se em analisar sua aplicação jurídica e na formulação e fortalecimento da rede pública de atendimento à mulher em situação de violência, através da criação de um protocolo digital (software) a ser utilizado pelos serviços componentes desta rede, como forma de auxiliar a humanização e a agilidade no processo de atendimento às vítimas.

Participar desta pesquisa é uma opção e no caso de não aceitar participar ou desistir em qualquer fase da pesquisa fica assegurado que não haverá qualquer empecilho ou restrição.

Caso aceite contribuir com esta pesquisa, gostaríamos que soubesse que:

ANEXO 06

2-2

- 1) As etapas da pesquisa constituem-se em: a) Resgate histórico e sistemático dos discursos e das teorias feministas através de bibliografia temática; b) Mapeamento da situação atual das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher em ambas as localidades; c) Análise *in loco* das práticas das agentes por meio de observação participante; d) Entrevistas semi-estruturadas buscando identificar as trajetórias individuais na construção de uma pauta local de enfrentamento à violência; e) E, por fim, avaliar as políticas públicas utilizando os critérios analíticos de eficiência, eficácia e efetividade social das mesmas;
- 2) A divulgação dos resultados para fins científicos, como revista, livros, congressos e uso de imagem, será realizada com a garantia da **não** identificação dos sujeitos da pesquisa, mantendo preservadas suas identidades.

Eu, _____, portador(a) do RG _____, declaro ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa e estou ciente que minha desistência poderá ocorrer em qualquer momento sem que ocorra quaisquer prejuízos físicos ou mentais. Declaro ainda saber que a participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Certos de poder contar com sua participação, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos:

_____ Profa. Dra. Lidia M. Vianna Possas Departamento de Ciências Políticas e Econômicas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília	_____ Anderson de Carvalho Fujikawa Mestrando em Ciências Sociais
--	---

Autorizo,

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) entrevistado(a)



LEI COMPLEMENTAR N. 509/2.003.

Autor: Poder Executivo.

Altera a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Maringá, prevista na Lei Complementar n. 376, de 11 de abril de 2001, e Anexos I e II, bem como as Leis Municipais n. 627/1963 e 878/1973, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Ficam alteradas as artigos 2º, 17, 20, § único, 21, § único, 25, § único e 37, incluídos II, III e suas alíneas, da Lei Complementar n. 376, de 11 de abril de 2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Município de Maringá, constante do Anexo I, parte integrante desta Lei, será representada pelas seguintes unidades:

I - Unidades da Administração Direta:

a) Órgãos de Assessoramento Superior:

- 01 - Gabinete do Prefeito - GAPRE;
- 02 - Procuradoria Geral do Município - PROGE;
- 03 - Secretaria do Governo Municipal - SEGOV;

b) Secretarias de Assistência-Muito:

- 04 - Secretaria Municipal de Administração - SEADM;
- 05 - Secretaria Municipal de Fazenda - SEFAZ;
- 06 - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, Planejamento e Habitação - SEDUH;



c) Secretarias Municipais de Assistência-Fam:

- 07 - Secretaria Municipal de Educação - SEDUC;
- 08 - Secretaria Municipal da Saúde - SAUDE;
- 09 - Secretaria Municipal das Escolas e Escolas - SESP;
- 10 - Secretaria Municipal das Transportes - SETHO;
- 11 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura - SEMAA;
- 12 - Secretaria Municipal do Indústria, Comércio e Turismo - SEICT;
- 13 - Secretaria Municipal da Cultura - SECUC;
- 14 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SASO;

II - Entidades de Administração Indireta:

a) Autarquias:

- 1 - Serviço Autônomo de Obras Públicas - SAOP;
- 2 - Casa de Assistência, Pensões e Aposentadoes das Servidores Municipais de Maringá - CAPSEMA;

b) Sociedade de Economia Mista:

- 4 - Urbanização do Maringá S/A - URBAMAR;
- 5 - SEMAG Tempestades Adversas do Maringá S/A.

Da Assessoria do Gabinete

Art. 17. O assessoramento ao Gabinete do Prefeito será exercido pela Assessoria de Comunicação, Assessorias, Assessorias, Assessoria Municipal da Mulher, Assessoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Assessoria Municipal de Juventude e Orçamento Participativo.

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º A Assessoria Municipal da Mulher tem por finalidade elaborar e coordenar políticas públicas que garantam o atendimento às necessidades específicas e combaterem no âmbito das diferentes formas de discriminação da mulher no Município, sendo competente para:

I - elaborar e coordenar planos, programas e projetos relativos à questão da mulher no âmbito do Município;

II - elaborar e executar, em conjunto com outras Secretarias e órgãos da Administração, Direção e Indireta, políticas públicas nas áreas que integram diretamente na atuação da mulher na sociedade;



III - transmitir a respeito das questões de gênero em todos os setores do governo, para o cumprimento dos Direitos da Mulher, sempre que necessário;

IV - colaborar com o Conselho Municipal da Mulher de Maringá - C.M.M.M., desenvolvendo ações integradas, atendendo ao o necessário apoio técnico e administrativo, assegurando-lhe participação na formulação dos programas de trabalho;

V - apoiar através o atividades que visem à garantia dos direitos da mulher, à eliminação das discriminações e à plena inserção da mulher na vida econômica, social, política e cultural do Município;

VI - desenvolver estudos e pesquisas relativas à condição familiar e socializar as informações para a montagem de banco de dados sobre a situação da mulher no Município, mantendo-o atualizado;

VII - colaborar com os demais órgãos de Administração Municipal no planejamento e na execução de ações referentes à mulher;

VIII - criar instrumentos que permitam a organização e a mobilização feministas, oferecendo apoio aos movimentos organizados da mulher no âmbito municipal;

IX - criar programa permanente de formação permanente para conscientização, oferecendo cursos, congressos, seminários e eventos correlatos que contribuam para conscientização da população, referentes aos direitos da mulher;

X - coordenar e implementar campanhas institucionais relativas às questões de gênero, visando maior de divulgação junto à população da cidade;

XI - formar comitês e comitês com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à elaboração e execução de planos, programas e projetos relativos à questão de gênero;

XII - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos da mulher;

XIII - desenvolver outras atividades não especificadas neste artigo e relacionadas relacionadas à função da Assessoria Municipal da Mulher.

§ 4º - A Assessoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial tem por finalidade educar e promover políticas públicas que garantam o atendimento às necessidades específicas e contribuam no combate à discriminação racial, visando à inclusão social da população negra como forma de promover a igualdade racial no Município, sendo competente para:



I - elaborar e coordenar planos, programas e projetos relativos à questão racial da população negra no âmbito do Município;

II - elaborar em conjunto com o movimento negro organizado na cidade do Conselho Municipal da Comunidade Negra;

III - manifestar-se a respeito dos questionamentos relativos aos direitos da população negra, sempre que houver, para o cumprimento dos direitos da população negra, sempre que necessário;

IV - prestar assistência e atividades que garantam o combate à discriminação racial e a plena inserção da cidade e cidade negra na vida econômica, social, política e cultural do Município;

V - desenvolver estudos relativos às condições em que se encontra a população negra no Município, mantendo um banco de dados atualizado que possibilite a formulação de políticas públicas específicas;

VI - colaborar com os demais órgãos de Administração Municipal no planejamento e na execução de ações referentes à promoção da igualdade racial;

VII - criar instrumentos que permitam a organização e a mobilização de movimentos negros, oferecendo apoio aos movimentos negros organizados no âmbito municipal;

VIII - criar programa permanente de formação permanente para conscientização, oferecendo cursos, congressos, seminários e eventos correlatos que contribuam para conscientização da população, referentes aos direitos da população negra;

IX - coordenar e implementar campanhas institucionais relativas às questões raciais, visando maior de divulgação junto à população da cidade;

X - formar comitês e comitês com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à elaboração e execução de planos, programas e projetos relativos à questão racial que promovam a inclusão socioeconômica da população negra;

XI - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos da população negra;

XII - desenvolver outras atividades não especificadas neste artigo e relacionadas relacionadas à função da Assessoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

XIII - atuar para o cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial;



XIV - participar da rede nacional de gestores de políticas públicas de juventude racial, junto à Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPPRI);

XV - O Conselho Municipal da Comunidade Negra - CCMON - Jurisdicionar-se à Assessoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

§ 6º A Assessoria Municipal de Juventude tem por finalidade elaborar e coordenar as ações de políticas públicas de juventude, que gerem o atendimento das necessidades específicas do público jovem, tendo em perspectiva juvenil a formação principal de organização, sendo competente para:

I - elaborar e coordenar planos, programas e projetos relativos à questão das políticas públicas de juventude em âmbito municipal;

II - colaborar e recomendar o Conselho Municipal da Juventude;

III - monitorar o respeito das questões juvenis em todas as esferas do governo, para o cumprimento das diretrizes da população juvenil, sempre que necessário;

IV - propor medidas e atividades que garantam a organização da juventude e a plena inserção do cidadão jovem na vida econômica, social política e estrutural do Município;

V - desenvolver estudos relativos às condições em que se encontra a população jovem no Município, mantendo um banco de dados atualizado que possibilite a formulação de políticas públicas específicas;

VI - colaborar com os demais órgãos da Administração Municipal no planejamento e na execução de ações referentes à promoção das políticas públicas de juventude;

VII - criar instrumentos que permitam a organização e a mobilização da comunidade juvenil, oferecendo apoio aos movimentos juvenis organizados no âmbito municipal, bem como às outras formas juvenis que se organizam nos bairros;

VIII - criar programa permanente de formação permanente sobre conscientização, promovendo cursos, congressos, seminários e eventos temáticos que contribuam para conscientização da população, referentes aos direitos da população jovem;

IX - coordenar e implementar campanhas institucionais relativas às questões juvenis, visando melhoria da divulgação junto à população da cidade;

X - formar consórcios e colaborar com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando a elaboração e execução de planos, programas e



projetos relativos à questão juvenil e que promovam o inclusão socio-econômica da população juvenil;

XI - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos da população juvenil;

XII - desenvolver outras atividades não especificadas neste artigo e diretamente relacionadas à realidade da Associação Municipal de Juventude;

XIII - participar das reuniões nacionais de gestores de políticas públicas de juventude, junto ao Governo Federal e Estadual;

XIV - O Conselho Municipal da Juventude de Maringá - CMMJ - passa a Jurisdicionar-se à Secretaria de que trata este parágrafo;

§ 6º A Diretoria do Orçamento Participativo tem por finalidade viabilizar a participação popular, nas assembleias gerais e reuniões do Orçamento Participativo, o atendimento e hierarquização das demandas populares e instituições, para atender as necessidades da comunidade maringáense de forma a subsidiar a elaboração do novo orçamento do Município, sendo competente para:

I - apresentar o Projeto do OP (programa, etapas, regras de funcionamento e processo de participação comunitária), através de regulamento específico, incentivando a organização do povo para o atendimento das necessidades e da hierarquização das prioridades temáticas do bairro/comunidade e região;

II - realizar, coordenar e apoiar o calendário das reuniões e representar o OP nas reuniões da cidade;

III - consultar, organizar e planejar, segundo o conjunto de organizações existentes nas regiões do Orçamento Participativo;

IV - divulgar e organizar o total onde se realizará a Assembleia Geral do OP, planejando todas as necessidades da população para esta finalidade;

V - informar a população em geral sobre OP;

VI - orientar a participação da população nas reuniões do bairro, nas Assembleias Gerais Regionais, nas Plenárias Populares do Território e nas atividades afins;

VII - participar das reuniões dos diferentes setores da sociedade;

VIII - realizar reuniões de estudo, planejamento e avaliação do OP;

IX - acompanhar e fiscalizar a execução das obras do Orçamento Participativo;



Público;
X - acompanhar os conselhos e a implementação do Orçamento

XI - acompanhar o Plano de Investimentos (PI), dando a sua colaboração de acordo com o plano;

XII - apoiar e harmonizar as demandas dos bairros nas reuniões e reuniões, no Fórum dos Delegados e no Conselho de Desenvolvimento;

XIII - apoiar as comissões na elaboração e divulgação para a população dos assuntos tratados no COP;

XIV - elaborar em conjunto com os conselheiros, sobre qualquer matéria de dúvida, sua atuação, sobre no processo de elaboração do Plano de Investimentos;

XV - organizar e apoiar a elaboração de reuniões do Fórum de Serviços;

XVI - participar de reuniões promovidas pelo COP, visando sua qualificação no atendimento do Conselho Participativo e do Orçamento Público.

(...)

Da Secretaria Municipal de Administração

Art. 20. São de competência da Secretaria Municipal de Administração:

I - o planejamento estratégico e a execução das atividades de administração de pessoal, compreendendo recrutamento, seleção, admissão, promoção, transferência de recursos humanos, da Administração Direta;

II - a elaboração da folha de pagamentos e o controle das atas formais de pessoal;

III - o gestão e manutenção do cadastro de recursos humanos das Administrações Direta e Indireta;

IV - serviços de assistência social ao servidor, de perícias médicas, de higiene e de segurança do trabalho;

V - realização de exames médicos pré-admissionais, para ingresso na Administração Direta e Indireta;

VI - a execução da política geral de recursos humanos, compreendendo a uniformização da comissão de benefícios, a gestão do plano de carreira, a manutenção da avaliação de desempenho e a implementação da política salarial.



VII - o gestão das relações do Município com seus setores, associações de servidores e sindicatos;

VIII - o planejamento operacional das atividades gerais de gestão, controle e distribuição de material, o armazenamento ou alienação de materiais inservíveis;

IX - a administração, controle e manutenção do patrimônio móvel e imóvel do Município;

X - a administração de arquivo, protocolo, reprografia, meios de comunicação, cultura e biblioteca dos servidores;

XI - a administração dos meios de transporte interno da Prefeitura, compreendendo operação, controle e manutenção da frota de veículos leves, e manutenção do controle, manutenção e uso da frota de veículos, equipamentos e veículos pessoais;

XII - o controle e a fiscalização de área local;

XIII - a administração e controle da ocupação física dos prédios de uso do Município, bem como o controle dos contratos de locação para instalação em unidades de serviço;

XIV - a guarda e vigilância dos terrenos públicos e dos prédios municipais;

XV - a administração e controle dos contratos de prestação de serviços relativos a sua área de atuação e assessoramento aos demais órgãos, na área de sua competência;

XVI - a administração e a execução dos procedimentos relativos, inclusive publicação e controle das atas comuns às diversas unidades, bem como a administração e controle de outros assuntos correlatos.

Parágrafo único. O Secretário de Administração tem por competência:

I - o planejamento, execução, supervisão e controle das atividades administrativas em geral;

II - a organização de políticas e normas sobre a administração de pessoal;

III - o controle das atividades despendidas, relativas ao recrutamento, capacitação, registro e controle funcional, pagamento aos servidores, administração de planos de carreira, de políticas de férias e métodos de segurança e medicina do trabalho e demais assuntos relativos aos servidores municipais;



ESTADO DO PARANÁ

IV - a organização e coordenação de programas de capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos da Prefeitura;

V - a coordenação do relacionamento da Prefeitura com os órgãos representativos dos servidores municipais;

VI - a assessoria e orientação aos órgãos da Administração Direta e Indireta, em assuntos administrativos referentes a pessoal, material, arquivo e patrocínio;

VII - a administração de programas de saúde ocupacional, de periculosidade e de segurança no trabalho;

VIII - a elaboração de normas e controles a administração de material e dos patrimônios mobiliário e imobiliário do Município;

IX - a execução das atividades relativas à administração, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado na Prefeitura;

X - a execução das atividades relativas ao inventário, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Município;

XI - a elaboração de normas e promoção das atividades relativas ao recrutamento, distribuição, controle do andamento, tramitação e arquivamento das processos e documentos em geral que transitam pela Prefeitura;

XII - a coordenação dos serviços no Fregues Municipal;

XIII - a assessoria e orientação técnica aos órgãos da Administração Direta e Indireta, em assuntos administrativos referentes ao pessoal;

XIV - a promoção, em articulação com a Secretaria da Saúde, da inspeção de saúde dos servidores, para efeitos de nomeação, férias, aposentadoria e cursos em lei, bem como a viabilização de técnicas de segurança e melhoria do trabalho destinadas aos servidores municipais;

XV - desenvolver e acompanhar os projetos, as metas e ações do Planejamento Estratégico de Governo que estejam relacionadas à Secretaria;

XVI - a gestão dos procedimentos técnicos e suas publicações, incluindo o controle operacional e a sistematização dos atos comuns às diversas unidades administrativas;

XVII - desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo, no âmbito de sua área de atuação.



ESTADO DO PARANÁ

Da Secretaria Municipal de Fazenda

Art. 21. Será de competência da Secretaria Municipal de Fazenda:

I - o planejamento operacional e a execução da política municipal, tributária e financeira do Município;

II - as relações com as contribuintes;

III - o acompanhamento às atividades do Município em assuntos de finanças;

IV - a gestão da receita tributária e financeira do Município;

V - a inscrição e cadastramento dos contribuintes, bem como a orientação dos mesmos, o lançamento, a arrecadação e a fiscalização dos tributos devidos ao Município;

VI - a inscrição do dívida ativa;

VII - a gestão e movimentação de valores;

VIII - a elaboração, execução e acompanhamento do Plano Plurianual, dos Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, e da execução financeira no Plano de Obras, para o acompanhamento das metas físicas;

IX - a programação de investimentos financeiros;

X - o controle e liquidação e o pagamento das despesas;

XI - a elaboração de balanços, demonstrativos e relatórios, bem como a publicação dos mesmos em locais determinados pela Constituição Federal;

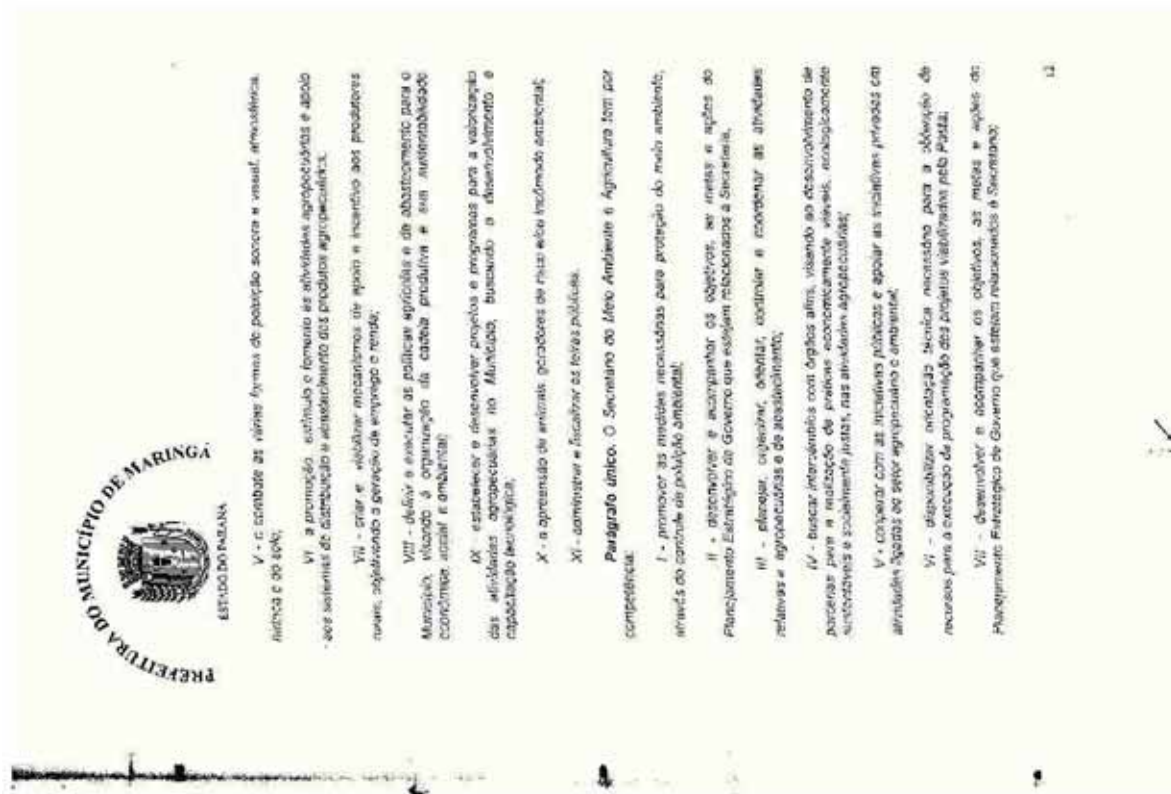
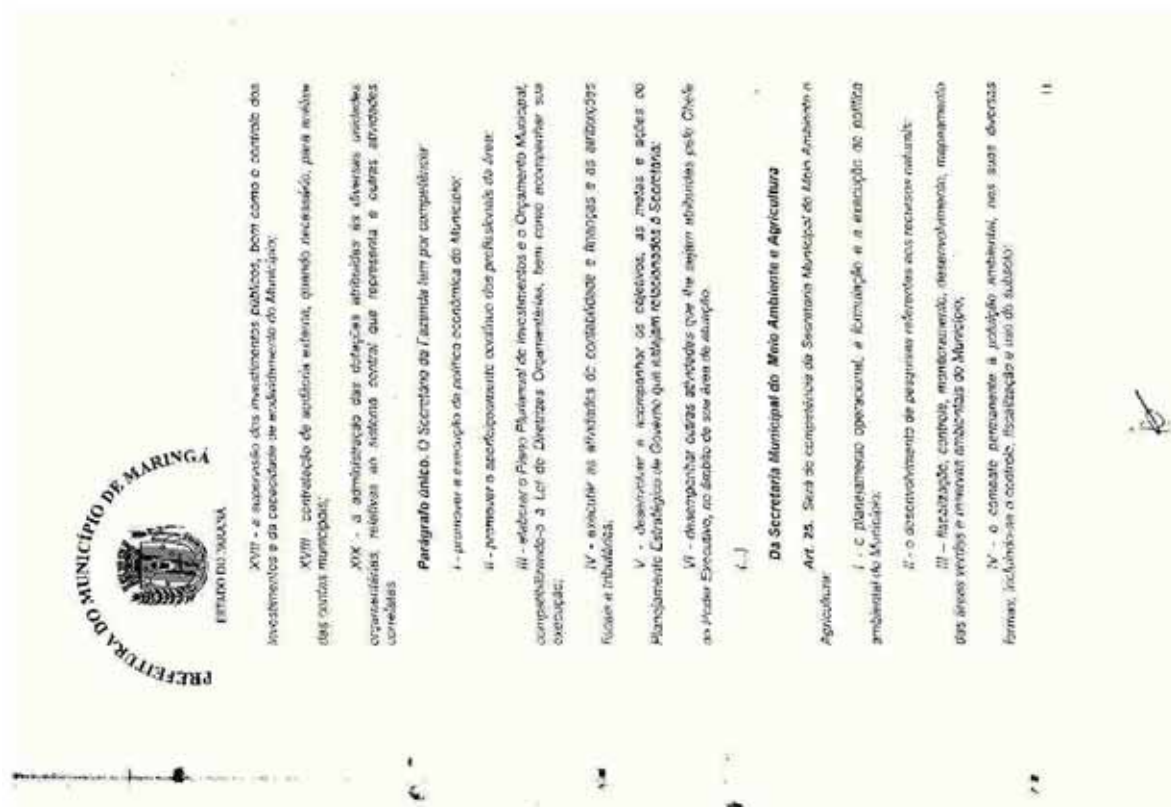
XII - a avaliação anual de custos e o cumprimento das obrigações do comércio exterior;

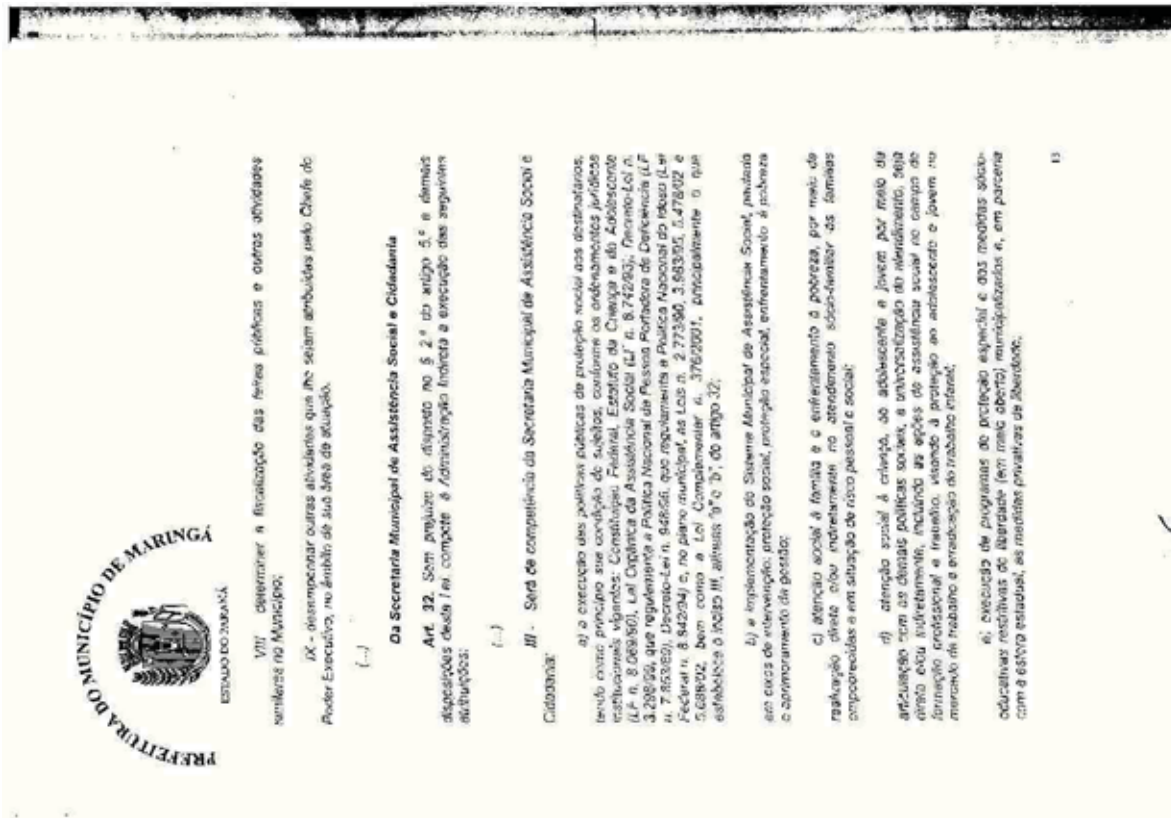
XIII - os registros e controles contábeis;

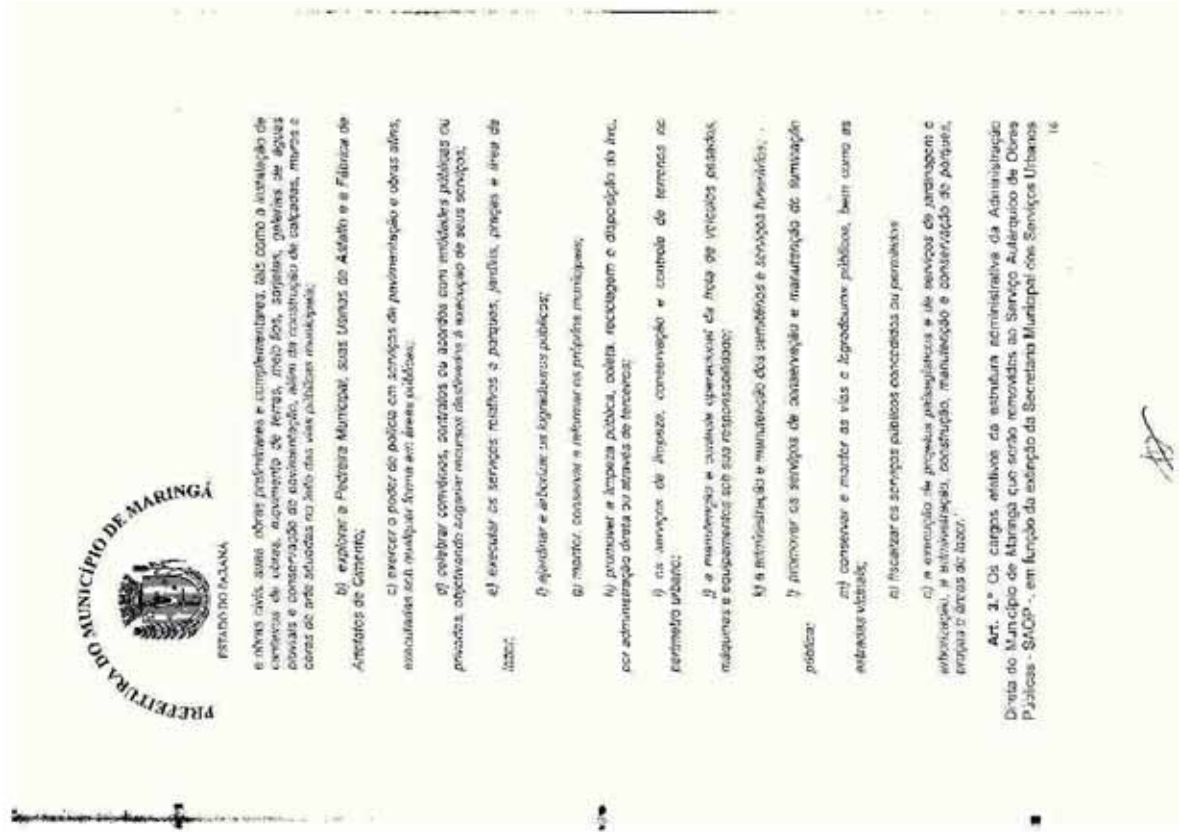
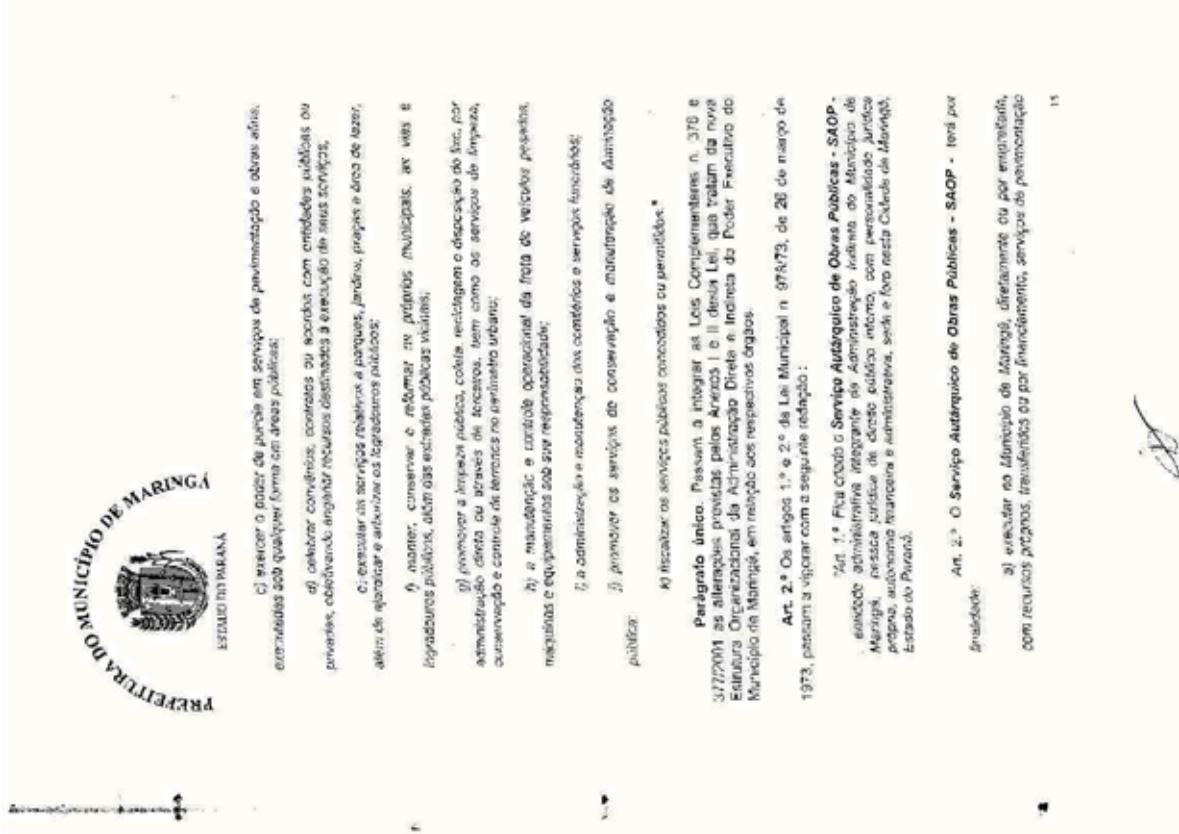
XIV - a análise, controle e acompanhamento dos custos dos programas e atividades dos órgãos da Administração;

XV - a análise na concessão de crédito e aplicação de fundos especiais;

XVI - o controle e a fiscalização da sua gestão.









e M^{te} Ampério, passam a integrar o Quadro Geral do Plano de Cargos e Salários da Administração Direta, constante da Lei Complementar n. 240/88.

Art. 4.º O Poder Executivo editará, dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação desta Lei, Decreto aprovando o Regulamento do Serviço Autônomo de Ombudsman - SAOP -, bem como as regras de renovação da comissão prevista no artigo anterior.

Art. 5.º Foi extinta a Função de Desenvolvimento Social e da Cidadania de Maringá - FUNDESC -, criada pela Lei Municipal n. 627, de 26 de outubro de 1986, alterada pelas Leis Complementares n. 379 e 377/2001, passando a ser vinculada ao Secretariado Municipal de Assistência Social e Cidadania - SASAC -, o que determinará suas atribuições legais e institucionais nos termos definidos pelo artigo 32.º e seu inciso III da Lei Complementar n. 376/2001, alterado por esta Lei.

Art. 6.º Ficam transferidos para o MUNICÍPIO DE MARINGÁ todos os bens patrimoniais imobilizados e móveis, equipamentos e demais acervos da FUNDESC, bem como todos os conjuntos e o pessoal da Função em extinção, nos termos do artigo 36.º do respectivo Estatuto.

Art. 7.º Os cargos eletivos, em comissão, as funções gratificadas, competências, atividades e atribuições, bem como as respectivas direções administrativas e financeiras da FUNDESC serão absorvidas pelo Secretariado Municipal de Assistência Social e Cidadania - SASAC.

Art. 8.º Os cargos eletivos que atualmente compõem a estrutura organizacional da FUNDESC passam ao Quadro Geral do Plano de Cargos e Salários da Administração Direta, constante da Lei Complementar n. 240/88.

Art. 9.º Os servidores da FUNDESC, ocupantes de cargos efetivos, passam a integrar o Quadro do Poder Executivo do Município de Maringá, respeitados os seus direitos, deveres e vantagens, cabendo à Secretaria Municipal da Administração a sua lotação nos diversos órgãos integrantes de sua Administração Direta.

Art. 10.º Ficam extintos todos os cargos comissionados e funções gratificadas da FUNDESC.

Art. 11.º Revoga o artigo 29 da Lei Complementar n. 376, de 11 de abril de 2001.

Art. 12.º Os Anexos I e II constantes na Lei Complementar n. 376/2001, alterados pela Lei Complementar n. 377/2001, passam a vigorar com a redação dada nesta Lei.



Art. 13.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir do 1.º de janeiro de 2004.

Art. 14.º Revogam-se as disposições em contrário.

Pelo Município, 16 de dezembro de 2003.

João Vilas Boas
Prefeito Municipal
Renato José de Faria
Chefe de Gabinete

ANEXO 08

1-5



LEI COMPLEMENTAR N.º 555/2005.

Autor: Poder Executivo.

Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal da Mulher, que integrará a estrutura administrativa da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, com alteração da Lei Complementar n. 376, de 11 de abril de 2001, com nova redação dada pela Lei Complementar n. 509, de 16 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º Fica criada, na estrutura administrativa da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, a Secretaria Municipal da Mulher, com alteração dos artigos 2.º e 17, revogação do § 3.º e dos incisos I a XIII do artigo 17, ambos da Lei Complementar n. 509, de 16 de dezembro de 2003, e acréscimo do artigo 30-A e seu parágrafo único e Anexo II-A na Lei Complementar n. 376, de 11 de abril de 2001, que passam a vigor com as seguintes redações:

“Art. 2.º - A estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Município de Maringá, constante do Anexo I, parte integrante desta Lei, será representada pelas seguintes unidades:

I - Unidades da Administração Direta:

a) Órgãos de Assessoramento Superior:

- 01 - Gabinete do Prefeito - GAPRE;
- 02 - Procuradoria Geral do Município - PROGE;
- 03 - Secretaria de Governo Municipal - SEGOV;

b) Secretarias de Natureza Meio:

- 04 - Secretaria Municipal da Administração - SEADM
- 05 - Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ;
- 06 - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, Planejamento e Habitação - SEDUH;

c) Secretarias Municipais de Natureza Fim:

- 07 - Secretaria Municipal da Educação - SEDUC;
- 08 - Secretaria Municipal da Saúde - SAÚDE;
- 09 - Secretaria Municipal dos Esportes e Lazer - SESP;
- 10 - Secretaria Municipal dos Transportes - SETRAN;
- 11 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura - SEMAA;
- 12 - Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo - SEICT;
- 13 - Secretaria Municipal da Cultura - SEMUC

ANEXO 08

2-5



- 14 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SASC
- 15 – Secretaria Municipal da Mulher - SEMULHER (NR)

II - Entidades da Administração Indireta:

a) Autarquias:

- 1 - Serviço Autárquico de Obras Públicas - SAOP;
- 2 - Caixa de Assistência, Pensões e Aposentadorias dos Servidores Municipais de Maringá - CAPSEMA;

b) Sociedade de Economia Mista:

- 4 - Urbanização de Maringá S/A - URBAMAR.
- 5 - SBMG Terminais Aéreos de Maringá S/A.

Da Assessoria do Gabinete

Art. 17. O assessoramento do Gabinete do Prefeito será efetivado pela Assessoria de Comunicação, Assessorias, Assistência, Assessoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Assessoria Municipal da Juventude e Espaço da Cidadania. (NR)''

Art. 2.º Ficam acrescidos o artigo 30-A e seu respectivo parágrafo único à Lei Complementar n. 376, de 11 de abril de 2001, com as seguintes redações:

"Da Secretaria Municipal da Mulher

Art. 30-A. Será da competência da Secretaria Municipal da Mulher: (NR)

I - propor, coordenar e acompanhar as políticas públicas pela ótica de gênero;

II - estimular, apoiar e desenvolver diagnósticos sobre a situação da Mulher no Município, desenvolvendo estudos e pesquisas, sistematizando as informações para a montagem de banco de dados;

III - formular políticas de interesse específico da Mulher, de forma articulada com as Secretarias afins;

IV - elaborar e divulgar, por meios diversos, material sobre a situação econômica, social, política e cultural da Mulher, seus direitos e garantias, assim como difundir textos de natureza educativa e denunciar prática, atos ou meios que, direta ou indiretamente, incentivem ou revelem a discriminação da Mulher ou, ainda, restrinjam seu papel social;

V - desenvolver ações de prevenção e combate a todas as formas de violação dos direitos e de discriminação das Mulheres, com ênfase nos programas e projetos de atenção à Mulher em situação de violência;

VI - estabelecer, com as secretarias afins, programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, visando suprimir discriminações, em razão do sexo, nas relações entre esses profissionais e entre eles e o público;

ANEXO 08

3-5



VII - propor e acompanhar programas ou serviços que, no âmbito da Administração Direta e Indireta, se destinem ao atendimento à Mulher, sugerindo medidas de aperfeiçoamento e colhendo dados para fins estatísticos;

VIII - elaborar e executar projetos ou programas concernentes às condições da Mulher que, por sua temática ou caráter inovador, não possam, de imediato, ser incorporados por outras Secretarias;

IX - propor a celebração de convênios nas áreas que dizem respeito a políticas específicas de interesse das Mulheres, acompanhando-os até o fim;

X - efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

Parágrafo único. A Secretária Municipal da Mulher tem por competência: (NR)

I - elaborar e coordenar planos, programas e projetos relativos à questão da Mulher no âmbito do Município, dentro da proposta orçamentária da Secretaria;

II - elaborar e executar, em conjunto com outras Secretarias e órgãos da Administração Direta e Indireta, políticas públicas nas áreas que interferem diretamente na situação da Mulher na sociedade;

III - manifestar-se a respeito das questões de gênero em todas as esferas de governo, para o cumprimento dos Direitos da Mulher, sempre que necessário;

IV - colaborar com o Conselho Municipal da Mulher de Maringá, desenvolvendo ações integradas, prestando-lhe o necessário apoio técnico e administrativo, assegurando-lhe participação na formulação das propostas de trabalho;

V - propor medidas e atividades que visem à garantia dos direitos da Mulher, à eliminação das discriminações e à plena inserção da Mulher na vida econômica, social, política e cultural do Município;

VI - desenvolver estudos e pesquisas relativos à condição feminina e sistematizar as informações para a montagem de banco de dados sobre a situação da Mulher no Município, mantendo-o atualizado;

VII - colaborar com os demais órgãos da Administração Municipal no planejamento e na execução das ações referentes à Mulher;

VIII - criar instrumentos que permitam a organização e a mobilização feminina, oferecendo apoio aos movimentos organizados da Mulher no âmbito municipal;

IX - criar programa permanente de formação e/ou conscientização, promovendo cursos, congressos, seminários e eventos correlatos que contribuam para conscientização da população, referentes aos direitos da Mulher;

X - coordenar e implementar campanhas institucionais relativas às questões de gênero, utilizando material de divulgação junto à população da cidade;

ANEXO 08

4-5



XI – firmar convênios, termos de cooperação, ajustes e parcerias com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à elaboração e execução de planos, programas e projetos relativos à questão de gênero;

XII – fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos da Mulher;

XIII - promover o planejamento estratégico institucional no órgão de sua competência, bem como outras atividades não especificadas neste parágrafo e diretamente relacionadas à finalidade da Secretaria, além de outras atividades afins no âmbito de sua competência.(NR)''

Art. 3.º Fica extinta a Assessoria Municipal da Mulher, constante do Gabinete do Prefeito, passando a Secretaria Municipal da Mulher a absorver e desempenhar as suas competências, atividades, atribuições legais e institucionais, bem como a executar as respectivas dotações orçamentárias e financeiras, nos termos fixados pelo artigo 2.º e Anexo II-A desta Lei.

Art. 4.º Passa a integrar a Lei Complementar n. 509/2003 o Anexo II-A desta Lei, que trata da nova Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Maringá, em relação ao respectivo órgão.

Art. 5.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 1.º de maio de 2005.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o § 3.º e os Incisos I a XIII do artigo 17, bem como a Unidade Administrativa: Assessoria Municipal da Mulher; Cargo: Assessor Municipal da Mulher; Símbolo: CC3; Quantidade: 01; do Anexo II – Gabinete do Prefeito, da Lei Complementar n. 509/2003, que alterou a Lei Complementar n. 376/2001.

Paço Municipal Sílvio Magalhães Barros, 25 de fevereiro de 2005.


Sílvio Magalhães Barros
Prefeito Municipal


Valdir Pignata
Chefe de Gabinete

ANEXO 08

5-5



ANEXO II-A

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS EM COMISSÃO, FUNÇÕES GRATIFICADAS, SIMBOLOGIAS, QUANTIDADES E VALORES

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER				
Unidade Administrativa	Cargo	Quantidade	Símbolo	Valor (R\$)
Secretaria Municipal da Mulher	Secretária Municipal da Mulher	01	CC1	R\$ 4.750,00
Diretoria de Apoio Integral à Mulher	Diretor de Apoio Integral à Mulher Diretor Técnico	01	CC2 FGT	R\$ 2.629,05 R\$ 1.289,52
Assistência Executiva	Assistente I Assistente Técnico	01	CC4 FGAT	R\$ 1.148,89 R\$ 549,45
Assistência II	Assistente II	01	CC5	R\$ 812,50
Assistência III	Assistente III	02	CC6	R\$ 588,24
Gerência de Programa de Combate à Violência contra a Mulher	Gerente de Programa de Combate à Violência contra a Mulher Gerente Operacional	01	CC3 FGO	R\$ 1.844,13 R\$ 897,06
Gerência de Pesquisa, Ação Formativa e Eventos	Gerente de Pesquisa, Ação Formativa e Eventos Gerente Operacional	01	CC3 FGO	R\$ 1.844,13 R\$ 897,06
Gerência de Apoio às Políticas Públicas	Gerente de Apoio às Políticas Públicas Gerente Operacional	01	CC3 FGO	R\$ 1.844,13 R\$ 897,06
Coordenação	Coordenador	02	FGC	R\$ 295,08
Apoio Operacional	Auxiliar Operacional	01	FGA	R\$ 177,05

ANEXO 09

1-1

08/04/13

Imprimir Notícia

Maringá | MARINGÁ

Publicado em: 20/01/2012 09:55 | Atualizado em: 21/01/2012 09:33

Secretária da Mulher de Maringá sofre enfarte e está internada na UTI

A secretária da Mulher de Maringá, Terezinha Beraldo Pereira Ramos, segue em estado grave, mas estável, após sofrer um enfarte na manhã de quarta-feira (18).

Divulgação/PMM



Terezinha segue internada na UTI do Santa Rita

"Falei com o médico, e ela deve passar por um cateterismo entre hoje e segunda-feira (23)", falou o marido de Terezinha, Nilson Gonçalves.

Segundo o marido, Terezinha passou mal na tarde de terça-feira (17), na prefeitura, e precisou ir para casa, mas a dor passou. "Na quarta-feira, às 8 horas, quando acordou, sentiu-se mal de novo, com uma dor muito forte, e foi para o Hospital Municipal, onde os médicos constataram que ela havia infartado. Após os procedimentos, ela foi estabilizada e transferida às 20 horas para a UTI do Santa Rita", conta Gonçalves.

No entanto, ainda não há previsão de quando a secretária deve sair da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Santa Rita.

ANEXO 10

1-1

06/04/13

Imprimir Notícia

Cidades | ESTELIONATO

Publicado em: 12/02/2012 02:00/Atualizado em: 12/02/2012 02:00

Prima acusa secretária da Mulher

A secretária da Mulher da Prefeitura de Maringá e presidente do Conselho Estadual da Mulher do Paraná, Terezinha Beraldo Ramos Pereira, é acusada de estelionato pela prima e dona de casa, Elaine Maria Colonzani Sartori. Segundo a acusação, registrada em boletim de ocorrência na 9ª Subdivisão Policial (SDP), Elaine emprestou uma conta corrente a Terezinha entre o fim de 2007 e o começo de 2008 para que a secretária pudesse receber o salário do município.

Quatro anos depois, Elaine acusa a secretária de emitir 69 cheques sem fundos. "Entre cheques, empréstimos e financiamentos feitos por ela, acredito que o valor total da dívida gira em torno de R\$ 70 mil. Isso sem contar os R\$ 4 mil em espécie e um empréstimo consignado que fiz na minha pensão", diz.

À polícia, Elaine entregou cópias dos cheques devolvidos e extratos da movimentação bancária. Os cheques trazem a assinatura da dona de casa, que diz não se lembrar de quantos cheques assinou. "Prefiro aguardar o laudo grafotécnico para saber quais cheques tem a minha assinatura", afirma.

Elaine diz que decidiu fazer a denúncia só agora, pois no fim do ano passado recebeu uma ligação de uma empresa de cobrança de São Paulo. O motivo seria a falta de pagamento de um cruzeiro marítimo feito por Terezinha, junto com Nilson Santos, o companheiro da secretária, entre primeiro e cinco dezembro de 2009. "A partir do momento que ela (Terezinha) começou a me ignorar para não me pagar, resolvi denunciar com a orientação da advogada da empresa de cobrança de São Paulo", conta.

Com a orientação, Elaine solicitou a microfilmagem dos cheques devolvidos e os extratos bancários dos anos de 2008 e 2009, quando a secretária teria movimentado a conta bancária. Nos extratos, existem pagamentos mensais de salário com valores variados, de R\$ 900 a até R\$ 5.627, referentes ao pagamento do salário da prefeitura. A diferença de valor, segundo Elaine, se deve a outras dívidas consignadas de Terezinha.

Chama a atenção o fato de vários cheques trazerem no verso o nome da secretária e também os telefones celular e fixo usados para o trabalho na Prefeitura de Maringá. O delegado adjunto da 9ª SDP, Nagib Nassif Palma, que ouviu as acusações de Elaine, afirmou ter visto indícios da prática de estelionato e, por isso, encaminhou os documentos à Delegacia de Estelionato de Maringá, onde o caso vai ser investigado.

Desde quinta-feira, a reportagem de O Diário tenta ouvir a versão da secretária da Mulher de Maringá, Terezinha Beraldo Ramos Pereira, que se encontra em licença da prefeitura por motivos de saúde.

O celular do município, usado por Terezinha, foi atendido por Nilson que, em um primeiro momento, afirmou que a secretária, que sofreu um infarto em meados de janeiro, estaria muito abalada com as acusações e não atenderia à imprensa. Posteriormente, Nilson indicou uma advogada para falar sobre o caso. No entanto, ela preferiu não falar em nome da secretária. Ela disse apenas que fez apenas algumas orientações à cliente, mas que ainda não a representa neste caso.

Prefeitura

Questionada sobre os pagamentos, a Secretaria de Administração encaminhou a seguinte nota: "Dentre os inúmeros avanços implementados pela administração para promover o controle e a transparência na gestão da Prefeitura de Maringá, um deles foi a implantação, em 2009, de um novo e moderno sistema de informática no Departamento de Recursos Humanos.

O novo software impede que o servidor receba o salário por meio de conta bancária que não seja vinculada ao CPF dele. Assim, seguramente os salários dos servidores municipais são depositados somente nas próprias contas bancárias deles.

Sobre o assunto tratado pela reportagem, está sendo aberta uma sindicância por esta Secretaria para apurar a existência, ou não, de quaisquer fatos que possam envolver irregularidade funcional". A nota é assinada pelo secretário de Administração, José Roberto Ruiz.

ANEXO 11

1-1

MARINGÁ, (QUARTA FEIRA) 28/03/2012	ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO	PÁG. 7
PAÇO MUNICIPAL, 21 de Março de 2012.	Nomear o(a) Servidor(a) IZABEL CRISTINA FERREIRA ESTEVES FURLAN, matrícula 12754, a partir de 1 de Março de 2012, na função gratificada de DIRETOR DE ESCOLA E CMEI GRANDE PORTE, símbolo FGD1, com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDUC.	
SILVIO MAGALHAES BARROS II Prefeito Municipal JOSE ROBERTO RUIZ Secretário de Administração JOSE LUIZ BOVO Secretário Municipal de Gestão	Registre-se e Publique-se.	
	PAÇO MUNICIPAL, 12 de Março de 2012.	
	SILVIO MAGALHAES BARROS II Prefeito Municipal RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA Chefe de Gabinete JOSE ROBERTO RUIZ Secretário de Administração JOSE LUIZ BOVO Secretário Municipal de Gestão	
DECRETO Nº 519 / 2012	PORTARIA Nº 139 / 2012 - GAPRE	
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,	O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido na CI nº 2012013651-SEADM,	
DECRETA:	R E S O L V E:	
Art.1º - Fica Exonerado(a), a pedido, TEREZINHA BERALDO PEREIRA RAMOS, matrícula 72297, a partir de 31 de Março de 2012, do cargo de provimento em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, símbolo SUBSIDIO, com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER - SEMULHER.	Conceder 01 dia de Férias Interrompidas através da Portaria nº 384/2011-GAPRE, ao servidor JOSE ROBERTO RUIZ, matrícula 72291, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no período de 23/03/2012.	
Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	Registre-se e Publique-se.	
PAÇO MUNICIPAL, 22 de Março de 2012.	PAÇO MUNICIPAL, 23 de Março de 2012.	
SILVIO MAGALHAES BARROS II Prefeito Municipal JOSE ROBERTO RUIZ Secretário de Administração JOSE LUIZ BOVO Secretário Municipal de Gestão	SILVIO MAGALHAES BARROS II Prefeito Municipal	
PORTARIA Nº 114 / 2012 - GAPRE		
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e diante do contido na CI nº 2012009341-SEDUC,		
R E S O L V E:		
Exonerar o(a) Servidor(a) IZABEL CRISTINA FERREIRA ESTEVES FURLAN, matrícula 12754, a partir de 1 de Março de 2012, da função gratificada de DIRETOR DE ESCOLA E CMEI MEDIO PORTE, símbolo FGD2, com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO - SEDUC.		
Registre-se e Publique-se.		
PAÇO MUNICIPAL, 12 de Março de 2012.		
SILVIO MAGALHAES BARROS II Prefeito Municipal RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA Chefe de Gabinete JOSE ROBERTO RUIZ Secretário de Administração JOSE LUIZ BOVO Secretário Municipal de Gestão		
PORTARIA Nº 115 / 2012 - GAPRE		
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e diante do contido na CI nº 2012009341-SEDUC,		
R E S O L V E:		
	PROCURADORIA GERAL	
	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 117/2012.	
	MUNICÍPIO DE MARINGÁ – SEURB, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.282.656/0001-06, com sede na Av. XV de Novembro, 701, nesta cidade, e a empresa: MASTER AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.762.058/0001-96, com sede na Rua Prefeito Hugo Cabral, 1131, em Londrina/Pr,	
	OBJETO: Elaboração de Projetos Ambientais para o Programa de Mobilidade Urbana de Maringá (visando a execução das obras de readequação do sistema viário do entorno da Universidade Estadual de Maringá), sendo: Plano de Controle Ambiental em atendimento a Lei Municipal nº 7.268/2000 e Decreto Municipal nº 209/2003, Programa de Comunicação Visual (sinalização), Programa de Educação Ambiental, Inventário Florestal e Projeto de Arborização Urbana.	
	VIGÊNCIA: Será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato.	
	VALOR: Global de R\$-28.000,00 (vinte oito mil reais), parceladamente.	
	FIRMADO EM, 16 de março de 2012.	

ANEXO 12

1-6

Maringá, 03 de setembro de 2012.

Ao Ministério Público Federal
Ministério Público Estadual
Tribunal de Contas da União
Controladoria Geral da União
Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres
Conselho Nacional de Mulheres

CARTA ABERTA SOBRE A CASA ABRIGO PARA MULHERES DE MARINGÁ

Vimos, através desta, denunciar o descaso que a atual Gestão da Prefeitura Municipal de Maringá vem tendo com as Políticas Públicas para as Mulheres no município. Desde o afastamento da antiga Secretária da Mulher, as instituições ligadas à Secretaria da Mulher (Centro de Referência e Atendimento à Mulher Maria Mariá e Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza) vêm sofrendo sanções.

Como exemplo dessa política, é a cessão da Casa Abrigo à SASC – Secretaria de Assistência Social e Cidadania (caso melhor detalhado nos documentos anexos)

A referida cessão constitui um atentado aos direitos das mulheres, traindo de morte as políticas públicas edificadas através das organizações das mulheres.

Ressalte-se que além de demonstrar descaso, o ato de cessão é ilegal, pois a Casa Abrigo foi equipada com recursos do Governo Federal através da Secretaria de Políticas para as Mulheres (órgão federal com status de Ministério voltado às questões de gênero).

De igual modo, o Centro de Referência, também foi equipado com recursos da União Federal e vem mantendo seus portões trancados pela falta de segurança, sofrendo também com a falta de funcionárias, assim como a Casa Abrigo. Inclusive a diretora do CRAM, Maria Cecília Esteves Rosa foi exonerada sem qualquer justificativa.

Considerando que estas instituições acima citadas prestam serviços à Segurança Pública do município, sendo que o não funcionamento correto destas está colocando em risco a vida, a segurança e o bem estar de cidadãos, solicitamos que o caso seja tratado com medida de urgência, pois o processo eleitoral não pode afetar os

ANEXO 12

2-6

serviços prestados pela Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e em Situação de Risco.

Alas, em outro momento quando se discutia a possibilidade de cessão da Casa Abrigo, o Conselho Municipal da Mulher se reuniu e, depois de debate, formulou o documento que segue anexo.

Entretanto, apesar do Conselho da Mulher representar vários segmentos da sociedade civil, no qual faz parte a Associação Maria do Ingá - Direitos da Mulher, a resolução da organização social foi traída e ignorada, sendo a cessão concedida sem respeito ao órgão verdadeiramente representativo e deliberativo sobre a questão.

Desse modo, dita cessão (como já noticiado) é ato ilegal, abusivo e arbitrário cometido pelo atual Governo Municipal em detrimento aos direitos das mulheres.

Chamamos a atenção que os recursos federais investidos nas políticas de gênero, como todos os recursos de origem da União são vinculados e constitui crime passível de investigação criminal e civil, e até imposição de pena de devolução da soma pecuniária, caso sejam desviados para outros fins senão aqueles traçados no projeto encaminhado ao Governo Federal (o que ocorre no caso presente).

Por essas razões requeremos providências quanto ao desvio cometido acima.

Assim, assinam esta Carta, as Instituições que segue:

ASSOCIAÇÃO MARIA DO INGÁ – DIREITOS DA MULHER

Maria da Conceição Franco - Diretora

INSTITUTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – PAPA LEÃO XIII

Jacheline Batista Pereira Silva – Secretária Geral

ANEXO 12

3-6

ANEXO I

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, mulheres do Conselho Municipal da Mulher de Maringá, reunidas em data de 19.03.2012, decidimos pela presente MOÇÃO DE REPÚDIO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MARINGÁ, AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR, cujos membros tiveram postura desrespeitosa com as políticas de gênero, quando em ato injustificado dirigiram-se a CASA ABRIGO – EDNA RODRIGUES DE SOUZA, realizando visita não autorizada, rompendo com o sigilo que permeia a política de albergamento de mulheres em situação de violência doméstica.

Aproveita o ensejo para expressar profundo pesar pela atitude lesiva de membros desses conselhos, pois demonstra desprezo e desrespeito com as históricas lutas implementadas pelas mulheres na defesa da vida, dignidade humana, direitos humanos e fundamentais e pela construção da cidadania com liberdade e igualdade.

Informa desde já as suas RESOLUÇÕES:

1 – NÃO CONCESSÃO DA CASA ABRIGO PARA QUALQUER OUTRA FINALIDADE, QUE NÃO SEJA ALBERGAR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E SEUS FILHOS MENORES.

Outrossim, informamos desde já que dentre as resoluções desse Conselho, seus membros decidiram que caso a administração municipal tenha qualquer outra proposta que venha a desviar a finalidade da Casa Abrigo, será encaminhada REPRESENTAÇÃO ao MINISTÉRIO PÚBLICO E SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES;

2 – Também visando a ampliação do atendimento que já vem sendo realizado pela Casa Abrigo – Edna Rodrigues de Souza, esse Conselho orienta a administração municipal a formalizar convênio ou parcerias intermunicipais e interestaduais de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, propiciando o intercâmbio de atendimento das mulheres, formando uma rede de combate a violência com troca de experiências.

3 – Fica estabelecido que qualquer questão envolvendo a Casa Abrigo e Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CRAM – deverão ser encaminhadas ao Conselho Municipal da Mulher de Maringá.

S em mais para o momento, expressa votos de estima e consideração.

CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER DE MARINGÁ

JACIRA PARANHOS
PRESIDENTE

ANEXO 12

4-6

ANEXO II

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DE MARINGÁ – SILVIO
MAGALHÃES BARROS II

Nós, mulheres do Conselho Municipal da Mulher de Maringá reunidas em data de 19.03.2012, analisamos e debatemos a proposta de concessão da Casa Abrigo – Edna Rodrigues de Souza – para a formação do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Maringá, decidindo unanimemente pela NEGATIVA na concessão pelas razões expostas abaixo:

DA LUTA HISTÓRICA PELA CASA ABRIGO

A Casa Abrigo foi fruto da longa e contínua luta das mulheres pelos seus direitos, iniciando essa jornada ainda na década de 80, quando as mulheres de movimentos sociais, sindicatos, comunidades e partidos políticos reuniram-se para debater a condição da mulher brasileira.

Assim como em nível nacional e estadual, nesse período na cidade de Maringá, as mulheres passaram a se organizar e propor políticas públicas voltadas ao enfrentamento das condições das mulheres na família, trabalho, comunidade entre outros.

Dentre os temas debatidos a questão da violência doméstica alcançou grande relevo, com intensa organização envolvendo mulheres de vários segmentos, dando voz na luta pela estruturação da Delegacia da Mulher, Centro de Referência, Secretaria da Mulher e Casa Abrigo.

Orá, essa era a resposta básica e primordial para promover os direitos humanos e fundamentais das mulheres, rompendo o ciclo de concepção de que a violência doméstica é privada, elevando à esfera pública esse grave problema que atinge as mulheres.

Nesse sentido, atendendo o clamor dos MOVIMENTOS DE MULHERES, o Poder Executivo formou a Assessoria da Mulher iniciando a construção das políticas

ANEXO 12

5-6

públicas voltadas as mulheres, com forte investimento no enfrentamento da violência doméstica.

Para atender a crescente demanda, foi elaborado pela Assessoria Municipal da Mulher o projeto da Casa Abrigo enviado para a Secretaria de Políticas para Mulheres.

Em 19 de maio de 2006 com recursos da União, via Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Casa Abrigo (juntamente com veículo para serviço da entidade, utensílios e móveis), tornou-se realidade passando a atender mulheres e seus filhos até 18 anos em situação de risco de morte.

Assim sendo, a Casa Abrigo é fruto da árdua luta das mulheres pela vida, pelos direitos humanos e fundamentais, bem como pela cidadania, não sendo admissível o desvio de finalidade de um espaço implementado após mais de 20 anos de intensos debates entre a esfera pública e as organizações sociais, sindicatos, partidos políticos entre outros.

Aliás, longo caminho de espinhos onde foram vitimadas inúmeras mulheres, inclusive EDNA RODRIGUES DE SOUZA, que dá nome a Casa Abrigo de Maringá, cujo nome foi indicação desse Conselho.

Portanto, em respeito à história e as árduas lutas pela Casa Abrigo de Maringá, o Conselho Municipal de Mulheres de Maringá, encerra o debate decidindo pela NÃO CONCESSÃO DA CASA ABRIGO PARA QUALQUER OUTRA FINALIDADE, QUE NÃO SEJA ALBERGAR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E SEUS FILHOS ATÉ OS 18 ANOS.

Outrossim, informamos desde já que dentre as resoluções desse Conselho, seus membros decidiram que caso a administração municipal tenha qualquer outra proposta que venha a desviar a finalidade da Casa Abrigo, será encaminhada REPRESENTAÇÃO ao MINISTÉRIO PÚBLICO E SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE MULHERES DE MARINGÁ

1 – O caráter sigiloso que envolve a política da Casa Abrigo em vista da segurança

ANEXO 12

6-6

das mulheres e seus filhos, servidores e corpo técnico que estão nos limites do abrigo, sendo vedada a visita e a exposição de informações sobre a localização da Casa Abrigo.

Desse modo, doravante o Conselho Municipal das Mulheres de Maringá, em conformidade com a norma jurídica acima, veda e repudia qualquer ação voltada a visitação e exposição da localização da Casa Abrigo.

2 – Também visando a ampliação do atendimento que já vem sendo realizado pela Casa Abrigo – Edna Rodrigues de Souza, esse Conselho orienta a administração municipal a formalizar convênio ou parcerias intermunicipais e interestaduais de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, propiciando o intercâmbio de atendimento das mulheres, formando uma rede de combate a violência com troca de experiências.

3 – O Conselho Municipal de Mulheres de Maringá repudia a ação lesiva de desrespeito de representantes de conselhos municipais (CMDCA, COMAS e CONSELHO TUTELAR) que em um ato injustificado colocaram em evidência a localização da Casa Abrigo – Edna Rodrigues de Souza, em escancarado atentado a Lei n.º... que impõe o sigilo absoluto da política de albergamento.

Outrossim, também, demonstraram desrespeito e desacato a esse Conselho e todos os trabalhos encaminhados pela Secretaria Municipal da Mulher e Centro de Referência e Atendimento à Mulher.

Fica estabelecido que qualquer questão envolvendo a Casa Abrigo e Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CRAM – deverão ser encaminhadas ao Conselho Municipal da Mulher de Maringá.

Sem mais para o momento, expressa votos de estima e consideração.

CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER DE MARINGÁ

JACIRA PARANHOS
PRESIDENTE